**100ª REUNIÃO CTPNRH – 30 e 31/01/2018**

**SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS**

Alteração da pauta. União do Item 4 com o Item 6, tendo em vista a afinidade dos temas.

Item 1 – Abertura e informes gerais (Informe sobre o sobre GAP Margem Direita Amazonas)

Informe sobre o Plano da Margem Direita do Araguai (ANA)

Item 2 – Aprovação da Ata da 99ª Reunião da CTPNRH;

ATA Aprovada

Item 3 – Apresentação do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai (ANA) / Considerações sobre o Plano de Recursos Hídricos do Paraguai (FONASC) e discussão de Proposta de resolução e parecer de encaminhamento para plenário;

Houve discussão da proposta de resolução, foi aprovada minuta, que foi encaminhada ao CNRH

Minuta de Resolução Encaminhada a CTIL

Item 5 – Proposta de Moção sobre o contingenciamento de verba do CT-Hidro dirigida a Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Minuta de Moção encaminhada a CTIL

Item 4 – Apresentação sobre o andamento do Projeto técnico de levantamento de dados e informações e de análise dos normativos legais relacionados aos planos de recursos hídricos, realizado pelo consultor Leonardo Mitre para a ANA.

Apresentação seguida de debates

Item 6 – Plano de Trabalho para discussão das propostas de resolução oriundas da ANA (Projeto Legado) - Proposta de alteração da Resolução 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos e dá outras providências e ; Nova Resolução Estabelece o escopo dos Planos de Recursos Hídricos a serem elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País e Resolução que Regulamenta a criação de recursos hídricos de proteção especial pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Plano Discutido

MINUTA ATA DA 100ª REUNIÃO DA CTPNRH

(Transcrição *ipsis verbis*)

**Data:** 30 e 31 de janeiro de 2018

**Horário:** 30/01/2018 - 09h30 min às 18h e 31/01/2018 de 9 às 12:00h (após as 14:00 reunião conjunta com CTPOAR).

**Local:** Sala CT-01, 1º andar, Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505, Lote 02, Bloco B, Brasília, DF.

**REPRESENTANTES:**

* Ministério do Planejamento e Gestão: Vinícius Barbosa Salles de Azeredo ([vinicius.azeredo@planejamento.gov.br](mailto:vinicius.azeredo@planejamento.gov.br)).
* Ministério dos Transportes: Wagner Pessoa Felix da Silva (wagner.silva@transportes.gov.br).
* Ministério do Meio Ambiente - SRHQ: Mirela Garaventta ([mirela.garaventta@mma.gov.br](mailto:mirela.garaventta@mma.gov.br)).
* Ministério do Meio Ambiente – ANA: Sergio Aymoraes ([ssoares@ana.gov.br](mailto:ssoares@ana.gov.br)).
* Ministério de Minas e Energia – Guilherme Silva de Godoi ([guilherme.godoi@mme.gov.br](mailto:guilherme.godoi@mme.gov.br)).
* Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: Ricardo Luiz Mangabeira (rmangabeira@ssrh.sp.gov.br).
* Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB/BA: ausente
* Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES – ausente
* Conselho Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Distrito Federal: ausente;
* Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Antonio Costa Lima Junior (AESB) [juridico@aesbe.org.br](mailto:juridico@aesbe.org.br);
* Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Camila Azevedo de Souza (ABRAGE) ([camila.souza@light.com.br](mailto:camila.souza@light.com.br));
* Indústrias: José Quadrelli Netto ([jneto@cni.org.br](mailto:jneto@cni.org.br));
* Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho ([azefilho@hotmail.com](mailto:azefilho@hotmail.com));

Irrigantes – ([Gustavo.goretti@cna.org.br](mailto:Gustavo.goretti@cna.org.br));

* Organizações Técnicas: Jussara Cabral Cruz (jussara.abrh@gmail.com)
* Organizações de Ensino e Pesquisa: André Luiz Lopes da Silveira ([andre@iph.ufrgs.br](mailto:andre@iph.ufrgs.br))
* Organizações Não Governamentais: Debora Fernandes Calheiros ([calheirosdebora@gmail.com.br](mailto:calheirosdebora@gmail.com.br))

**DEMAIS PRESENTES:**

* Grace Benfica Matos (ANA) [grace.matos@ana.gov.br](mailto:grace.matos@ana.gov.br);
* Maria Aparecida P. Vargas (ABRAGEL) [mrgaisma@terra.com.br](mailto:mrgaisma@terra.com.br);
* João Clímaco (ACA)
* Luciana A. Zago de Andrade (ANA) [luciana.andrade@ana.gov.br](mailto:luciana.andrade@ana.gov.br)
* Marcio de Araujo Silva (ANA) [marcio.araujo@ana.gov.br](mailto:marcio.araujo@ana.gov.br);
* Rosana Mendes Evangelista (ANA) [rosana.evangelista@ana.gov.br](mailto:rosana.evangelista@ana.gov.br)
* Antonio M. Ferreira Netto (MT) [antonio.netto@transportes.gov.br](mailto:antonio.netto@transportes.gov.br)
* Gonzalo Alvaro Vazquez Fernandez (ANA) ([gonzalo.fernandez@ana.gov.br](mailto:gonzalo.fernandez@ana.gov.br)
* Leonardo Mitre de Castro (Consultor) [leomitre@hotmail.com](mailto:leomitre@hotmail.com)
* Maria de Fatima Araújo Paiva (SRHQ) ([maria.fatima@mma.gov.br](mailto:maria.fatima@mma.gov.br));
* Leonardo Klosovisk (SRHQ) [leonardo.rodrigues@mma.gov.br](mailto:leonardo.rodrigues@mma.gov.br)

**RELATORIA:**

* Claudia Ferreira Lima ( [claudia.lima@mma.gov.br](mailto:claudia.lima@mma.gov.br)).

**(Transcrição *ipsis verbis* - Empresa ProiXL Estenotipia)**

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Bom dia a todos. É o nosso primeiro encontro em 2018, então, desejo a todos, um excelente ano, um ano de boas discussões, de bons resultados, de pauta cheia e rica, bastante ideias novas, ideias produtivas, bastante produtividade para todos nós, desejo a todos. Acho que nós já temos quórum, temos, não é, Roseli? Eu pediria, então, como é de praxe, nós sempre iniciamos a reunião, cada um se apresentando e informando o setor que está representando na reunião. Você quer começar?

**A SRª. CAMILA AZEVEDO DE SOUZA (ABRAGE) –** Bom dia. Meu nome é Camila, eu estou representando a ABRAGE, setor elétrico, eu estou substituindo o Renato, que está de férias.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Bom dia. Gonçalo, da Agência Nacional de Águas.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Bom dia. Meu nome e Guilherme Godoy, eu represento o Ministério de Minas e Energia. É a minha primeira reunião aqui participando com vocês. A nossa representante até, então, a Bianca, está de licença-maternidade. Então, nesse período eu estarei à frente dos trabalhos aqui junto à CTPRNH.

**O SR. ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVEIRA (Org. de Ensino e Pesquisa) –** Bom dia. Meu nome é André Silveira, eu sou da Federal do Rio Grande do Sul, e eu estou aqui representando as Instituições de Ensino e Pesquisa.

**O SR. WAGNER PESSOA FÉLIX DA SILVA (MTPA) –** Bom dia. Meu nome é Wagner Pessoa, sou analista de infraestrutura do Ministério dos Transportes, e é a primeira reunião que estou presente, e vamos dar segmento

**A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria-Executiva do OTEP) –** Bom dia a todos. Eu agradeço a presença, Eu sou Roseli, trabalho aqui na Secretária-Executiva do Conselho Nacional, e eu estou como relatora, enquanto a Cláudia, que é titular, está de férias. Nós só gostaríamos de pedir que sempre que forem falar, falar ao microfone, porque nós vamos tentar agora, todas as reuniões, fazer a degravação das reuniões. Então é importante ter o nome da pessoa e qual o segmento que está sendo representado. E lembrar que essa é a 100ª Reunião da CTPRNH, então é uma data que deve ser comemorada. *(Palmas!)*. E pedir ao pessoal que está sentado aí atrás, eu acho que tem vaga aqui na mesa, se puderem, fiquem à vontade.

**A SRª. MIRELA GARAVENTTA (MMA-SRHQ) –** Bom dia. Mirela Garaventta, Ministério do Meio Ambiente, substituindo a Adriana Lustosa, que está de férias também.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Bom dia. Eu sou Débora Calheiros, eu represento aqui a sociedade civil das Bacias do Alto Paraguai, membros do FONASC e da Rede Pantanal de ONGs, que historicamente representa a região na questão dos movimentos sociais, que fazem parte Brasil, Bolívia e Paraguai, e também sou membro do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, como sociedade civil.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Bom dia.Meu nome é João Clímaco, eu sou da representação da sociedade civil na Plenária do Conselho, e também membro dessa Câmara, hoje, substituído por Dra. Débora, e estou aqui como membro do Conselho, acompanhando os trabalhos que nós acompanhamos aqui normalmente.

**O SR. MÁRCIO DE ARAÚJO (ANA) –** Bom dia. Márcio de Araújo, da Agência Nacional de Águas.

**A SRª. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) –** Bom dia a todos. a Luciana Andrade, da Agência Nacional de Águas.

**A SRª. ROSANA EVANGELISTA** **(ANA) –** Rosana Evangelista, da ANA também.

**O SR. ANTÔNIO COSTA** **(Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Agua e Esgoto Sanitário) –** Bom dia a todos. Eu sou Antônio Costa, eu represento o segmento prestadoras, em substituição a Vânia, que está de férias.

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) –** Bom dia a todos. Gustavo Goretti, da CNA, represento os irrigantes aqui na Câmara.

**A SRª. GRACE BENFICA MATOS (ANA) –** Bom dia. Grace, da Agência Nacional de Águas.

**A SRª. MARIA DE FÁTIMA (MMA) –** Bom dia. Maria de Fátima, do Ministério do Meio Ambiente.

**O SR.** **JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) –** Bom dia a todos. José Quadrelli da Confederação Nacional da Indústria.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Bom dia. Sérgio, Agência Nacional de Águas.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Bom, eu sou Jussara, eu represento a organizações técnicas, e eu estou presidindo a Câmara. Dou as boas-vindas aos que estão aqui pela primeira vez, sejam bem-vindos e, mais uma vez, aos que chegaram depois, um feliz ano novo, um ano pleno de realizações. Eu acho que nós podemos, então, dar início à nossa reunião, e antes de começar eu tenho uma solicitação... Uma sugestão de alteração da pauta. Me foi solicitado que nós uníssimos o Item 4 com o Item 6, tendo em vista a afinidade dos temas. Se ninguém tiver alguma objeção, nós trataríamos esses dois itens logo após o Item 3. Pode ser? Bom, não tendo objeções, então, nós faremos o Item 6 junto com o Item 4. Ok? Como primeiro item da pauta, nós temos informes gerais, e o primeiro deles seria um informe sobre o GAP margem direita do Amazonas. Vai ser... Quem vai apresentar? Não. É só um informe. É só um informe. Então, com a palavra, Sérgio.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Bom dia a todos. Bom, fazendo um rápido histórico do tema margem direita do Amazonas, nós tivemos o Plano da Margem Direita, então, aprovado pelo Conselho, em meados de 2011, se não me falha a memória. O plano previa no seu conteúdo, a constituição de um colegiado de acompanhamento para sua implementação, colegiado aí a ser formulado, cuja formulação está prevista no Plano, esse colegiado nunca foi constituído, o que dificulta aí o acompanhamento da implementação do Plano pelo Conselho. Não é? Diante desse quadro, a Câmara Técnica ou o próprio Conselho, mas aí liderado por essa Câmara Técnica, sugeriu que nós retomássemos a discussão até da propriedade, ou seja, da pertinência desse colegiado e da própria configuração do Plano na bacia, para que nós pudéssemos tomar uma decisão se de fato cabe a constituição do colegiado conforme estava previsto no Plano, ou se nós deveríamos partir para uma nova configuração diante da realidade do contexto na bacia. Diante disso foi decidido que nós fizéssemos uma primeira oficina, [para justamente fazer uma nova mobilização dos atores envolvidos, iniciar um processo de discussão para que nós achássemos esse modelo. Essa oficina foi realizada em agosto do ano passado, como um primeiro movimento então de resgate da melhor forma de se fazer a gestão nesse conjunto de bacias. A partir do resultado, então, dessa primeira oficina, ficamos de apresentar para a Câmara quais seriam, então, os próximos passos, como seguir adiante, então, para essa discussão envolvendo os afluentes da margem direita, mas lembrando também que essa é uma discussão, que na sua origem também envolve a bacia do Tocantins-Araguaia, uma outra bacia que tem um plano aprovado pelo Conselho, e em última instância está relacionado ao próprio modelo de gestão da região Norte. Em discussões internas, nós temos algumas outras inciativas que estão discutindo o modelo de gestão nessas regiões, e que o Conselho e que os membros da Câmara também participam, uma delas que teve uma série de oficinas o ano passado, e cujos resultados serão aí, estão em fase final de elaboração e serão apresentados e discutidos aqui no Conselho, ao que nós chamamos de Projeto Diálogos, que é visam discutir esses aspectos, entre aspas, mal resolvidos da nossa política, e dentre eles esse formato de gestão na região Norte, e também por, dentre outros aspectos, ele não se restringe exclusivamente a esse tema, mas esse é um dos temas abordados, e uma outra questão também que está iniciando uma tramitação no Conselho, a própria pertinência de criação de instâncias colegiadas, de comitês, não necessariamente respeitando a lógica da bacia integralmente, mas se concentrando em áreas, em territórios, em sub bacias críticas aí, mais sujeitas a conflitos, que tenham a possibilidade em uma concepção que pelo menos a primeira vista se parece mais adequada a região. Então, diante desse contexto, nós ainda estamos num processo de amadurecimento desses próximos passos para que nós possamos definir pela realização, sejam de novas oficinas, seja de uma formulação alternativa ao colegiado gestor que foi posto originalmente pelo Plano, ou em última instância, até pela confirmação do colegiado que tinha sido originalmente proposto, como a melhor formulação para seguir adiante. Nós não temos ainda um posicionamento fechado nesse aspecto, e tão logo nós tenhamos essa discussão da proposta no Conselho, os resultados desse Projeto Diálogo e algumas discussões aí que estamos fazendo internamente, nós apresentaremos aqui na Câmara, então, uma proposta de como o tema seguir adiante, não só para a questão da margem direita, mas também envolvendo a bacia do Tocantins-Araguaia.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Alguém gostaria de algum comentário? Tranquilo? Tinha mais algum informe, Roseli? Eu acho que não. Sobre informe. Você tem algum?

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Bom dia a todos, aos nossos colegas da ANA que está nos presenteando com essas informações, nós estávamos aguardando essas informações, e se isso for objeto de algum ponto de pauta, nós temos algumas outras considerações a fazer, mas *a priori,* eu acho que independente de qualquer estudo ou processo que esteja em andamento, que mude, ou que venha a consolidar outros encaminhamentos, nós sugerimos que tenha que ser garantida a dinâmica que foi já estabelecida, não pela dinâmica em si, mas pelo fato de que há uma participação já de pessoas que são de carne e osso, e espírito, e esses espíritos tem medos e desejos, e nós não podemos brincar com isso. Então, nós sugerimos que essas preocupações colocadas pelo nosso colega, sejam mais horizontalizadas, de modo que qualquer forma de encaminhamento novo, nós contemos com a participação das pessoas que possivelmente estão já envolvida com essa dinâmica do rio Amazonas, que nós diferimos um pouco do Tocantins-Araguaia, apesar de ser da mesma região, tem outras características.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Obrigada. Mais alguém? Podemos passar para o próximo item de pauta. A aprovação da Ata 99 da Reunião da Câmara Técnica do Plano. A Roseli está abrindo. Todos nós recebemos a ata. Não é? Eu fiz apenas algumas micro alterações de pontuação, acentuação, só de forma, não fiz alteração de conteúdo, a Roseli vai projetar. Mas, foram só pequena coisinhas mesmo, de pontuação. Se alguém tem algum comentário sobre o conteúdo, se todos estão de acordo, podemos colocar em votação. Aprovada a Ata 99 da Reunião. O terceiro item de pauta, apresentação do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai, considerações, aliás, apresentação pela Agência Nacional de Águas. consideração sobre o Plano de Recursos Hídricos do Paraguai, e discussão da proposta de Resolução e parecer de encaminhamento para Plenário. Quem vai apresentar, é o Sérgio? Você que vai apresentar? Quem vai apresentar? Os colegas concluem. Ok. Então, a palavra está com vocês. Eu só queria agradecer os dois que chegaram depois, e pedir para se apresentar para ficar registrado. Aparecida. Foram três. Dois não, tem três.

**A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Bom dia a todos. Aparecida Vargas, representante do setor de hidroeletricidade nas pequenas e médias centrais hidrelétricas, pela ABRAGEL.

**O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO (MTPA) –** Bom dia. Antônio Maurício, Ministério dos Transportes.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - SP e RJ) –** Bom dia. Ricardo Mangabeira, Conselho Estadual de Recurso Hídricos de São Paulo e Rio de Janeiro.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Bom dia. Wilson de Azevedo, representante do Segmento Usuário do Turismo.

**O SR. VINÍCIUS BARBOSA SALLES DE AZEREDO (Seplan/MPGO) –** Bom dia a todos. Vinicius Azeredo, Seplan, Ministro do Planejamento.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Só lembrando a todos que quando forem colocar as falas, colocarem os nomes, por conta da degravação. Está ok? Obrigada.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Apresentação Só para eu saber, só que eu estou olhando para cá, e não sei quem está no controle aí da apresentação. Até antes de... Eu perdi um pouquinho da apresentação inicial de todos, eu queria só, se... Pedir uma gentileza, para todos se apresentarem de novo vai ser redundante, mas que pudessem levantar a mão aí os membros da Câmara Técnica, porque eu estou vendo a sala bem cheia, mas não tenho segurança se todos são membros, quem são... Não, membros titulares ou suplentes, só para nós termos uma ideia de quórum, assim, da nossa reunião. Está joia. Tudo bem. Bom, o... Também acredito que tem vários membros aí que são novos, aí no processo. Então, eu vou só fazer um rápido histórico antes de começar a apresentação. O Plano da Região Hidrográfica do Paraguai, ele é fruto de uma decisão do Conselho Nacional, que por meio de uma Resolução indicou a necessidade de que o Plano, mesmo em uma bacia ainda sem Comitê, e conforme permite e dá as diretrizes da nossa Resolução de Elaboração da Planos, a 145, o Conselho decidiu, então, pela elaboração do plano da região hidrográfica da bacia do Paraguai, da região hidrográfica do Paraguai, e institui para que... Para o acompanhamento da elaboração do Plano uma... Eu vou pedir para fazer a apresentação dali... Bom, seguinte. Então, desculpe, gente. Mas, então, o Conselho decidiu pela elaboração do Plano da Região Hidrográfica do Paraguai, delega a ANA a responsabilidade aí por conduzir essa elaboração do Plano, e decide e constitui um grupo de acompanhamento do Plano. Grupo esse previsto na Resolução, e cuja composição, então, assim como está preconizado nessa Resolução 145 do Conselho, é que a composição respeitasse aí, que ela tivesse como inspiração, como ponto do partida aí a composição de um comitê típico. Então, essa composição também foi decidida aqui no âmbito da Câmara Técnica, no âmbito do Conselho e, portanto, assim, como a decisão pela elaboração, o Conselho também institui o Grupo Técnico, o grupo de acompanhamento da elaboração do plano do Paraguai, e aí estão listados, eu não vou fazer a leitura, mas tem as principais listadas aí no *slide* as principais motivações, então, que levaram o Conselho a decidir, a deliberar pela elaboração do plano da região hidrográfica do Paraguai. Essa é a região hidrográfica, então, contempla aí dois estados, duas unidades da nossa federação, estado do Mato Grosso e estado do Mato Grosso do Sul, é a porção brasileira aqui nesse “mapinha” menor aí na tela, é a porção brasileira da bacia do Alto Paraguai, aí cerca de, um pouco mais de 360 mil quilômetros quadrados, e nós podemos ver no mapa maior, na configuração da região hidrográfica a divisão em unidades de gestão e unidades de planejamento, são as sub bacias, então, que compõem a região hidrográfica, que foi objeto do nosso estudo. A exemplo de planos anteriores, numa prática que já temos utilizado como metodologia para elaboração de planos, antes do início oficial da elaboração do plano, tiveram uma série de estudos, de notas técnicas, de trabalho de base, do que chamamos de diagnóstico preliminar, de forma que nós preparássemos o conteúdo, a base técnica para o início efetivo do Plano. Então, toda essa etapa preliminar aí chamada de pré-diagnóstico ou de diagnóstico preliminar, para que efetivamente aí, no fim de 2016, nós começássemos efetivamente a elaboração das etapas do Plano, o diagnóstico consolidado, a etapa de prognóstico, a etapa de definição do planejamento das ações, e todas essas etapas acompanhadas, não só aqui pela Câmara Técnica, mas principalmente pela bacia. A partir de uma série de oficinas regionais e reuniões publicas que ocorreram tanto em Mato Grosso, quanto em Mato Grosso do Sul, uma série de palestras que foram realizadas envolvendo os conselhos estaduais, e o que nós chamamos aí de encontros de divulgação também, previstos aí agora para 2018. Eu gostaria de chamara a atenção nesse cronograma para uma característica aí que ela é fundamental dessa estratégia de se preparar a base técnica antes de se elaborar o plano. Tradicionalmente, se nós deixamos o diagnóstico, para começar o diagnóstico quando o Plano começa oficialmente, em geral, via de regra, esse diagnóstico, ele consome boa parte do tempo destinado a elaboração do plano, restando aí proporcionalmente um tempo muito menor para fazer a parte que mais deveria interessar, que é justamente a discussão das diretrizes, dos planos de ações, e etc.. Mas, nós podemos ver aqui pelo cronograma, que ao preparar essa base técnica antes, nós conseguimos dedicar um tempo muito maior ao plano de ações, do que as fases de diagnóstico e prognóstico, justamente por adotar essa estratégia de preparar esses dados e discutir esses dados previamente na bacia. Então, nós tivemos um tempo aí considerável para discutir o plano de ações, e fez com que também, e tem sido felizmente uma prática mais recente dos planos de bacia que nós estamos envolvidos, que nós estamos coordenando, felizmente nós conseguimos terminar, ou seja, concluir essas etapas de elaboração do plano no prazo previsto, ou seja, com toda discussão, com toda a participação pública, com todo o embasamento técnico necessário, mas cumprindo os prazos, até para que não haja, o que é muito comum também quando não se adota essa estratégia, não haja também um esgotamento aí de quem está acompanhando o plano, e nós percebemos, muitas vezes, quando não conseguimos cumprir o prazo adequadamente, que o plano começa com uma participação lá em cima, uma certa euforia, e etc., e no final acabam dois ou três gatos pingados resistentes, que chegam até o final do plano. Então, felizmente, não foi o que aconteceu aqui na bacia, nós conseguimos manter a mobilização e manter a discussão até o final da aprovação do plano, pelo Grupo de Acompanhamento. Nesse processo de elaboração, então, nós tivemos uma série de etapas que foram sendo cumpridas e, aqui, tem o registro aí em termos mais formais de como essas etapas foram chamadas, e que documentos consolidados foram sendo avaliados ao longo de 2017, principalmente, pelo Grupo de Acompanhamento. Então, nós tivemos desde o diagnóstico consolidado, que foi chamado de PP02, até a consolidação do Plano do Paraguai, o PP07, passando aí pelas etapas de prognóstico, pelas etapas do estabelecimento de metas e diretrizes, pelas propostas de ações e intervenções, e pela avaliação também da questão institucional e de uma estratégia para implementação do Plano, que foi o penúltimo produto antes de chegarmos ao produto final. Nesse quadro, também não vou... Fica, aí, só a título de registro, e para quem tiver mais curiosidade e queira dedicar mais atenção as etapas e ao detalhamento de como foi dimensionado e como se deu o processo de discussão e de participação no âmbito do grupo de acompanhamento. Então, nós temos aí as datas ao longo de 2017, que reunião do Grupo de Acompanhamento discutiu cada um daqueles produtos, ou parte daqueles produtos, de forma que nós pudéssemos aí em um processo de aproximação sucessivas chegar finalmente ao documento, ao plano consolidado na última reunião do GAP, realizada no dia 13 de dezembro. Portanto, esse documento final, ele tem uma consolidação dos resultados de todas as etapas do Plano, fase diagnóstico, fase de cenários, plano de ações, e ele tem um resumo aí organizado desses principais resultados. Configurando, portanto, o que nós estamos chamando de Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do rio Paraguai, que foi o documento encaminhado, então, pelo GAP para essa Câmara Técnica. Eu vou passar, então, rapidamente pelas etapas, um resumo aí do conteúdo do Plano, para que nós possamos ter uma noção de todo o documento. Então, na etapa de diagnóstico, basicamente, então, ele é uma consolidação de uma série de temas de recursos hídricos, ou diretamente relacionados a questão da gestão de recursos hídricos na bacia, então eu tenho desde a caracterização da região hidrográfica do Paraguai, do ponto de vista do físico, biótico, uso do solo, a questão das disponibilidades hídricas, tanto o ponto de vista de quantidade, como do ponto de vista de qualidade, da mesma forma a identificação das demandas, e a partir da definição das disponibilidades e demandas, a elaboração do balanço hídrico, tanto qualitativo, quanto qualitativo, discretizado em aproximadamente 33 mil bacias... Microbacias. Então, apesar de nós estarmos tratando de uma grande porção do território, é importante ter em mente que essa análise foi feita caso a caso, ponto a ponto nessa subdivisão aí, considerando cada uma das sub bacias, e além desse aspecto mais físico em termos de quantidade e qualidade, também toda uma análise relacionada a questão da gestão nos seus aspectos legais e institucionais, de forma que nós tenhamos, não só a situação dos recursos hídricos, mas como que a gestão, qual é o arcabouço institucional necessário para lidar com essas questões relacionadas aos recursos hídricos na bacia. Tudo isso consolidado por meio de uma série de agendas temáticas, essa divisão em agendas, apesar de ser uma certa simplificação da realidade, ela tem o mérito de tornar o conteúdo técnico muito mais acessível para a discussão com toda a sociedade, porque as pessoas conseguem enxergar com mais clareza os diversos temas e os diversos aspectos que nós queremos discutir no plano ou que discutimos no plano. Então nós temos uma agenda agropecuária, uma agenda ambiental, uma agenda relacionada a questão do saneamento, principalmente do controle da poluição, uma agenda relacionada a indústria e a geração de energia, uma agenda relacionada a pesca e turismo, que são usos da água extremamente importantes na bacia, e uma agenda azul, que é a nossa agenda puro sangue, que é a agenda recursos hídricos, que tem uma interface com todas essas agendas anteriores citadas, e tem também uma vida própria por meio da implementação dos seus instrumentos de gestão. Então, a análise de cada uma dessas agendas, e o cruzamento delas no território, permitiu que nós fizéssemos uma série de sínteses e uma série de análises consolidadas, que estão refletidas nos mapas que eu vou apresentar. Então, essa é a síntese do componente qualitativo, que ela reflete a pressão sob os recursos hídricos do ponto de vista quantitativo, então quanto mais escuro aí no mapa maior a pressão sobre os recursos hídricos, considerando o aspecto de quantidade da água. De modo similar, nós temos a análise sob o ponto de vista qualitativo, e adicionalmente, até pela importância na bacia da questão ambiental e dessa interface entre recursos hídricos e o meio ambiente, nós também incluímos aí um componente ambiental, e quanto mais pressionado aí o meio ambiente, então mais escuro também no mapa, representado aí como uma consolidação do diagnóstico. Do ponto de vista do prognóstico, então também já tratando aqui da questão do cenário quantitativo. Então, nós temos, grosso modo, aí na bacia uma grande disponibilidade hídrica, se nós fizermos uma comparação simples com relação as demandas, mas isso numa análise global, se nós nos detivermos detalhadamente sobre a análise daquelas 33 mil microbacias, nós conseguimos enxergar no território, mesmo com essa grande quantidade de água na bacia, sub bacias que estão pressionadas do ponto de vista quantitativo, e elas estão aí sinalizadas no mapa, e que essas situação requer, então, providências do ponto de vista da gestão, de forma que nós tenhamos uma gestão diferenciada, onde o território está mais pressionado. Então, isso revela, isso nos indica prioridades para a gestão. A mesma análise feita, do ponto de vista qualitativo e, aqui, utilizando como indicador a questão da BBO. Então, nós enxergamos aí a planície menos ocupada, e tem uma maior disponibilidade hídrica. Então, menos pressionada do ponto de vista qualitativo, apesar de existirem algumas áreas já identificadas, e as áreas de maior criticidade, principalmente aí no Planalto, seja em função da maior densidade populacional, seja em função da pressão pelo avanço das áreas de pastagem, seja pela combinação desses dois aspectos e da menor disponibilidade hídrica, que nós encontramos aí no Planalto. A mesma análise pode ser feita do ponto de vista ainda qualitativo, mas mudando o indicador, fazendo a análise em termos de fósforo e, nós, então, pela grande concentração, pela grande quantidade de áreas agrícolas na bacia, nós já encontramos uma quantidade de sub bacias mais pressionadas, se nós identificarmos... Se nós considerarmos, melhor dizendo, esse indicador de fósforo. Nessa linha de preparação da base técnica também, foram consideradas algumas áreas com proposta que deveriam ser sujeitas aí, conforme preconizadas na nossa legislação a restrições de usos dos recursos hídricos, e alguns pressupostos balizaram a identificação dessas áreas especiais, sejam locais já protegidos por Lei, sejam locais já com um comprometimento da água, seja do ponto de vista quantitativo, seja do ponto de vista qualitativo, ou com a necessidade aí de algum comprometimento de ecossistemas aquáticas, a impossibilidade de compatibilizar os usos atuais com os usos pretendidos, ou a questão de minimização ou de se evitar aí os conflitos pelo uso da água, e a indicação, então, portanto, de algumas áreas prioritárias para a gestão. Então, essas diversas áreas, no cruzamento aí desses aspectos mencionados, então, nós incluímos aí e delimitamos algumas dessas áreas, dividindo-as em algumas categorias. Se nós considerarmos os aspectos ambientais, nós temos desde uma categoria mais restritiva, basicamente de unidades já definidas por Lei, que é a categoria R1, até categorias menos restritivas, em que os usos são permitidos a partir de critérios definidos aí pela gestão de recursos hídricos. Da mesmo forma, no que se refere ao balanço hídrico também, nós não temos aí a categoria das unidades de conservação, as categorias definidas aí pela Legislação ambiental, mas teríamos como proposta duas categorias em que nós temos que administrar os usos da água de forma diferenciada. Então, esse é o conceito. Ou seja, a bacia não pode ser tratada de forma, de maneira uniforme em função da disponibilidade hídrica, da qualidade da água e dos usos em seu território. Então considerando esses aspectos, nós temos áreas na bacias mais pressionadas, e nessas áreas mais pressionadas, nós temos que ter práticas de gestão diferenciadas. Então, o que Plano propõe, o que plano coloca como diretriz, é que se estabeleça essas práticas de gestão diferenciadas, devidamente pactuadas na bacia, devidamente consensuados entre os órgãos gestores da bacia, mas é importante que nessas áreas identificadas e pressionadas, nós tenhamos uma gestão diferenciada, de forma que haja a compatibilização, então, dos usos múltiplos, conforme preconizado na nossa legislação. Do ponto de vista, então, do nosso Plano de Ações, nós temos basicamente três horizontes, um horizonte de curto prazo, até 2021, a partir da aprovação do Plano, um de médio prazo e um de longo prazo, até 2031. Foram divididos, o Plano de Ações foi dividido em quatro grandes componentes estratégicos, um que trata da questão da gestão de recursos hídricos, ou da governança dessa gestão, ou seja, um componente mais voltado a questão institucional da bacia. O segundo componente relacionado aí ao aperfeiçoamento da gestão, da implementação dos instrumentos de gestão. Um terceiro componente relacionado principalmente àquelas áreas críticas, e as prática, e as ações para minimizar ou para evitar os conflitos pelo uso da água. E um quarto componente de conservação dos recursos hídricos para lidar com a... Principalmente com a interface aí com a questão ambiental, que é muito presente e muito forte na bacia. Cada componente desses, trabalhado, então, em termos de objetivos, metas, em termos de ações, de forma que nós identificássemos, não só quais são as ações, mas principalmente onde elas devem incidir, e quais são as prioridades, e alocando essas ações naqueles horizontes do Plano em curto, médio e longo prazo, como eu mencionei. Questão da governança, então, dos recursos hídricos. Então, basicamente, ela trata do arranjo institucional na bacia, como eu mencionei anteriormente, o segundo componente, ele lida com a questão dos instrumentos de gestão, seja a questão da outorga, fiscalização, questão do próprio acompanhamento da implementação do Plano, o enquadramento, instruções sobre alocação de água, e até uma discussão que é pertinente, dada as características na bacia, de como nós utilizarmos aí os instrumentos econômicos já pensando na gestão futura na bacia. Um componente, então, relacionado bastante a questão do balanço hídrico e, aí, ele trata tanto do monitoramento, como de algumas ações para se avaliar o balanço hídrico e se tratar da compatibilização dos usos múltiplos, no sentido de se minimizar os conflitos. E o terceiro... Quarto e último componente, então, de conservação dos recursos hídricos já diretamente ligado a questão ambiental da bacia. Cada um dos objetivos, cada uma das ações previstas, ela tem no documento que foi encaminhado, uma ficha resumo que traz um detalhamento das ações do ponto de vista de objetivos, de cronograma, de fontes de recursos, de investimentos, de prazos, e também de atribuições. Então, isso foi muito discutido do ponto de vista institucional no âmbito do GAP, para saber que o GAP, na condição de Grupo de Acompanhamento, e lembrando que a Resolução do Conselho que institui o GAP, o GAP é um grupo de acompanhamento, não só da elaboração do Plano, mas também da implementação dele. Então, o GAP passa a ter novas atribuições e funções a partir do Plano aprovado, ou seja, o GAP será a instância que cobrará dos atores responsáveis pelas ações, e terá aí essa interface aqui nessa Câmara e com o Conselho, no acompanhamento do Plano, ou seja, o GAP permanece como instituição de acompanhamento do Plano. Os investimentos previstos aí, da ordem de 83 milhões de reais, aí, divididos nos diversos componentes, lembrando que essa ordem de grandeza dos investimentos, também já fruto de uma prática recente da elaboração de planos, de que o programa de investimentos do Plano se restringe as ações em que os atores responsáveis pela execução do Plano tenham a governabilidade, então isso aí são basicamente ações de gestão, lembrando que essas ações de gestão, elas podem alavancar, quando é o caso, investimentos, por exemplo, infraestrutura, investimento, que estão associados a essas ações de gestão, mas é importante que nós tenhamos clareza desse orçamento, ou seja, que nós não fiquemos lidando no âmbito dos planos de recursos hídricos com orçamentos, muitas vezes, de bilhões, que nós não conseguimos alcançar, que nós não somos responsáveis pela execução, que nós não temos condições de acompanhar, e que nós não conseguiremos depois saber se estamos ou não implementando o Plano. Então esse é um orçamento realista, compatível com a realidade da bacia, e um orçamento factível do ponto de vista de gestão, para que nós possamos acompanhar a sua implementação. Então, eu acho que essa também é o amadurecimento da forma de se fazer plano, o que dá maior visibilidade e maior responsabilidade para os atores que estão envolvidos aí na implementação. Nós temos também aí uma definição prévia também das fontes de recursos. Então, um Plano, que na sua partida ainda conta fundamentalmente aí com o orçamento dos órgãos gestores, ou seja, uma bacia que não tem Comitê, uma bacia que não tem cobrança instituída e nem uma previsão no curto prazo, então que ela tem que contar fundamentalmente com a ação dos órgãos gestores, e nós temos que aprender cada vez mais, e brigar por isso, para que os planos de recursos hídricos de uma bacia de fato incidam sobre o orçamento de quem é o responsável pela gestão naquela bacia, e isso está relacionado com as ações da ANA, está relacionado também com a ação dos órgãos gestores estaduais, ou seja, as ações, a partir da aprovação do Plano, dos órgãos gestores na bacia, tem que ser balizadas pelo Plano de Bacia, isso parece bastante óbvio, isso parece bastante claro, mas não... Infelizmente, não é a prática que nós encontramos ainda na nossa política, e nós tentamos aqui com o Plano reverter esse quadro. É importante também que nós tenhamos em mente a questão institucional da bacia, previamente nós estávamos, inclusive, fazendo aí um relato sobre a margem direita do Amazonas, sobre o Tocantins-Araguaia, então, assim, sendo bastante transparente, como nós fomos durante esse processo aqui de elaboração do Plano da Região Hidrográfica do Paraguai, tudo que nós não queremos é que se repita as consequências do que aconteceu com os dois planos anteriores, ou seja, nós aqui temos... Partimos de uma realidade diferente, partimos de um grupo de acompanhamento bastante presente, e que nós temos, então, como proposta, num primeiro momento, o fortalecimento desse grupo, para que esse grupo, junto, durante a implementação do Plano, se debruce sobre a gestão na bacia, qual será o melhor modelo, lembrando que esse modelo não se refere apenas a criação ou não de um Comitê, mas em como os órgãos gestores na bacia tem que atuar, e o atuar também não se refere só a questão de gestão de recursos hídricos, lembrando que fundamentalmente na bacia, à exceção da ANA, os órgãos gestores estaduais são fundamentalmente órgãos de meio ambiente. Então, como se dá essa relação clara e institucional entre recursos hídricos e meio ambiente na bacia e qual será o papel do GAP nesse processo, ou do futuro Comitê, então tudo isso tem que estar muito bem acertado, e para que isso esteja muito bem acertado é fundamental que o GAP continue os seus trabalhos, continue a sua mobilização, e agora mais do que nunca acompanhe o dia-a-dia da implementação do Plano, a aprovação do Plano é o primeiro passo, mas a etapa mais importante começa a partir da aprovação. São as consequências regulatórias e as ações a serem realizadas na bacia que tem que ser acompanhadas do GAP. Então, o GAP, ele tem em um curto e médio prazo, então ele continua como colegiado para acompanhamento da implementação, já existe uma discussão aí se ele permanece a mesma configuração, se muda a configuração, enfim, já tem uma próxima reunião do GAP agendada e marcada nesse sentido, e ele, na ausência, então, ainda desse arranjo institucional consolidado, a ANA em parceria com os órgãos gestores estaduais, ele continua com o apoio administrativo e técnico, para que o GAP exerça as suas funções, lembrando que uma das suas funções mais nobres, será juntamente com os órgãos gestores definir esse novo arranjo institucional para a bacia. Importante também colocar aí como aperfeiçoamento da forma de elaboração de Planos, é o detalhamento operacional de suas atividades. Então, nós incluímos como uma etapa posterior ao Plano de Ações, quase como uma quarta etapa do Plano, a elaboração do que nós chamamos de um manual operativo, que é um detalhamento passo a passo das principais ações, daquelas que deverão ser realizadas aí no curto prazo, para que nós tenhamos capacidade de execução. Muitas vezes, nós somos cobrados sobre a implementação dos planos, mas nós chegamos a uma conclusão há algum tempo atrás, que nós estávamos fazendo planos não implementáveis, muitas vezes, nós tínhamos o recurso, nós tínhamos a tomada de decisão, mas não estava claro qual era o próximo passo, não estava claro como executar aquilo que estava no plano. Então o que pretende o manual operativo, com todo o detalhamento operacional, com termos de referências já executados, com uma identificação passo a passo de quem faz o quê, quem manda ofício para quem, quem tem que interagir, de onde sai o recurso, e etc., e um controle aí desse passo a passo, que está registrado aí esquematicamente nesse painel, vai permitir com que nós tenhamos uma capacidade de execução muito maior e uma capacidade de monitoramento e acompanhamento do que for executado também bastante maior. Esse aqui, então, é um resumo dessa nossa trajetória. Então, que ela começou, é engraçado que esse é o trigésimo slide, e eu continuo insistindo aqui, porque eu vejo o *mouse* mexendo aqui na minha tela, e continuo achando que vocês estão vendo aí na tela, e vocês não estão, mas se vocês conseguirem acompanhar comigo aqui, no lado esquerdo. Então, se iniciou o processo de Plano, com a preparação, aquele diagnóstico preliminar, depois a fase de diagnóstico, aí, então, com as agendas temáticas, um processo aí de sinalização para depois a construção... A construção do Plano de Ações propriamente dito, não é? Nós estamos agora justamente na fase de aprovação do Plano. Uma aprovação aí ligeiramente diferente de uma aprovação em um Comitê Tradicional. Geralmente no Comitê, a Plenária é a última instância aí de aprovação do Plano, o Plano do Paraguai, ele teve uma primeira aprovação, que foi o encaminhamento do grupo ao Conselho, e cabe aqui a Câmara Técnica, então, acolher esse plano encaminhado pelo Grupo de Acompanhamento, e fazer a sua recomendação para que o Plenário do Conselho delibere a aprecie, então, essa versão, esse resultado do trabalho do GAP. Lembrando que o fluxo continua, nós temos o manual operativo, e todo esse processo de acompanhamento da implementação do Plano retroalimenta as fases anteriores, de forma que nós vamos tendo um aperfeiçoamento da base técnico e uma revisão permanente do Plano. Nós tivemos, então, só para a ficar com alguns marcos, nós tivemos dia 13 de dezembro, foi a aprovação de plano pelo GAP. Esse plano, então, com os ajustes, com as consolidações finais aí acordadas nessa reunião, foi encaminhado ao Conselho, em 14 de janeiro, foi a data limite aí acordada com essa Câmara, para que finalmente nós pudéssemos nessa reunião, nessa 100ª, simbólica, não é, Jussara? A 100ª reunião da Câmara Técnica, acho que temos aí um importante... Uma importante Resolução aí a tratar como simbólica para essa 100ª Reunião, que é a apresentação, que é a aprovação aí do Plano do Paraguai, eu acho que marcaremos sem dúvida com bastante relevância essa 100ª Reunião, para não deixa-la passar em branco e, aí, como próximos passos, em sendo aí encaminhado e aprovado aqui na Câmara Técnica de Planos. Então, a Resolução segue para a análise da CTIL, e é colocado, então, em discussão na Plenária do Conselho. Em linhas gerais, esse é o resumo, aí, de toda essa trajetória de discussão do Plano, tanto aqui na Câmara Técnica, mas principalmente como preconizado lá Resolução do Conselho, na discussão, na bacia, no Grupo de Acompanhamento do Plano. Obrigado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Muito interessante, agradecer e parabenizar a tua apresentação, sucinta de um trabalho de tanto fôlego, e eu vejo, olhando, dando uma olhada nos documentos do Plano, eu percebo, como tu disseste, uma grande evolução do processo de planejamento em termos, desde como se resgatam as informações anteriores, mas o processo de o que significa um plano de bacia, quer dizer, o que é que reflete na gestão de recursos hídricos, para obter... Para chegar nos objetivos do sistema de recursos hídricos. E, aí, todas aquelas ações que são... Que nós temos GAPs de amadurecimento, de implementação, quer dizer, toda a questão de como fazer a articulação entre todos os envolvidos. Então, eu, particularmente, achei muito interessante todo o projeto, eu acho que a equipe toda está de parabéns. Obviamente é um processo em amadurecimento, tem... Eu percebo que essa figura do GAP, como uma extremamente relevante, dado que o processo vai ter continuidade em amadurecimento e em aperfeiçoamento ao longo da implementação do Plano, porque aquelas eventuais falhas ou aquilo que não ficou perfeito, vai ser percebido no processo de acompanhamento, e vai conduzir a um aprendizado melhor para... Estamos aprendendo a fazer planos, em resumo é isso. Nós... Então, portanto, eu deixo aqui os meus parabéns, e abro a palavra para aqueles que quiserem comentar, contribuir, fazer algum comentário, porque nós temos que, depois, em seguida, avaliar a minuta de Resolução. Por favor, Antônio.

**O SR. ANTÔNIO COSTA** **(Prestadoras de Serviço Publico de Abastecimento de Agua e Esgoto Sanitário) –** Bom dia. Antônio, Prestadoras. Sérgio, só para eu enxergar alguns pontos aqui, é porque eu vi... Prestadoras, saneamento. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Isso. Não, saneamento básico. Então, naquela linha do tempo que você colocou, aí tinha do diagnóstico, que iniciou, eu acho que em dezembro de 2014, e esse diagnóstico foi proposto em razão de estudos. Foi mais ou menos, assim, não é? Houve os estudos e depois o diagnóstico. Correto? Aí, eu queria saber se nós íamos poder ter ciência desses estudos, porque eu acho que não estava juntado na documentação, acho que só tinha a minuta, não é? Não tinha. Só para nós darmos uma analisada sobre esses estudos que foram realizados, inclusive em 2014, mas, assim, super válidos, mas só para nós termos uma noção desses estudos, e sobre esse ponto é mais esse acesso aos estudos. E depois sobre o manual operativo, porque eu vi também no gráfico, que o anual operativo ele está entre dezembro de 2017 e março de 2018, e, aí, a participação desse manual operativo ficou adstrito ao GAP, não é? Ou teve alguma...? Assim, só para concluir, é porque pela noção do gráfico, eu ainda tentei mensurar naquela lista de elaboração, acho que foi a 15ª Reunião, acredito, mas, assim, eu queria saber se houve um debate mais amplo pelo menos no manual operativo, porque foi nesse curto espaço de tempo que já foi apresentado para o OTEP, e nós ficamos... Está bom? Só colocar essas duas ponderações.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Tentando, aí, deixar um pouco mais claro. O conjunto de estudos que nortearam a elaboração do Plano foram sendo desenvolvidos, foram apresentados aqui no âmbito da Câmara Técnica, e principalmente na bacia durante a elaboração do Plano, eles estão acessíveis em diferentes formatos, aí precisa saber exatamente qual dos estudos que, de repente, você tem mais interesse em se debruçar, mas de toda forma, o diagnóstico consolidado, ou seja, ele traz a síntese e a análise dos principais resultados de todos esses estudos que tiveram como referência. Ou seja, se quer... Se pretende uma visão mais abrangente do todo, eu sugeriria até que o diagnóstico consolidado, ele tem esse conjunto de informações: “ah não, mas eu... O diagnóstico consolidado não é suficiente, eu preciso de um nível de detalhe maior, seja sobre a hidrologia, seja sobre os estudos de qualidade da água”. Então, aí, nós podemos disponibilizar, sem problema nenhum, os estudos que serviram de referência. Lembrando que... E como foi colocado aí em diversas etapas, a construção de um Plano, ela é um processo. Então, naturalmente, alguns dos temas que foram objetos de estudos preliminares anteriores a 2016, pode ser que, caso ele tivesse sido necessário e pertinente, eles foram atualizados durante a elaboração do Plano, ou seja, então isso também é um processo natural aí até de consolidação, de construção do conhecimento. Mas, todas essas informações, elas estão disponíveis, seja nos relatórios prévios, a Rosana está me lembrando que tem um espaço aí na internet que tem esses estudos prévios, e lembrando também que uma das atribuições da Agência, e particularmente aí também da nossa Superintendência de Planejamento, é fazer a gestão de informação, até por meio do Sistema Nacional de Informações, do SNIR. Então, todos esses resultados consolidados, eles passarão também a integrar o SNIR nas suas diferentes... Nos diferentes temas. Então, toda a informação relevante sobre qualidade da água, sobre saneamento, sobre hidrologia, e etc., ela estará disponível aí no Sistema Nacional de Informações, então também para facilitar aí o acesso, tanto a parte analisada, que aí está nos relatórios, mas como os dados brutos também que foram utilizados. Com relação ao manual operativo, aí ele já é o... Se um é o trabalho de base, o manual operativo já é o que nós chamamos de pós-plano, ou seja, o plano, enquanto documento a ser apreciado para aprovação e etc., ele tem a parte de diagnóstico, de prognóstico e o plano de ações. O que é o manual operativo? O manual operativo é uma etapa pós-plano de detalhamento desse plano de ações para que ele tenha um conto e uma característica mais operacional. Então, ele é feito e destinado principalmente a quem serão os responsáveis, seja pela execução da ação, seja pelo acompanhamento para que aquela ação seja executada. Então, ele é direcionado ao Comitê, ou no caso aqui ao Grupo de Acompanhamento, e aos órgãos responsáveis, e aqui principalmente os órgãos gestores de recursos hídricos na bacia, para que ele tenha o detalhamento que permite executar o que está previsto no Plano de Ações. Então, o manual operativo, nós já temos uma primeira versão dele, mas ele ainda está em consolidação, ou seja, ele ainda está sendo discutido no âmbito... Ainda vai ser apresentado para o GAP, e depois posteriormente aqui na Câmara Técnica, mas ele é um detalhamento do plano aprovado, ou seja, um detalhamento operacional que permita a execução... A execução das ações. Então, é o... Só para ficar claro, então, até por isso... Bom, “o tempo não bateu ali, e eu não vi ainda, cadê?” Então vai chegar, mas ele como uma etapa aí pós plano.

**A SRª. ROSANA (ANA) –** Só para informar que no ofício que o GAP enviou aqui para o Conselho, tem o endereço da SFTP, está lá no ofício, eu imagino que esteja disponível para todos, não sei o ofício, mas tem aqui o endereço, aí tem a forma de acessar, então todos os documentos, atas das reuniões do GAP, está tudo lá.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Sim, todas as fases.

**A SRª. ROSANA (ANA) –** Ali, são os verdinhos ali, já foi apresentado na etapa de diagnóstico, depois a etapa já mais final, já antes do plano de ações, e também teve uma reunião sobre os empreendimentos hidroelétricos, então foram três reuniões aqui na Câmara.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Só complementando, então, eu ia sugerir o *link* para encaminhar para todos, mas está naquele FTP? Porque eu tive muita dificuldade de baixar no FTP, eu não sei se era a minha internet que estava ruim, mas eu cheguei a deixar duas horas baixando um documento, foi horrível. Foi bom? Então, eu acho que a minha internet que estava ruim, eu tive essa dificuldade.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** É aquele terra ainda? terra.com.br, terra já não dá mais, Jussara.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Não.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Porque os gaúchos geralmente são apegados.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Internet.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Com. Já faliu.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas, eu não estava em casa, viu, não estava na minha internet.

**A SRª. ROSANA (ANA) –** A sugestão é que seja aberto pelo Internet Explorer, que funciona melhor, ou o servidor da ANA no horário... Mas é o que nós usamos para o GAP. Então, para todos tem funcionado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Pode ter sido, como eu estava em férias, pode ter sido culpa da internet mesmo. Pode ser. Pode ser. Mas, eu estava muito brava, falei: “meu Deus do céu, coisa doida.” Está joia. Então, está bom. Me pediu a palavra. Eu acho que ficou bem esclarecido, Sérgio, eu gostei do questionamento, a minha é a mesma coisa. O próximo que me pediu a palavra, foi a Débora.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Bom dia a todos, novamente. Então, como representante da sociedade civil da bacia do Alto Paraguai, e também pesquisadora na região, e moradora da região, e como cidadã, nós temos várias sugestões e colocações a realizar. Nós parabenizamos sim o grupo da ANA e dos consultores, foi um trabalho bem interessante, árduo, eu sou membro do GAP também, do GAP Paraguai, como sociedade civil, representando o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas como vaga do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a sociedade civil representando a sociedade civil em âmbito do Conselho Federal. Então, nós temos... Novamente, parabenizar a equipe da ANA, mas nós temos algumas crítica, como é necessário e também importante dada a nossa experiência na região em termos científicos, técnicos, legais, nós atuamos muito o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal. E cabe aqui, já que nós estamos em um grupo diferenciado, no GAP, nós já temos essa informação, no próprio Comitê Nacional de Zonas Úmidos, nós temos essa informação, o Comitê Nacional de Zonas Úmidos é relacionado a Convenção Ramsar de conservação de áreas de importância internacional, de áreas úmidas de importância internacional, e o Pantanal, que a bacia do Alto Paraguai contempla, é a maior área úmida do mundo em extensão. Então, nós temos que... E faz parte de um grande sistema, que é o Sistema Paraguai- Paraná da Áreas Úmidas, que é o maior sistema de áreas úmidas do mundo, se juntar todo o sistema. Então, é onde congrega 70% do PIB da América do Sul e etc.. Então, nós temos que estar pensando tanto em conservação ambiental em termos de Pantanal, Povos e Comunidade Tradicionais, como também conservação de recursos hídricos para a manutenção da economia e da socioeconômica local, regional e hemisférica. Então, eu queria colocar essas questões assim, a nossa crítica principal, que foi constada em ata no dia da aprovação no GAP Paraguai é a questão relacionada ao mapa de áreas de uso de... Mapas de áreas de restrição de uso de recursos hídricos como produto do GAP, o produto desse Plano de Recursos Hídricos do Paraguai, nós concordamos com vários itens, mas têm vários que são... Nós achamos um tanto quanto tímido, e um pouco ousado, frente ao nível de impactos que a região está sofrendo há décadas, não é? E cada vez maiores o potencial de se afetar o funcionamento hidro-ecológico do Pantanal. Afetando-se o funcionamento hidro-ecológico do Pantanal, afeta-se o resultado final de todo esse sistema que nós podemos quantificar na produção pesqueira, do qual dependem economicamente toda a região, a sociedade pantaneira depende da produção pesqueira e da conservação das pastagens nativas ainda, apesar de que está sendo como vocês podem ver nos mapas ali o aumento da substituição das pastagens nativas por pastagens exóticas, principalmente de grupos de agroindústria, ou agronegócio não pertencentes a sociedade local. Então, a gente tem essa proposta, eu queria apresentar para vocês, eu deveria ter enviado anteriormente, mas acabamos esquecendo, mas eu vou deixar aqui, já deixei aqui com a Roseli para nós termos uma Nota Técnica de um grupo de pesquisadores que também são membros da Sociedade Civil, das ONGs locais e regionais. Ali está faltando o senhor Eduardo Rosa, que é da Arquiplan, que é o que fez a versão do mapa. Essa versão da Nota Técnica, essa Nota Técnica foi entregue ao Grupo de Acompanhamento do Plano, aos responsáveis pelo plano, pela elaboração do plano em tempo hábil, e a gente ainda mantém essas sugestões, né? E eu queria também salientar que primeiro, eu estou aqui como Sociedade Civil, como eu falei, não é; segunda, eu não faço parte do..., não faço mais parte do Grupo de Pesquisadores que estão fazendo projeto junto a Embrapa, Subcoordenação da Embrapa Pantanal, porque eu também originalmente sou da Embrapa Pantanal e sou também da UFMT, e saí desse Grupo de Pesquisadores que estão fazendo o plano, uma complementação do plano, que é 8 milhões de reais de pesquisa em nível de bacia hidrográfica, não é pouca coisa, vai ser um trabalho, está sendo já iniciado um trabalho maravilhoso. Mas, enquanto esse trabalho não finaliza, dada a urgência, como eu havia dito anteriormente, a gente fez essa proposta e os pontos básicos estão colocados aí, e eu ressalto essa questão da versão do mapa de áreas de restrição de uso da Bacia do Paraguai. O que a gente salienta é, principalmente, a criação de UCs, foi colocada como não a curto prazo, né, não foi dada a importância para essa questão, e a gente tem as Metas de Aichi. Essa questão recursos hídricos e meio ambiente, eu acho que nós deveríamos ousar e definitivamente romper essa divisão, eu falo isso em todas as reuniões, eu trabalho com isso há 30 anos, trabalho com ecossistema frágil há 30 anos e eu acho que se a gente continuar a dividir Gestão de Recursos Hídricos com Gestão Ambiental, a gente está dando um tiro no pé como a gente tem visto já acontecer em São Paulo, Minas, Goiás, Bahia e todos esses problemas, e conflitos que a gente está tendo. Então, o nosso papel como pesquisadores e Sociedade Civil da região é colocar a nossa opinião, e aí está colocada. Como eu falei, nós queremos deixar os únicos rios que sobraram da Bacia do Paraguai livres de barragens e são poucos. Você poderia colocar o mapa, por favor. Sobraram apenas algumas sub-bacias pequenas no Mato Grosso, aquelas que estão e azul, claro, na parte alta, pena que o mapa não está, mas são todas as bacias que sobraram. Então, é simplesmente a bacia do Sepotuba, o Alto Paraguai, do Cabaçal, Jauru já acabou, já acabou a pesca no Jauru, já acabou a contribuição desse rio para o funcionamento hidro-ecológico natural do Pantanal. A sub-bacia do rio Cuiabazinho e Cuiabá, porque a barragem que a gente tem é em Manso, não é. A sub-bacia do rio Piquiri e, principalmente no Mato Grosso do Sul, a sub-bacia do Taquari-Coxim. Tem mais informações aí, mas são as que sobraram. Nós temos hoje 50% do aproveitamento hidrelétrico do potencial dessa bacia de geração de energia hidrelétrica. Então, nós achamos que 50 está bom, não é? 50 para a geração de energia e 50 para os demais usos. Um valor bem razoável, não é. Portanto, a bacia do Alto Paraguai já contribui para a geração de energia do país e nós queremos que a conservação do Pantanal, a conservação dos recursos pesqueiros seja a prioridade agora, a manutenção da pesca como uso múltiplo, e a sua importância social e econômica para a região. E tem outras questões, mas aí eu vou me alongar muito. Nós achamos que o potencial erosivo e a dinâmica do uso do solo não foi adequado nesse mapa, na versão do plano aprovada pelo GAP, e aí também manifestando o conflito entre conservação de recursos hídricos e conservação ambiental, que eu como professora da área de recursos hídricos, como professora da área de Política de Recursos Hídricos, Políticas de Gestão de Recursos Hídricos, eu não concordo que um mapa de restrição de uso dos recursos hídricos da bacia não leva em conta o papel fundamental do Planalto como gerador de erosão a partir do alto uso do solo. Então, nós colocamos o trecho Norte do Paraguai mantendo fora da navegação industrial, como foi feito em 96 pelo até atual Ministro Sarney Filho, na época do Fernando Henrique, porque é um trecho altamente sensível da hidrodinâmica da região geomorfológica, a sub-bacias, como eu falei, livres de barragem, serão as sub-bacias em azul claro na parte do Planalto, mas ficou faltando algumas que a gente não tinha o (...), mas são as que eu falei, uma zona tampão, uma zona de amortecimento de 10 Km entre a planície e o planalto, onde deveria ter produção sustentável como numa APA, porque isso não é muito bem aceito, mas nós da região mantemos essa opinião, porque inclusive faz parte da Lei Estadual do Mato Grosso esses 10 Km e nós achamos muito importante. O pessoal da SEMA do Mato Grosso acha que essa zona de amortecimento é interessante como norteadora da gestão, não é, mais sustentável. Então, nós mantivemos, apesar de ter críticas. E o que mais? Eu acho que foi isso. Ampliação das Unidades de Conservação, outras coisas também semelhantes ao que foi proposto pelo plano da ANA e da Engecorps, que é as APAs nas áreas de nascentes dos principais rios. Já temos no Cuiabá, já temos no Paraguai, apesar de problemas de implementação, mas APAs em todas as nascentes dos principais rios seria fundamental. Então, eu vou deixar a Nota Técnica, e o mapa para a discussão do grupo. E eu queria que mostrasse o mapa da apresentação do Sérgio, por favor. Mostrar a sequência dos mapas já com os impactos. Aí, o 11. Pode abrir. Então, vocês podem ver no 11, desculpa, vocês podem ver nesse mapa que os grandes problemas são da parte alta, não é, e já estão entrando, já tem em arco de desmatamento entrando para a planície, nós podemos ver e aí eu não estou conseguindo ver direito o que é, mas pode ir passando. O grande problema seria também... Uma coisa que eu esqueci de falar, todo o Pantanal ser da categoria R-2, nós achamos que tem que se manter o uso, não ter novos usos e se conservar o que tem. A Embrapa Pantanal tem uma proposta muito interessante de uso das fazendas de forma sustentável, nós podemos também apresentar para vocês a colega Sandra Santos. Pode ir passando. Todos os problemas estão na parte alta e entrando cada vez mais para a planície. Pode ir passando. E é onde temos... Volta ali, então. É onde temos o potencial erosivo maior e aqui nós estamos com 60 a 80% de desmatamento já com acompanhamento da WWF Conservação Internacional, SOS Pantanal, junto com a Embrapa Pantanal se formou uma Equipe Arquiplan, com o Eduardo Rosa, que é o especialista em geoprocessamento, estão acompanhando desde 2002 a tendência de desmatamento e de supressão da vegetação nativa no caso das pastagens em toda a bacia. Então, nós temos esse acompanhamento e isso é fundamental que deveria ser levado em conta, porque 60 a 80% de desmatamento nas nascentes e na área de recarga dos aquíferos, nós colocamos isso também na Nota Técnica com os geólogos, a área de recarga dos aquíferos é exatamente nessa área que está mais impactada com uso de agrotóxicos, também a possibilidade complementação de aquíferos e etc.. Então, eu espero que essa nossa proposta técnica e com base nas discussões da Sociedades Civil seja levada em conta aqui pela Câmara Técnica, e gostaríamos de apresentá-la também na reunião Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos como uma alternativa que deveria ser levada em consideração. Se nós quisermos realmente conservar o Pantanal, nós temos que decidir isso agora e a 100ª Reunião da Câmara Técnica do Plano é fundamental, 20 anos de implementação da Lei de Recursos Hídricos também é um marco histórico e eu acho que nós devemos fazer isso como eu sempre falo, uma vez que está previsto na Constituição que o Pantanal é Patrimônio Nacional. E nós como cidadãos e agentes públicos, deveremos, deveríamos e devemos agir mais rapidamente, não é? A questão é que o MAPA que foi previsto, além de ter algumas questões que nós discordamos, ele está previsto para ser implementado, não a curto prazo. Então, nós achamos que a decisão tem que ser a curto prazo. E eu queria só para finalizar colocar que as SEMAS, principalmente a SEMA de Mato Grosso, elas estão não seguindo o que nós concordamos, acordamos que seria os princípios da precaução e da prevenção. Então, o que tem se dito pelos funcionários, principalmente da SEMA de Mato Grosso, é que eles têm que respeitar a Lei, por isso que eles continuam licenciando hidrelétricas, principalmente as PCHs, não é, que tem licenciamento mais rápido e pouco profundo, não é? Não estão avaliando em nível de bacia hidrográfica como é a discussão desde a obtenção da Resolução 52, de 2013, sobre o plano, que avaliação tem que ser em nível de bacia hidrográfica, em nível de bacia do Alto Paraguai, não está sendo feito isso. Então, está se licenciando mesmo com a aprovação no próprio GAP e também no Conselho Estadual de Pesca, e também no Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que se espere o plano ficar pronto para que se possa ter uma base para licenciamento. Então, eu acho isso. Eu queria colocar essa denúncia oficialmente aqui, porque não se pode para que nós estamos planejando fazendo estudos científicos de alta qualidade, enquanto que os órgãos estaduais estão se valendo de sua prerrogativa de poder licenciar PCHs sem respeitar os acordos, inclusive legais e, inclusive internacionais no caso da Convenção de Ramsar. Então, infelizmente nós temos que colocar essa posição aqui na Câmara Técnica. Então, nós solicitamos que tenha uma posição da Câmara Técnica e do próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos em relação a SEMA de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul suspenderem os processos de licenciamento até que o plano fique pronto e também avaliem a nossa posição técnica, porque somos especialistas na região. Muito obrigada.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Obrigada Débora. O João é o próximo da lista.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Bom dia a todos. Eu como membro do Conselho, somos protagonistas muito intensamente dessa demanda social da região e ambiental por conta dos motivos que vocês, os senhores, já sabem da implementação de um processo extremamente impactante do modelo econômico que nós vivemos, modelo político também em relação a capacidade de reprodução das condições de manutenção do meio ambiente e da atividade correlata tradicional que existe na região absorvendo uma população imensa, milhares de famílias e que como não é de novidade para ninguém, a implementação, a intensificação de modelo de exploração na lógica do grande capital, e também de outros grupos de interesse tem solapando o que nós chamamos de modelo institucional ideal para que os interesses todos sejam contemplados. E o que nós estamos vendo e com a própria experiência do GAP, e de toda essa história nossa, é que na verdade tem hora que nós ficamos participando de toda essa agenda com a sensação de que nós estamos, na verdade, legitimando um processo destrutivo de um patrimônio que seria fundamental até para segurança do país, para ideia de nação, para a ideia de democracia, de Estado moderno, de coisas que nós falamos muito, mas quando nós vamos ver na realidade o que nós vimos nesses últimos tempos na experiência do GAP é que o que está acontecendo é uma reprodução a nível regional do que está acontecendo no país. Os pactos sociais e o Contrato Social do país está corrompido hoje da minha leitura, e quem participa de políticas públicas no caso nosso de recursos hídricos estamos vendo que essa ideia de corrompimento dos pactos e dos valores da lógica e do Contrato Social a nível macro no país, a nível judiciário fazendo coisas equivocadas, o Executivo fazendo coisas sem base social, está se reproduzindo numa certa liberalidade de estamentos inferiores do aparelho público de passar por cima da Lei, de ignorar as normas, e pior ainda de falsear, tentar dar uma ideia de legalidade ao que é ilegal. E aí eu fico imaginando e fico pedindo aos protagonistas atuais no caso do Pantanal, porque poderíamos dizer isso em relação a todos os outros planos, está na hora de todos nós sermos mais responsáveis, sabe, nós não podemos deixar que o falseamento da realidade leve agentes públicos a terem condutas tão passivas e tão assim coniventes com o processo que, na verdade, pensa, tenta o tempo todo dar um *bypass* no que está escrito na Lei, o que está escrito, inclusive na Constituição. Isso está existindo a nível geral e por isso a violência no país cada vez aumenta, a violência local cada vez aumenta, porque o cidadão não tem mais em quem confiar.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Não, eu estou focando exatamente, porque o que eu observei em cima disso do que eu estou falando é que há uma lógica de todos os envolvidos, sobretudo, no Setor do Estado de que o fim justifica os meios e o que é possível fazer se faz, mesmo que isso tenha que fazer as coisas a meio, como que é, fazer as coisas tipo meia sola, superficialmente. Aí o que acontece? Nós vivemos esse problema no Plano de Bacia da Margem Direita do Amazonas, vivemos esse problema há 5, ou 6 anos atrás no Plano de Bacia do Tocantins. O que está acontecendo? No Amazonas está lá os conflitos explodindo a cada dia mais. Lá no Tocantins está essa degradação que nós estamos vendo aí. Basta ver lá o que está acontecendo no Tocantins na Região de Goiás, Mato Grosso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** João, Paraguai, João, nós estamos no assunto Paraguai. Foca no Paraguai.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu estou fazendo uma análise de que é possível, não é Presidente, nós querermos falsear a realidade o tempo todo. O Plano de Bacia do Paraguai vem para nós como um alerta para a gente cair na real. Nós fizemos uma Nota Técnica e que pese essa Câmara ser técnica, ela deveria ser menos política e mais técnica. Em cima dos dados técnicos que nós levantamos e não foi pessoas que a gente, entre aspas, cidadão de segundo classe do senso comum que somente reclama, foi professores de peso no ambiente acadêmico da região e que deveria ser colocado em discussão cada item dessa Nota Técnica, e não ficar fazendo essa lógica do vamos fazer o que é possível e os fins justificam os meios. Por que o que vai acontecer? Nós vamos legitimar o que está dando errado, o que está se fazendo errado, por exemplo, tem a questão da hidrovia que não foi bem explorada também na questão do plano. Então, eu não vou Presidente, fazer aqui o papel de que a gente tivesse num país da Branca de Neve e os 7 anões, ou então, da Cinderela, essa papel eu nunca fiz aqui e nem vou fazer, porque esse plano pode até ser aprovado, mas eu acho que a gente não está aqui para administrar problemas, nós estamos aqui para ajudar a resolver problema, e parece que não é esse o sentimento da maioria das pessoas que muito tranquilamente vivem com os seus salários pagos do nosso bolso e pode muito bem esperar esse tumulto político que está acontecendo no país passar e cada um garante o seu lado. Eu acho que nós não podemos continuar vindo aqui para fazer esse papel passivo. Existe uma série de considerações que foram feitas, se o Estado, ou se o grupo, se as corporações que estão dentro do Estado vão ter poder político para peitar e assumir o negócio é outra questão, mas isso para nós é uma questão importante. E nós vamos sempre bater nessa tecla, porque o que nós ficamos fazendo é postergar o problema como aconteceu no Plano do Amazonas. Então, nós temos uma nota em que cada item estratégico do plano está sendo levantada considerações técnicas e que (...) a Câmara Técnica não fazer esse papel de carimbador de processos que vão andando e vão carimbando como se fosse uma linha de montagem.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** João, você colocou, eu não estou entendendo muito bem o que você está colocando. Você está colocando que nós não analisamos isso. É isso que você está falando da Câmara Técnica? Nós não recebemos. Para é uma novidade que foi colocado agora.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Pelo que eu ouvi aqui, nós temos uma agenda como se fosse assim muito simples. A Nota Técnica que foi já colocada no GAP, o GAP agiu politicamente, quer dizer, todo mundo está agindo politicamente e não tecnicamente. Então, é muito fácil colocar gráfico, fazer coisas bonitinhas no papel, mas refletindo uma situação política delicada, não refletindo a situação política delicada que está aí. Existe uma série de pontos importantes que vão ao encontro do objeto maior que é o planejamento dos usos e, sobretudo, a diretiva para que se aplica os instrumentos de gestão de maneira correta, e não ficar fazendo outorga e dando licenciamento, e fazendo coisas equivocados, e nós legitimando isso com o próprio plano, que seria o documento mais importante do processo. Então, eu vejo que essa agenda é um pouco precipitada se a gente não olhar com mais detalhe os postos levantados por nós já que estão agindo politicamente, como aconteceu no GAP, quer dizer, o GAP teve dia que eu fui lá que não votou em cima de problemas sociais e ambientais no qual realmente sentido por todos, não, juntou a Sociedade Civil a minoria, não sei o que maioria junto ao órgão público e onde tem pouco interesse público nos órgãos estatais lá, não existe interesse público, são politicamente dominado por setores politicamente retrógados e atrasados, e economicamente hegemônicos na região e aí todo mundo garante o seu lado. E aí eu estou querendo dizer Presidente, é que eu não posso ficar aqui fazendo de conta que eu sou um anãozinho de Branca de Neve. Eu queria pedir que as considerações técnicas que vão em encontro de problemas sérios que estão afetando o Pantanal, inclusive para proteger a imagem desse Conselho e proteger a dignidade intelectual e a reputação técnica da ANA, seja levado de uma maneira assim, a cima de tudo não subalternizando isso a uma agenda para agente público mostrar serviço e cumprir uma agenda de que, na verdade, está servindo para encobrir toda uma coisa que está sendo equivocada lá, enquanto não tiver uma postura forte do poder público no seu poder soberano e discricionário de ajudar a diminuir os problemas, a gente fica se usando a ideia de participação e negociação como se fosse uma coisa boa, mas na verdade está se usando isso de uma maneira negativa. Eu estou falando isso, eu quero que essa Nota Técnica que já foi encaminhada anteriormente, eu não sei se foi nos documentos que foram para todo mundo, mas seja considerada ponto por ponto e a gente reavalie, porque o GAP tem uma limitação de poder, e assim mesmo uma limitação focada no interesse político. E nós somos um Conselho Nacional que tem uma Câmara Técnica com essa missão, não vamos ser políticos aqui a ponto de reproduzir as mesmas insuficiências de um Estado que de maneira muito sínica vai para uma reunião dizer que vai continuar fazendo o licenciamento, porque acha que pode fazer. Então, eu peço a compreensão de todos vocês para garantir a dignidade do funcionário público do Estado democrático de direito e não sermos legitimador dessa desconstrução da democracia e do pacto social que felizmente está sendo destruída a cada dia no país.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Antes só de passar a palavra para o Wilson, só lembrar que as questões de licenciamento não estão nessa nossa espera aqui.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Esse discurso não é apropriado mais, ele não bate com a realidade dos fatos que estão escritos.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É. Exato. Mas, é que nós não temos governança sobre isso, nós já discutimos isso.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Não, em outorga, eu estou falando de outorga. Não vou falar de licenciamento, eu vou falar em outorga. Como é que se pode fazer um negócio de um plano onde está se correndo localmente para dar outorga, enquanto o plano não está pronto, porque se deixar o plano ficar pronto, pode ser que diminua as restrições. Então, o Estado junto com setores econômicos e políticos retrógrados vai licenciar correndo para poder ganhar tempo e o negócio nosso fica aqui bromando e tal.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Wilson.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) –** Wilson de Azevedo. Bem, primeiro eu vou cumprimentar aqui os técnicos da ANA pela coordenação dos trabalhos. Eu acho que esse plano do Paraguai trouxe algumas novidades, especialmente na forma de fazer o plano. O fato de não ficar trabalhando, por exemplo, com cifras estratosféricas de competência de outros órgãos e entidades realmente eu considero um avanço. Eu apenas acho que nessa parte de recursos, eu vi o quadro pizza que foi feito aí com uma partição dos recursos, eu não sei se está previsto algum acordo de compromisso com os Estados. Eu acho que se não tem, isso tem que ser feito, porque se não nós vamos ficar só no plano, não é? Outro avanço que eu considero, apesar de ainda prematuro, é o manual operativo, eu acho que é uma forma de monitoramento que tem que ter, não é, porque se não nós vamos ficar como já fizemos algumas vezes contratando consultoria para se fazer avaliação da implementação do plano através de definição de indicadores e etc., e etc.. Bom, eu só queria fazer, resgatar, fazer um pequeno, um rápido histórico da decisão para se fazer esse Plano do Paraguai. Se eu não me engano, em 2010 quando estava se fazendo a revisão do plano e essas revisões do plano sempre eram feitas e ainda são feitas com base nos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, eu me lembro que na segunda revisão o nosso segmento, que é dos pescadores, lazer e turismo, não é, fez inserir no plano a execução do Plano do Paraguai, na contramão daqueles programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Isso foi em decorrência até da construção do acordo binacional do Rio APA, que nessa ocasião nós tivemos lá no Paraguai, na fronteira lá com o Paraguai e na região do Pantanal, e vimos que realmente havia inúmeros problemas na região. Então, nós fizemos incluir isso no plano, na primeira revisão do plano. Isso não houve um acolhimento imediato, não é, mas passado mais uns 4 anos a própria Agência Nacional de Águas solicitou esse Conselho que fizesse uma Resolução, ou uma moção, não me lembro, para que a Agência Nacional de Águas conduzisse esse processo de elaboração do plano, que agora está chegando ao seu, não vou dizer final, porque plano está sempre sendo aperfeiçoado. Bom, feito esse registro e vendo a apresentação aqui que foi feita, há muito tempo eu venho falando que nós cometemos um grave equívoco quando apresentamos os mapas das bacias, nós apresentamos apenas o mapa do lado brasileiro, ora em uma bacia transfronteiriça ignorar a América do Sul, você tem uma visão prejudicada na minha opinião, é claro que você não vai fazer um plano sobre os recursos hídricos do Paraguai, da Bolívia, etc., etc., mas você tem que ter a visão espacial da bacia como um todo. E isso eu acho que tinha que ser contemplado em algum momento nesse trabalho do Plano do Paraguai, você tem que ter a visão do todo para saber como agir na parte que te compete. Então, isso não é só no Paraguai, é em todas as bacias, nós verificamos que a América do Sul é como se não existisse. No Plano do Amazonas, o Amazonas começa na fronteira, quer dizer, então nós ficamos assim com uma visão, na minha opinião prejudicada, é um detalhe que pode ser facilmente corrigido, é uma sugestão que eu queria dar. Uma outra questão que eu queria chamar atenção, isso vem da minha experiência até como Presidente de Comitê de Bacia Hidrográfica, é que os planos de bacia não dão a importância devida aos Municípios, não tem a visão dos municípios, tem a relação dos municípios, tem tudo direitinho ali e coisa e tal, mas os problemas existentes nos municípios que são em último análise os responsáveis pelo uso do solo, e consequentemente pelo resultado da quantidade e qualidade da água, não está, não estão. E pela minha experiência, eu verifiquei que todos os municípios da bacia hidrográfica do Comitê que eu sou presidente tem problema com relação a água. E se o Comitê não atacar esses pequenos problemas, não os colocar no plano, ele não vai enfrentar esses problemas, e o poder de um Comitê é muito limitado, é atacando os pequenos problemas que nós iremos resolver os grandes problemas. Então, eu acho que isso na minha opinião é etapa de aperfeiçoamento do plano que deve ser incorporada em futuros planos, talvez até como um projeto piloto. No Estado de Goiás, nós conseguimos agora colocar nas diretrizes da elaboração dos planos de bacia dos rios estaduais. Essa diretriz de ter um caderno específico para os municípios. Vamos ver até que ponto isso vai evoluir, mas é uma experiência que eu queria deixar aqui registrada. Bom, para terminar, não, eu já falei dos investimentos, não é? Então, eu fico por aqui. Muito obrigado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Obrigada Wilson. Eu acho importante a gente fazer essas reflexões, porque plano nós ainda estamos aprendendo, não é? Então, sempre que nós tenhamos observações que possam contribuir para o futuro para a gente refletir é sempre interessante. Dentro da minha lista, o próximo seria o Gustavo. A Débora, depois o Gustavo, depois o Guilherme, depois a Fátima e depois a Débora novamente. Mais alguém quer nessa lista ainda de comentários? Aí o João Clímaco já é encaminhamento.

**O SR.** **GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) –** Bom dia novamente. Gustavo, representante dos irrigantes. Parabéns aí pela condução do GAP. Eu sei que não acompanhei muito de perto, mas eu sei que foi um trabalho bem complicado, houve várias questões de quem representação dentro do GAP, teve muitos conflitos. Nós sempre ouvimos falar aqui nas reuniões que estava tendo, mas que o negócio estava andando e que as reuniões eram feitas, e que tanto em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o pessoal lá das federações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos contactou na semana passada, porque eles ficaram um pouco assustados com a velocidade que o negócio chegou aqui já para aprovação na Plenária, assim diretamente eles acharam que ainda tem muito tempo a mais para a discussão, eu não sei qual foi a dinâmica, mas tirando as falas aqui, o que me questionou mais foi a questão dessa Nota Técnica do pessoal da Sociedade Civil que também eu não sei cadê, nós não temos nem como opinar, porque a gente não viu e nem sobre o plano. Eu também não recebi o plano, eu não achei em lugar nenhum. Ele não está no documento da reunião, não está. Aonde que está? Eu acabei de abrir aqui, porque eu procurei. Lá dentro do site do OTEP não tem documento, não tem onde está.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Gustavo, ele foi no corpo do e-mail, no corpo do e-mail, é porque é muito grande, não tem como colocar no site. Foi como link. Depois eu posso te reenviar.

**O SR.** **GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) –** Então, eu não tive conhecimento. Eu não consegui ver. Eu sempre entro quando o e-mail, às vezes, tem algum problema lá na caixa muito cheia. Então, eu sempre procuro no site do OTEP e no site não tem. Então, eu não tive acesso ao documento, não tenho muito o que falar, porque eu não vou falar sobre o que eu não conheço.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Guilherme.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Bom dia a todos. Guilherme Godoi do MME. Primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar aí ao Sérgio da ANA que fez a apresentação. Para mim é um prazer está aqui pela primeira vez nessa Câmara acompanhando os trabalhos. Mas, eu só gostaria de registrar que a nossa equipe do Ministério acompanha esse tema, tivemos representantes lá participando ativamente nas discussões no âmbito do GAP e que puderam contribuir em todo esse período de trabalho do GAP. É justamente nesse sentido que eu começo a minha fala é ressaltando a importância de todas as discussões que foram feitas aí nesses 3 anos de trabalhos no âmbito do GAP, não é? O GAP é um grupo que foi, como já foi dito, mas é importante ressaltar aqui criado no âmbito do OTEP, não é? A sua composição foi discutida no âmbito das Câmaras e definida, e assim iniciou-se os trabalhos. Foi também destacado aqui pelo Sérgio a realização de várias oficinas regionais, palestras e encontros buscando da melhor forma possível fazer um diagnóstico lá da situação na bacia com a participação de todos os agentes interessados, envolvidos e usuários na bacia. Eu também gostaria de registrar que após esse período iniciou-se a fase de discussão de todos esses trabalhos de levantamento de dados, que foi exaustivamente feita no âmbito do GAP. Esse trabalho tem 3 anos de trabalho aí que todas ou várias das questões que foram aqui apresentadas pela colega Débora, foram tratadas no âmbito do GAP. Então, eu gostaria de nesse momento registrar a legitimidade de todo esse processo, aqui não há nada ilegal, esse processo é extremamente legal, definido pelo OTEP com a composição e a participação de todos os envolvidos e interessados. Então, não há nada de ilegal nesse processo aqui. Primeiro ponto que eu gostaria que ficasse registrado. Foram avaliados em vários momentos esses trabalhos no âmbito do GAP foram trazidos aqui para essa Câmara e apresentados aqui como já relatado aqui. Então, também houve a participação e envolvimento dos trabalhos dessa Câmara, se não por todos os representantes que estão aqui agora, mas por sua ampla maioria de representantes dos órgãos aqui, acompanharam o processo de discussão no âmbito do GAP. Então, não há que se questionar também a transparência das informações e do processo, e nada no sentido da ilegalidade desse processo de apresentação do plano aqui. Então, a partir disso, eu entro um pouco nas questões apontadas pela colega Débora. Primeiramente, eu gostaria de registrar que eu respeito a opinião de vocês, não é nada em relação a como foi colocado, não é nada disso. Primeiro, nós não tivemos acesso a essa nota com antecedência necessária para fazer uma análise mais aprofundada e ver em quais pontos essa nota poderia não convergir com o apresentado no plano que nos foi apresentado pelo GAP aqui. Então, não há como eu dizer pontualmente o que concorda, ou não em relação aos seus questionamentos, porque eu não tive acesso a esse. Esse é um primeiro ponto. Segundo ponto, eu gostaria de ler lá um trecho da ata em que esse plano foi aprovado e encaminhado aqui para a discussão na CTPNRH. Na fase de aprovação do plano: "Luiz Noqueli conduziu a votação e solicitou que os membros a favor do encaminhamento do plano ao CRNH continuassem como estavam todos os presentes. Em seguido perguntou se há contrários ao plano, não houve manifestação e não houve abstenções. Luiz Noqueli finaliza indicando que a aprovação do encaminhamento do plano. Sérgio Hélio Morais, da ANA, explicou que o GAP está fazendo..., o que está fazendo é o encaminhamento do plano ao OTEP e ao se colocar uma ressalva não há como dar continuidade aos debates das prioridades já em andamento, e as de curto prazo, penalizando a bacia com a ausência do encaminhamento. Fonasc, Cointa, ABES não estão de acordo com o mapa de restrição de uso apresentado ao plano. Esse é o trecho que aprovou esse plano a ser encaminhado aqui. Desde esse momento lá foi registrado realmente pela Fonasc, Cointa e ABES que não concordavam com o mapa de restrição de uso apresentado, de pleno direito que seja feito, mas devemos respeitar a grande maioria do GAP que aprovou o plano e essa área de restrição como está posta aqui. Levantar uma série de questionamento, variáveis em relação a desmatamento, 80% de desmatamento em áreas aí, com todo respeito ao trabalho técnico, que eu não tive acesso, todas essas informações são questionáveis e foram avaliadas no âmbito do GAP. Então, eu sugiro que sejam encaminhadas para avaliação em momento oportuno no âmbito do GAP. Como já foram feitas e eu tenho certeza disso. Mas, como foi colocado aqui, eu sugiro que seja tratado no âmbito do GAP em outro momento. Então, passo agora um pouco as questões apontadas pelo Clímaco. Como eu já disse não há nada de ilegal nesse processo e não tem ninguém aqui querendo fazer *bypass* a situação nenhuma. Esses dois termos você pontuou; ilegal, não é ilegal pelos termos que eu já disse, e *bypass* não há. Agora, a apresentação de uma nota em cima da hora da reunião em que ninguém tem conhecimento com uma série de informações que não convergem com o plano, na minha opinião essa sim poderia ser encarado como uma situação de *by-pass,* que eu não vou nem entrar nesse mérito, porque eu não usaria esses termos para colocar em relação a sua Nota Técnica que eu desconheço e respeito o trabalho técnico. Em relação a crítica representativa do GAP, como eu já disse aqui a representatividade foi definida no âmbito do OTEP e nas suas Câmaras Técnicas, houve participação dos representantes estaduais, ai eu entro um pouco na fala do colega Wilson, representatividade dos municípios também nessas várias oficinas e trabalhos foram convidados para trazer as questões de cada município, e de cada agente envolvido ali a contribuir com esse plano. Esse plano foi construído aí há várias mãos durante 3 anos. Esta é a grande questão que eu ressalto para os senhores aqui. Colocar em cheque aqui nesse momento com informações pontuais e que com certeza foram tratadas no âmbito do GAP, para mim não me parece correto sem dar os subsídios necessários para que todos aqui possam avaliar a contrapartida, não é? Então, nesse sentido o colega questionou também a rapidez do encaminhamento e aprovação do relatório no âmbito da Câmara. Como eu disse, essa Câmara vem tendo acesso aos conteúdos desse plano rotineiramente aí nesses três anos de trabalho. Então, não é nada que caiu do céu e estamos aqui para aprovar sem termos conhecimento. Quem participou, se envolveu com esse processo conhece esse trabalho que está sendo apresentado aqui agora. Então, por último, eu gostaria de colocá-los, colocar para os senhores o encaminhamento do MME de aprovação integral do plano como está apresentado e como foi aprovado no GAP. Em segundo, eu gostaria de colocar aí para a senhora Jussara, uma questão de ordem em relação a apresentação desse trabalho técnico, que eu não tive acesso. Se alguém aqui teve acesso e possa ir fazer alguma contrapartida em relação aos colocados na Nota, eu não tive acesso. Então, eu não posso fazer. Então, por questão de ordem esse tema não deve ser discutido aqui, porque nós não tivemos acesso ao conteúdo. Então, isso é uma questão de ordem para os trabalhos da Câmara. É, enfim, pessoal, eu acho que no mérito não posso discutir as questões apontadas, mas o que eu posso definir é que várias dessas questões foram amplamente debatidas no âmbito do GAP com a representatividade definida e que como prova..., como bem colocou o Sérgio aí, dos vários trabalhos que já foram feitos nesse sentido, esse do GAP chamou muita atenção pela representatividade elevada durante todo o processo, até a fase de aprovação e encaminhamento, não houve ausência de representatividade. Enfim, respeitando a opinião contrária, mas os vários usuários locais tem os seus vários interesses em relação aos usos, tem os aspectos econômicos associados a isso, tem aspectos sociais. Então, tem várias outras questões que não só as pontuadas aqui que têm que ser muito levadas em consideração para se ter encaminhado o plano desse jeito. Então, essa é a opinião do MME, eu encaminho pela aprovação do plano e é isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Guilherme, eu agradeço as suas ponderações. Quanto a Questão de Ordem, eu também tenho essa dificuldade de algo que nenhum de nós teve acesso, não vai ser possível analisar, até porque não temos. E como nós temos uma pauta já a discutir, então, eu sou da mesma opinião. Próximo na lista é a Fátima. Ok. Eu tenho ainda Debora, Aparecida, Sérgio e o João Clímaco que quer fazer o encaminhamento. E aí, então, pode.

**A SRª. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) –** Luciana da ANA. Só para esclarecer para quem não é membro do GAP aqui, não é, essa Nota Técnica foi encaminhada para o grupo e nós com a ajuda da consultoria que nós contratamos respondeu ponto a ponto todos os itens que foram apresentados por ela, isso foi apresentado no GAP e o que foi possível de ser incorporado no documento, foi justificado também dessa maneira ponto a ponto, de acordo com a metodologia utilizada, o que foi possível de ser incorporado foi incorporado, enfim. Então, é um documento que ela por mais que se diga que não foi considerado, ele foi considerado sim e o que no que foi justificado para ela e para todo o grupo foi incorporado aquilo que foi possível incorporar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Então... Eu tenho só uma proposta de encaminhamento para... Não, não, mas é só uma questão de ordem, mas você está na... Encaminhamento sobre encaminhamento. E como fazer, você está na sequência, não é? Eu tenho na sequência a Débora, depois você, o Sérgio e o João Clímaco, tem esses 4. A minha sugestão é dado o adiantado da hora, que nós concluamos essa fase de discussão aqui nesse momento e passe na volta do almoço. Então, já analisar a questão da minuta sendo mais objetivos. Ok? O Plenário. O que nós vamos fazer é avaliar a minuta. Pode falar, a questão de ordem pode.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Não, é só uma dúvida. Eu acho que depois da fala da Luciana da ANA, eu acho que fica maior, eu até retiro parte do que eu iria falar, e aí só corrobora com o que eu ia propor, se nós formos analisar documentos que já passaram no GAP, que já foram analisados pelo GAP, eu acho que nós não precisamos do GAP, ele foi criado justamente para ele se debruçar sobre o assunto e trazer para cá todas as recomendações e é claro a ANA, e a empresa que está executando está aqui para estar respondendo todas as ações. Então, me preocupa nós começarmos a entrar, porque a qualquer momento nós podemos começar a trazer vários documentos que foram apresentados lá e pedir que seja analisados aqui também. Eu acho que é um desrespeito a um grupo que foi criado para começo de conversa, o grupo foi criado para isso. Então, se toda vez que eu perder em alguma colocação lá no GAP, eu trago para cá, então, porque lá não foi acatado e fora que o que a ANA colocou é que foram acatadas várias das questões. Então, é mais à situação de uma Questão de Ordem. Nós vamos estar analisando os documentos que já foram analisados no GAP, ou nós estamos analisando um produto que o GAP está apresentando aqui para nós recomendarmos, ou não para o OTEP?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Foi exatamente o que nós colocamos, o Guilherme colocou, e eu corroborei. Eu acho que nesse momento não é o caso de nós analisarmos entrar na análise da Nota Técnica, até porque as pessoas que estão aqui não receberam a Nota Técnica, teria que avaliar. E como já houve um processo de discussão, como o próprio Guilherme colocou agora na colocação dele, teve toda a discussão, teve uma aprovação e agora por esclarecimento da Luciana, eu acho que está, a mim me parece claro. Mas, vamos ouvir agora. Próxima é a Débora, nós ouvimos a Débora, depois você continua na lista, que você entrou na questão de ordem, aí o Sérgio. Ok? Pode falar. É isso. Então, ok. Débora

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Obrigada. Então, várias questões aqui, como foi dito aqui a questão do acompanhamento do processo não é tão detalhado. Nós estamos seguindo o rito hierárquico da Política Nacional de Recursos Hídricos, a nossa demanda não foi aprovada no GAP, foi aprovada algumas sugestões, óbvio, eu falei isso aqui na minha fala, mas não a totalidade e não as coisas que nós consideramos mais críticas. Lembrando que somos especialistas na área de Gestão de Recursos Hídricos, não nós, eu, o grupo e a Sociedade Civil, que ali mora, nós somos especialistas na região e por mais que se tenha informações, as informações geradas no projeto Embrapa/ANA vão ser muito mais detalhadas em nível regional e bacia hidrográfica, inclusive levando em consideração os outros países que são membros, não é, a parte hidrológica principalmente. Então, a questão é seguir o rito, uma vez que não foi aprovado lá e o GAP não é terminativo, o GAP não é uma instância, a meu ver, que decide e o que decide no GAP, aqui nós temos que referendar enquanto Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou eu estou muito equivocada, ou eu acho que vocês não estão entendendo o nosso posicionamento. O nosso posicionamento é simplesmente seguir a hierarquia, uma vez que quem tem que decidir os conflitos é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos em âmbito de uma bacia federal. Certo? Então, aqui eu acho que a questão do termo ilegalidade, eu acho que não foi bem apropriado pelo colega, porque aqui ninguém falou em momento algum em ilegalidade e sim em interpretação equivocada do que, ou tendenciosa do que está se colocando na Lei. Usos múltiplos tem que ser conservados. Pantanal tem que ser conservado. Alguém tem dúvida em relação a isso, não é? Eu acho que não. A pesca, que é um uso múltiplo socialmente importante para a região, extremamente importante para a região, tem que ser conservada. O Pantanal sem peixe, eu acho que não é o que nós esperamos no futuro para os nosso filhos e netos. Então, eu acho que tem que ser levado em conta sim. Nós fizemos um questionamento prévio para a Presidente Jussara, já com vários aspectos dessa Nota Técnica em novembro de 2017, no e-mail que eu tenho aqui, eu mandei para a colega Roseli, para ela abrir se for preciso, mas nós já colocamos esses questionamentos, a maioria deles. Então, isso que eu queria colocar. Sim, a ANA, nós aprovamos o plano no âmbito geral, como o colega falou e leu a ata. Muito bem colocado, só que o MAPA de áreas de restrição de uso nós não aprovamos. Isso foi colocado de uma forma bem explícita também na minha fala. A questão da representatividade. O GAP, nós não consideramos o GAP representativo da sociedade local e, inclusive essa própria Câmara Técnica não aprovou a Minuta de uma Resolução que ampliaria essa representatividade justamente uma demanda a partir do nosso trabalho como representante da Sociedade Civil. Uma Câmara Técnica em que os pescadores são representados, uma Câmara Técnica não, desculpa, um Grupo de Acompanhamento do Plano do Paraguai, que é formador do Pantanal, sem a participação dos pescadores profissionais e artesanais é não representativa no nosso modo de ver. Nós tentamos, isso foi mal interpretado, ou foi tendenciosamente decidido no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso, que seriam representante da piscicultura, sendo que houve uma mobilização de mais de 150 pescadores participando no GAP em dezembro de 2015 para que tivesse a representação dos pescadores. A mesma coisa dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais. Isso foi apresentado aqui e não foi aprovado, infelizmente com o voto da ANA, da Agência Nacional de Águas. Nós fizemos uma reunião com o vice-ministro em setembro do ano passado, não pudemos ser recebidas pelo Ministro Sarney Filho, fomos recebidos, nós como Sociedade Civil Local, WWF participando, Fonasc, eu não me lembro mais outros colegas, mas a UFMT também estaria representada, nós como membros dessa Nota Técnica, representadas como pesquisadores. Então, nós fizemos essa reunião com o Ministério justamente para levar essas questões, a não representatividade do GAP na parte social, o GAP é formado em sua maioria pelo Governo, pelos governos e pelos usuários, que é o que acontece, o voto é similar entre os grupos, raramente destoa a opinião do usuário com a opinião infelizmente com a opinião do setor público. Então, essa questão de representatividade é muito questionável. A questão dos municípios que o Wilson coloca é importante, mas infelizmente os municípios não participaram, tinha a Associação Municipal dos Municípios de Mato Grosso, aí pensamos em colocar de Mato Grosso do Sul, não, Mato Grosso do Sul, eu acho que tinha também, nenhuma das duas nunca participou. Aí nós substituímos, teve uma versão intermediária da nossa demanda para aumentar a representatividade da Sociedade Civil e foi muito mal feita, porque o Mato Grosso é o titular e o Mato Grosso do Sul é suplente no caso dos pescadores, o indígena tem apenas um representante, e no caso das comunidades tradicionais não teve, e também dos assentados na agricultura familiar eles eram Mato Grosso era suplente do Mato Grosso do Sul e vice-versa. Então, era uma vaga apenas, um voto apenas, sendo que a Federação de Agricultura de Mato Grosso tem um voto e a Federação de Mato Grosso do Sul tem outro voto. São dois votos. Então, é gritante a diferença, infelizmente, de representatividade dos povos e comunidades tradicionais, e da agricultura familiar, que são usuários, são usuários ditos insignificantes, mas eles são usuários e devem ser representados dignamente, e de forma igualitária. Então, essa diferenciação na representação é gritante no nosso modo de ver quanto a legitimidade da representatividade que o colega falou. Mas, a gente volta a dizer os dados são científicos, certo, tem publicações, tem posicionamento técnico de professores gabaritados e nós esperamos contar com a avaliação do Conselho em uma etapa simplesmente dentro dessa Câmara Técnica, em uma etapa a ser seguida dentro do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Simplesmente isso, ninguém quis atropelar, ninguém quis nada, obviamente não mandamos a Nota Técnica anteriormente, porque isso aconteceu em dezembro e a reunião da Câmara Técnica já é em janeiro. Então, muita gente de férias, não teve tempo hábil, mas a ideia é justamente levar esse questionamento aqui como fórum coletivo de decisão e de encaminhamento à Plenária. A nossa decisão tem que ser como bacia federal, eu vejo como uma decisão que tem que ser feita pelo Plenário. A nossa opinião é extremamente profissional, não é política e é nossa opinião é baseada no bem comum, não é? Nos princípios da prevenção e da precaução. Eu acho estranho que nas reuniões que nós participamos as pessoas que estão ligadas a conservação de recursos hídricos e conservação ambiental são vistas como opositoras ao sistemas de produção e as representações de órgãos públicos por agentes públicos. Nós não somos opositores, nós somos a base de informação e de posicionamento socioambiental e técnico junto com o plano obviamente elaborado pela ANA e GCOSP, que é a base da sustentabilidade da região. Se é isso que realmente é o nosso objetivo. Obrigada.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Débora, eu vou fazer um aperte aqui antes de passar a palavra. Tudo certo, que você mandou em novembro, eu estou procurando aqui, essa Nota Técnica eu não recebi em novembro. Sim, ok, mas não, não, nós não recebemos, nós não temos assim. Ok. Ok. Sim. Ok. Ou seja, nós não tivemos conhecimento exatamente do que, que pontos eram e etc., etc.. No processo de planejamento, e isso eu coloco muito para os meus alunos, eu sou professora de gestão e professor de geologia, enfim, tem algumas áreas que eu atuo bastante, não é? Então, o que a gente coloca? Que o conhecimento ele vai sendo agregado à medida que o processo vai andando, mas existem momentos de decisão. Dentro de um calendário de processos de decisão algumas coisas precisam ser fechadas, isso não impede que as coisas tenham andamento, porque existe toda a questão do passivo, é óbvio que tem conhecimentos que a gente não tem no momento que está estudando, por maior que seja e nós podemos olhando o documento e olhando o relatório apresentado e todo esse processo aí que já tem 3 anos, que a gente acompanhou aqui, a gente acompanhou algumas apresentações, toda a quantidade enorme de material apresentado, e a gente teve a oportunidade aqui de perguntar, de discutir que modelos usou, enfim, nós podemos acompanhar, de uma certa forma, não com a mesma intensidade que o GAP obviamente, porque as nossas reuniões aqui foram menores, mas ao longo desse processo foi um trabalho de grande envergadura, obviamente talvez não tenham sido, não tenha se conseguido abordar tudo e nunca isso vai acontecer, não é, sempre vai ficar alguma coisa que ao longo do processo se percebe, mas aqui não está muito bom, mas tem que aprofundar. Vamos ir adiante. Então, o que a minha visão, o que está me parecendo que aconteceu ao longo desse processo? Essa Nota Técnica veio já no final do processo de 3 anos. Então, já no momento crítico já da finalização de um cronograma de um trabalho que precisa ter etapas, depois me corrijam se eu estiver equivocado. Então, dentro desse processo que está estabelecido desde o próprio cronograma da licitação, o cronograma e dentro das atribuições que foram dados pelo próprio Conselho e a gente, inclusive, passou por aqui, inclusive alteração do GAP, não é, que foi solicitada a primeira vez, eu participei bastante da primeira alteração para atender justamente as demandas que vieram da Sociedade Civil e foi feito todo um estudo e nós aqui fechamos com o acorde da própria Sociedade Civil, das ONGs, aqui nessa Câmara Técnica. Então, foi acordado que estava ok, que dentro dos princípios da formação do Comitê. Então, eu não vejo nesse processo que tenha alguma coisa errada, porque a própria formação do Comitê teria a mesma formação e é o Comitê quem aprova um plano. Então, o GAP da maneira como passou aqui na Câmara Técnica e como a gente acompanhou o processo ele seguiu, inclusive foi a consulta e tudo para que tenha..., que ele tivesse realmente o que as nossas Resoluções colocam que tem que ser um GAP e um Comitê de Bacia. Então, nesse sentido talvez a percepção não seja a mais adequada, enfim, mas é o que nós estamos seguindo o rito bem, seria até uma ilegalidade aí da nossa parte se nós tivéssemos aprovado alguma coisa que estivesse fora das recomendações do que foi a Resolução e o que conduziu esse processo. Isso com relação ao GAP. Com relação aos estudos, eu entendo que toda a contribuição, inclusive dessa Nota Técnica que eu vou ler com carinho, não é? E para ter ideia dessa Nota Técnica seria interessante acompanhar os relatórios, os estudos que..., porque aqui é só o encaminhamento dos estudos realizados, mas nós teríamos que ter condições para ter uma boa análise, também ter acesso a base que gerou esse trabalho da Nota Técnica. Eu tenho certeza que deve ter sido muito intenso e deve ter sido muito interessante. Ainda, mesmo que estudos sejam colocados, novas informações técnicas, algumas decisões não são..., o engenheiro quando termina, conclui o estudo de hidrologia, ou de outro qualquer, não tem o que é certo, ou que é errado, são indicativos e aí entra os critérios que entram, então, a subjetividade da compreensão dos atores decisores. Então, os estudos são a base de apoio às decisões. Então, as recomendações que estão aqui, elas são também da interpretação do conjunto de pessoas que trabalharam e que pelo entendimento, e a vivência deles, eles entendem que seja mais interessante que seja dessa forma. Eu como pesquisadora e que já passei por diversos processos de decisão assim, muitas das coisas que nós pesquisadores entendemos que seria melhor de tal forma, não foi o que foi realmente ficou na decisão, mas por quê? Porque todas essas coisas servem para decisão, porque não são só essas variáveis que entram na decisão. Existem outras variáveis dos atores decisores que vão pesar nessa decisão. E eu imagino dentro desse processo do rito de formação, de novo, as discussões que foram intensas em nível de GAP, com base, com acesso a todas as informações. Então, a decisão no momento do GAP pode ter sido justamente pela novidade da chegada dessa nova informação, mas precisando atender um rito foi decidido. Então, nós temos um cronograma para seguir e esse estudo com certeza poderá conduzir a muitas ações ao longo dos anos da implementação do plano, nada impede que algumas coisas não sejam consideradas pelos atores. Mas, enfim, são algumas reflexões que eu coloco para vocês também acompanharem a reflexão, a minha contribuição. Eu passo a palavra para a Aparecida. Você já falou, não é? Então, o próximo é o João e depois o Sérgio.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** A minha fala não inválida o esforço que foi feito, até porque é um esforço extremamente árduo do todo mundo, inclusive nosso segmento que voluntariamente agregou uma quantidade da capital intelectual na região por conta do compromisso dos cidadãos com valores muito maiores do que um valor que justifica uma agenda, no valor de uma lógica burocrática, e isso a gente fala porque a gente acredita que o Estado seja um ente que pode servir pra garantir o interesse social e público. Então muita coisa que foi falada aqui me pareceu que... eu já participei de quatro planos de bacia, e eu não tenho mais paciência, mas tenho que ter a cordialidade mesmo que eu não tenha a paciência de não assim, assumir e entender como entendido certas hipocrisias, não é? O que está em jogo aqui são os interesses econômicos que sobressaem sobre tudo que existe na sociedade, não só aqui, em qualquer coisa ou qualquer lugar, infelizmente, eu estava assistindo um seminário ontem sobre filosofia, e o Deus mercado determina tudo. Então aí se encontram vários tipos de narrativas assim pra fazer um floreio de uma coisa que não tem sentido, o que está colocado aqui e eu espero que esse documento seja constado na ata dessa reunião é que, tem coisas que vão dar problemas, e não vão resolver o problema, vão facilitar a permanência de um problema em nome de uma solução que nem político faz, vou fazer uma ponte aqui, no tal de vem eleição, volta eleição e nessa realidade vai sofrendo ribeirinhos, vai matando-se pessoas, pessoas vão morrendo, isso me faz lembrar o plano da Amazônia, o plano da Amazônia foi feito aos poucos, aos trancos, até por uma conivência irresponsável de alguns atores do setor público que hoje nós estamos vendo o que estava por trás do plano da Amazônia, uma regulamentação de certos empreendimentos que hoje estão estourando conflitos de todas as esferas. Isso pode até acontecer no caso do Paraguai, porque eu tenho a plena consciência de que ao contrário do que a Presidente falou eu não estou aqui para fazer justificativa técnica e equivocada de um erro, eu estou aqui para fazer política mesmo, eu estou aqui para falar do interesse da sociedade, enquanto que a Doutora Débora pode ter esse olhar mais científico, eu não, porque eu não acredito nesse olhar técnico quando, na verdade, deveria ter, e as instâncias são todas políticas, são todas políticas em cima dos interesses econômicos. Então não vamos fazer assim, pintar um discurso falso, tirando a realidade novamente, nós queremos que sejam levantados porque quando acontecer a mesma coisa que aconteceu no Amazonas, e está acontecendo os conflitos, a gente tem uma memória que vai ter que ver quem é que fez equivocado, porque o que se prevê é que um plano regule a aplicação dos instrumentos, o que está acontecendo é uma festa, a gente criou uma demanda de um plano que gerou uma festa para se destruir o Pantanal antes que o plano esteja pronto. Então nós estamos cumprindo a nossa responsabilidade de dar ciência aos responsáveis por esse descalabro, seja ele do setor público ou não, porque vai chegar uma hora que esse País não vai ter jeito, vai ter alguma coisa que vai acontecer para colocar ordem nessa bagunça, tudo está sendo falseado em nome de uma democracia que não existe, que dá direito que não existe, e em nome de um plano que pode repetir os mesmos erros dos outros. Fica registrado então essa situação, ainda com uma intenção de poder ajudar, e essa Câmara ser realmente técnica e menos política, eu sugiro dentro do meu encaminhamento... porque o Conselho ele vai ter que dizer não, e dizer o porquê ele está dizendo não, porque o Conselho ele não é um ente da gente, ele é um ente da sociedade, é uma instância do Estado que é público e que dê uma resposta à sociedade, então esse Conselho vai dizer o porquê não quer e não vai considerar esses aspectos técnicos. Então eu estou... seja lá qual for o resultado que esse Conselho e a Câmara Técnica, sobretudo, técnica entre aspas, implementar, eu estou propondo que façamos uma... inclusive porque a ANA até já falou que fez isso, mas vamos ver, confrontando com a expertise dos técnicos que estão aqui, e não políticos, façamos um Grupo de Trabalho que dê um parecer sobre cada item levantado, inclusive porque a ANA já fez, mas sob base técnica mesmo e qual o efeito disso na bacia? Qual efeito disso na sociedade? Aí tudo bem, aí o Conselho vai se posicionar, agora tramitar um negócio meia sola que não foi feita no Amazonas, no Tocantins, e depois nós estamos vendo conflitos e ninguém é responsabilizado é muita... ainda mais pagos com nossos impostos é um absurdo, então eu estou dando ciência aos senhores que se o problema não for resolvido, pelo menos ele vai ficar legitimado, colocado, explicitado, porque para nós ele não é um papel escrito, para os cientistas, ele é a realidade do ribeirinho, do pescador, que estão como vidas humanas sendo sacrificadas em nome de interesses econômicos que infelizmente o Estado não tem competência e nem potência para assumir o seu papel de garantia, a parte pública, o interesse público e, sobretudo, usos múltiplos. Obrigado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Aí nós analisamos, vamos ouvir o André primeiro.

**O SR. ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVEIRA (Org. de Ensino e Pesquisa) –**Bom, André Silveira então. Primeiro parabenizar esse plano que eu acho que vai um marco para a bacia do Alto Paraguai, é melhor que ele exista, eu não posso concordar de que ele foi um plano mal feito ou que tenha todos os defeitos possíveis, que ele não possa ser melhorado ao longo do tempo. O fato de ter levado eu acho que três anos, isso também não... eu acho que seria contraproducente montar um Grupo Técnico, vai levar três anos também para analisar em detalhes, senão vai ser algo bastante superficial, nós que trabalhamos com pesquisa e coisa as nossas pesquisas duram dois anos no mínimo. E também eu acho que está se sobrevalorizando infelizmente, até o papel jurídico de um plano, o plano não obrigada e nem desobriga, isso é a prática do Brasil, nós temos o caso lá do Rio Grande do Sul o plano dos sinos, por exemplo, o Rio do Sinos, não impediu, não estava impedindo a construção de, por exemplo, Minha Casa Minha Vida em área inundáveis, mas o que foi a reação do Comitê de Bacia? O Comitê de Bacias baixou uma Resolução e foi atrás do Ministério Público, ou seja, o plano está ali, mas ele pode ser emendado, pode ter resoluções a nível de Comitê que pode ser força jurídica e decisões impactantes que possam ao meu ver corrigir essas distorções que estão sendo colocadas aqui. Como nós não temos, eu não tenho condições de verificar daqui dessas 26 recomendações o que realmente foi acatado pelo GAP, então não dá para julgar isso, e também qual é o nosso papel hoje aqui? É reanalisar todo, tecnicamente como CT, nós sabemos que tudo tem política no meio, da esquerda, da extrema esquerda para a extrema direita nós temos interesses políticos, e todos se dizem representantes do povo, e o povo muitas vezes está morrendo como diz o... Então em certo momento eu fiquei confuso, o que a nossa Câmara Técnica vai fazer hoje? Vai negar o plano, e aí levar mais três anos rediscutindo essas coisas, ou vai aprovar o que é, supondo que esteja bem, mas que ele não é engessado, não é um plano que não seja imutável e que não possa ser emendado, inclusive politicamente em nível de Comitê, com o uso de Ministério Público, e é assim que se luta no Brasil atualmente, mesmo que várias pessoas não acreditem mais na justiça não é? Mas é o que temos, é o que temos. Então eu acho que esse documento pode ser importante no futuro, mas não hoje, não temos condições de avaliar a repercussão disso dentro do plano, então eu até sou contrário a anexação disso na ata de hoje.

**O SR. ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVEIRA (Org. de Ensino e Pesquisa –** Regimentalmente a sua proposta não tem cabimento. Qualquer documento que um Conselheiro encaminhe...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É um aparte. André, só colocando, o documento ele entra como anexo da reunião sim, a questão só é que nós vamos decidir e obviamente, nós aliás, não vamos decidir, eu imagino que o nosso papel hoje, e me corrijam se não for isso, se eu estiver equivocada já que eu também estou aprendendo a lidar com essas coisas, mas o nosso papel hoje é nós recebermos o plano, nós não vamos alterar o plano, não cabe aqui, nós acompanhamos se alterar tem que voltar para o GAP e enfim, nós não vamos alterar, o nosso papel aqui é está ok? Vai adiante? Ou retorna? É esse o nosso papel, então nós vamos avaliar aqui se isso vai adiante, se vai para a CTIL e a CTIL vai para o Conselho, aí o Conselho decide, quem decide mesmo é o Conselho.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** A senhora está equivocada, porque tem dois caminhos, são três caminhos, vai adiante, volta, ou o Conselho ou a Câmara, por exemplo, o nosso papel aqui está estabelecido em uma Resolução do Conselho que é muito clara a Resolução do nosso papel.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok, mas nós não podemos alterar lá. Nós não podemos alterar.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Não. O nosso papel está definido em uma Resolução do Conselho que institui a Câmara Técnica e, inclusive depois teve outra Resolução que definiu o nosso papel, então o nosso papel aqui está muito claro, a nós não temos nenhum medo ou inconveniência de decidir o que nós quisermos sob o ponto de vista técnico do que está colocado nos papéis escritos. Então nós podemos aprofundar e, inclusive justificar o que a senhora está falando, não cabe, mas desde que tenha uma justificativa técnica, não assim “ah, porque o nosso papel aqui é só pegar, carimbar e mandar” porque vai chegar na plenária do Conselho e nós vamos mostrar, porque eu acho que eu participo de uma Câmara séria.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok, até vou dar uma olhadinha depois na Resolução, mas eu passo a palavra então para o Guilherme.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Bom, eu tinha registrado o pedido de palavra antes aí dos comentários, então eu gostaria de voltar um pouco atrás, logo após a minha fala, eu acho que colega Luciana aqui da ANA pontuou muito bem que essa Nota Técnica foi apresentada ao GAP senhores, o GAP avaliou essa nota, e vários aspectos foram incorporados ao trabalho, e alguns outros aspectos como aqui já pontuados, não foram em sua ampla maioria aprovados no âmbito do GAP então o que nós temos aqui é a constatação que essa nota já foi avaliada no Grupo Técnico que instituído para isso, que é o GAP, proposta de criação de um novo grupo técnico aqui, para mim é querer retardar o processo e jogar, levar à estaca zero todo o trabalho que foi feito em três anos no âmbito o GAP. Eu acho que ninguém aqui deve defender essa alternativa. Então são dois pontos, já foi avaliado pelo GAP em sua ampla maioria aprovou o plano como está apresentado aqui, em segundo eu defendo que não seja criado novo grupo para isso, em terceiro eu acho só o seguinte, foi colocado aqui uma questão muito séria, uma questão relacionada ao ambiente político instituído em um Câmara que pelo nome é técnica, Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa Câmara ela é um ambiente técnico de debates, e se tem alguém aqui que está politizando o debate esse alguém é você Clímaco, porque você diz em vários aspectos subjetivos que está havendo algum tipo de perseguição, algum tipo de imposição de opiniões e, não há nada na minha opinião nesse processo que indica isso. Esse processo, esse trabalho que está apresentado aqui foi discutido três anos no âmbito de um Grupo Técnico, nós estamos avaliando aqui na Câmara a conclusão de um trabalho que foi feito exaustivamente foi discutido vários aspectos que vocês foram colocando e já foram incorporados e analisados nesse processo, enfim, por último eu ressalto a palavra da Jussara que falou muito bem que no âmbito do desenvolvimento do trabalho chega um momento que torna necessária a tomada de decisão, e a tomada de decisão é essa, esse é o momento de tomada de decisão e encaminhamento do plano à plenária o OTEP, essa é a minha opinião.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu gostaria de ter a minha consideração levada em conta.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Só... Nós abrimos ali a Resolução que institui ao GAP. O GAP é o grupo de... é o grupo de acompanhamento que acompanhará a implementação do plano até a criação do respectivo Comitê, caberá a CTPNRH analisar os resultados da elaboração do plano nas fases de diagnóstico e etc., objetivando subsidiar a sua deliberação pelo OTEP, não cabe a nós alterar, cabe a nós apenas analisar. Ok? Está certo?

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Está corroborando a minha fala.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Isso. O que eu entende em relação... vou fazer as ponderações novamente, eu acho o que André foi muito feliz, ele colocou de uma outra forma que é, que talvez eu não tenha conseguido colocar, mas foi o meu objetivo da minha fala, nós temos para analisar vai se prorrogar muito o prazo de implementação do plano. De dar início a isso, nós não temos acesso aqui, ao que tivemos acesso primeiro a todas as sugestões agora, essas sugestões nós não tivemos acesso ainda, quer dizer, recém nós iríamos ler o que era isso aqui, mas isso está baseado em estudos, e esses estudos também teriam que ter, nós teríamos que ter noção de metodologia, e etc. e etc. Então todo esse processo como disse o André levaria mais um bom tempo para análise. Segundo, esse processo já tem um grupo de acompanhamento, quer dizer, um grupo para trabalhar, um grupo para fazer análise e etc. ter um outro grupo, se a Câmara Técnica já criou o grupo, o Conselho criou o grupo para analisar esse plano, nós vamos criar um outro grupo? Eu não vejo muito sentido não. Eu acho que se fosse o caso seria de novo o próprio GAP, não vejo sentido nisso, e o plano, de novo, eu vou colocar as minhas primeiras palavras, nós aqui acompanhamos ao longo do processo, nós vimos o andamento, nós recebemos esse plano, que é um plano assim bastante exaustivo em muitos dos estudos, talvez não sejam todos eles 100% como nada na vida nós fazemos 100%, sempre tem algo a melhorar, então eu acredito que tenha muita coisa a melhorar sim, e isso nós vamos descobrindo ao longo das reanálises da implementação, dos debates e discussões ao longo do processo, mas atrasar, se atrasaria as muitas coisas boas que o plano contém, se retardaria a implementação desse plano e a bacia perderia os benefícios de já estar com isso em andamento, isso não impede de jeito algum, em momento algum que tudo isso que está aqui que com certeza devem ser coisas muito embasadas tecnicamente no conhecimento, na pesquisa e etc., que infelizmente essas coisas chegaram muito em cima da finalização do processo do plano não sejam implementadas, porque no processo é possível se considerar tudo isso no processo de implementação, com razoabilidade, enfim, e etc. no processo de mobilização, e do acompanhamento do próprio GAP e etc. e dos próprios executores do plano. Então retardar isso nesse momento, e ainda mais que nós temos aqui o depoimento e aí nós precisamos receber exatamente que itens desses já foram absorvidos, porque nós temos um depoimento, mas nós não sabemos exatamente onde foram absorvidos. Então o que eu coloquei e o André traduziu um pouco melhor e o Guilherme também colocou, que não é que isso não tenha importância, tem sim, é extremamente importante, todo um avanço e dados novos são extremamente importantes, mas não necessariamente se altere no momento o plano para que a gente não impeça o andamento do plano, porque se nós colocarmos aqui que plano deve ser... ter adendos e etc., para a aprovação desse plano nós vamos voltar, tem que voltar para o GAP, vai voltar para cá e isso o plano vai ser aprovado lá em julho ou agosto, se não chegar a um consenso até lá vai à dezembro, e aí o plano perde iniciar esse processo rico de já começar a trazer os benefícios, eu vou colocar para vocês uma coisa que aconteceu lá no Rio Grande do Sul também, teve uma estação de tratamento de esgoto extremamente importante para Porto Alegre, estava pronta, prontíssima, e aí por um detalhe de uma discussão, em um pontinho de detalhe lá deu lá uma crise entre as instituições, que impediram o funcionamento da estação, me parece que foi há mais de dois anos, dois ou três anos e aí a estação pronta, mas porque tinha detalhe burocrático que não tinha sido atendido e não sei o que, e o Rio, todo o sistema guaíba ficou extremamente prejudicado com lançamento de esgotando natura, com estação pronta por dois, três anos, então a reflexão é, nós estamos no momento que nós temos um plano, e eu acho que esse plano é um avanço Sérgio, eu acho assim que esse aprendizado já estamos levando para a pós graduação, que é um aprendizado importante nas reflexões da forma como o Wilson colocou muito bem, da forma de fazer plano, eu acho que se caminhou bastante. Tem coisas a melhorar? Com certeza tem muitas, mas se nós consideramos da forma como a gente andou no passado e a forma desse plano, nós andamos muito à frente. Nós precisamos visualizar que estamos em um processo de avanço positivo, muito positivo, sempre terão coisas a melhorar isso aí é inexorável, faz parte do nosso processo de aprendizagem, do processo de análise. Então a decisão é, que nós depois ainda vamos ter que discutir ainda, falta o Sérgio ainda se manifestar, mas a grande questão é, vale a pena voltar para trás e a atrasar o processo de implementação do plano e trazer os benefícios que a bacia inteira precisa? Quer dizer, todo o processo ou implementa-se esse plano que geral é um plano absolutamente melhor do que construir de uma forma melhor, metodologia melhor do que os demais planos, se coloca implementação e se agrega ao longo da implementação esse conhecimento novo que foi trazido agora no fechar do plano ou atrasa-se todo o processo e se perde mais um ano sem tratar os esgotos? No caso lá de Porto Alegre foram dois, três anos de esgoto em natura dentro do Rio, (...) Porto Alegre que não é pouco, por conta de atrasar o processo, na minha opinião, e agora aqui não como Presidente, mas como membro, a minha opinião é, esse plano foi aprovado no GAP, no âmbito do GAP, foi encaminhado para cá e nós damos encaminhamento ao Conselho, nós podemos até recomendar que ao longo o processo de encaminhamento esses novos conhecimentos, novos estudos sejam incorporados ao longo do processo e enfim blábláblá, e encaminha-se isso para o Conselho, para que? Para que já em março o manual de... operativo, já esteja amplamente lá na discussão do próprio GAP e onde isso aqui, esse documento, essas coisas também já possam estar sendo pensadas em como isso dentro do manual operativo pode ser acrescentado porque enfim, pode ser rediscutido, dentro das pactuações que ocorrerão, porque boa parte do plano é trabalhar a parte de articulação. Porque não repactuar alguma coisa que se sinta a necessidade da repactuar ao longo da implementação do processo. Então passando agora em seguida a palavra, é aparte Débora? É aparte? Porque eu passaria encaminhamento já. É, falta o Sérgio se manifestar antes dos encaminhamentos definitivos. Pode ser então. Então, por favor, Débora e João.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Só lembrando que para quem não acompanha, a nossa discussão desde o início nós colocamos aqui, nós votamos pela aprovação do plano com ressalvas em relação ao mapa de áreas de uso, de restrição de uso dos recursos hídricos que é, ao nosso ver, o produto mais importante desse plano. É onde nós vamos permitir a continuidade de empreendimentos que levem, que degradam a possibilidade de se manter o pulso de inundação do Pantanal, que é o básico, quem entende um pouco de hidrologia e geomorfologia, isso são coisas emergenciais, e que deveriam ter sido levadas em consideração pelo GAP, infelizmente não foram, ninguém está deslegitimando o GAP, só que a decisão do GAP, como eu falei também anteriormente eu quero que isso seja registrado não é terminativa, nós já tivemos outras discussões no GAP, qual é o papel do GAP? É recomendar, aprovar, mas não é terminativa, certo? A decisão terminativa como eu já coloquei aqui também hierarquicamente é essa Câmara Técnica e por fim o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e depois só ao Papa, certo? Então nós estamos seguindo a hierarquia do processo. Então em novembro de 2017 foi apresentado, se não me engano, Rosana, Luciana, Sérgio, podem confirmar, mas em novembro de 2017 foi apresentada a versão do plano, desculpa, do mapa, nós não estamos falando de plano, quem está falando que nós estamos contra o plano está equivocado, nós votamos a favor do plano, acho que eu não fui bem clara. Então em novembro de 2017 foi apresentada a versão do mapa, inclusive teve pedido de vistas do setor elétrico, em relação à questão de restrição, nós encaminhamos a nossa Nota Técnica e em dezembro foi votado, então ninguém aqui está falando que vai jogar três anos do processo fora, ninguém aqui tem essa pretensão, vocês não entenderam bem a nossa colocação, nós estamos questionando o mapa de áreas de restrição de uso, porque esse mapa ao nosso ver é o que define o posicionamento de se conservar ou não a bacia do Alto Paraguai, isso é óbvio, se eu tenho 50% do aproveitamento do potencial hidrelétrico, 100% é o que o setor elétrico vai querer, é isso que nós vamos permitir, que se continue licenciando sem ter o planejamento também resultante do próprio estudo da Embrapa e da ANA, só lembrando um processo... quem conseguiu esse plano não foi a ANA, não foi o Ministério do Meio Ambiente, não foi a SEMA de Mato Grosso nem a SEMA de Mato Grosso do Sul, quem conseguiu esse plano foi a Sociedade Civil da região e os pesquisadores incluídos, foi uma demanda que nós levamos a então Ministra Isabela Teixeira em 2012, e desde 2009 estamos discutindo no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na (...) então nós temos que deixar bem claro, os interesses políticos nunca foram em termos institucionais tanto federal como estadual não foram pra conservação do Pantanal, infelizmente, mas a partir da demanda da Sociedade Civil isso, conseguimos que a Política Nacional de Recursos Hídricos fosse realmente implementada na região, inclusive em nível de bacia hidrográfica que é o que manda recomendação 01 de 86 meus senhores e minhas senhoras, a recomendação 1 do CONAMA de 86 é que qualquer avaliação tem que ser feita em nível de bacia hidrográfica e ninguém faz isso, e em uma bacia hidrográfica que contempla o Pantanal a escala tem que ser no nível de bacia do Alto Paraguai. Só lembrando que eu já tinha colocado por e-mail, não tive infelizmente resposta da professora Jussara, da Presidente dessa Câmara Técnica em relação a princípios de precaução e prevenção, licenciamento de PCHS como eu falei principalmente pela SEMA de Mato Grosso, sem o devido embasamento técnico e sem avaliar em nível de bacia hidrográfica, ou seja, à revelia da lei, a questão da hidrovia Paraguai/Paraná não fazer parte da avaliação do plano de recursos hídricos, e infelizmente não foi contemplada e nós queremos que haja outorga da hidrovia Paraguai/Paraná em especial no trecho Norte da bacia, no extremo Norte em contraposição ao que o DNIT está apregoando com o base no estudo da Federal do Paraná, e que como eu falei anteriormente foi negado esse mesmo trecho pelo próprio Governo Brasileiro em 96, justamente para conservar, preservar a hidrodinâmica do Pantanal e também colocamos essa questão das sub bacias livre de barragem já mencionadas que constam no mapa, a gente não colocou no mapa, porque o mapa estava sendo avaliado em novembro e dezembro de 2017. Então eu quero que os senhores e as senhoras, por favor, levem isso em consideração nós estamos aqui seguindo um rito hierárquico, certo? E outra coisa que eu queria colocar para finalizar é que, no Comitê Nacional de Zonas Úmidas nós conseguimos, ainda não foi liberada a sua divulgação, mas eu como membro do Comitê posso afirmar e afiançar que nós conseguimos recomendações do Comitê Nacional de Zonas Úmidos neste sentido de impedir a... ou melhor dizendo de manter as sub bacias livre de barragem, as que restaram, as poucas, volto a dizer, que restaram para a manutenção da hidrodinâmica dos Rios formadores do Pantanal e do Pantanal propriamente dito, bem como a produção pesqueira na região. E isso para quem é da área, quem é da área científica ou mesmo é um pescador sabe que se tem barragem ou se muda a dinâmica, a hidrodinâmica do Rio você não tem mais peixe, isso é óbvio, então aqui não tem nenhuma grande mudança técnica, mas eu queria colocar que isso já é alvo de recomendações, então os senhores vão ser devidamente informados pelo Secretário de Biodiversidade aqui do Ministério do Meio Ambiente, senhor José Pedro se não me engano. Tem outra recomendação em relação a hidrovia também e outra em relação a lei do Pantanal, porque tem uma lei do Pantanal sendo tramitada pelo Senado, originalmente encaminhado pelo então Senador Blairo Maggie, e essa versão da proposta de minuta da lei do Pantanal que está prevista na Constituição Federal foi apresentada também e aprovadas pela Comitê Nacional de Zonas Úmidos, então nós temos uma política dentro do Ministério, que coloca essas recomendações como importantes de serem avaliadas pelos tomadores de decisão, então essa é uma informação nova que essa Câmara Técnica não tinha, e que eu acho que ela deve levar em conta, porque é um órgão colegiado que representa o Ministério do Meio Ambiente, nas atribuições conferidas em relação as áreas úmidas, a conservação de áreas úmidos no Brasil, e também essa questão que eu já havia levantado no e-mail encaminhado a Senhora Presidente e também em relação à essa questão de que o mapa, que é o foco de debate aqui, ele foi apresentado em novembro de 2017 no GAP, então aqui não tem nada que seja feito de forma a desqualificar todo o processo, na verdade, é ao contrário, nós apresentamos aqui os nossos elogios ao trabalho, até o fato de ser inédito todo esse processo como o Sérgio falou justamente porque o Pantanal merece esse cuidado em termos constitucionais. E é isso. Então eu quero que os senhores levem em consideração que nós precisamos agir rápido, senão nós vamos estar referendando até a possibilidade de se romper o equilíbrio ecossistêmico do Pantanal em termos que cujo... como eu falei anteriormente, cujo indicador mais importante é a produção pesqueira em nível social e ecologicamente necessário para tal, nós vamos estar colocando a conservação do Pantanal em risco, e nosso papel é justamente alertá-los tecnicamente sobre isso. Obrigada.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –**Débora, deixa eu só perguntar, como eu estou argumentando, deixar bem claro que eu não tenho nada de oposição ao estudo e todas essas questões que tu colocas, pra deixar claro. A minha argumentação é em função do processo, porque eu entendo que todas essas coisas ela podem ser discutidas ao longo do processo. Eu achei agora o e-mail. Foi bem na loucura de Congresso, e eu cheguei na universidade tinha que encerrar tudo e teve reunião ainda aqui no início de dezembro, realmente eu não... entram vários e-mails e ele ficou na caixa, enfim. Eu confesso que eu não li, enfim, independente disso, não... eu continuo com o mesmo pensamento, tu dissestes uma coisa aqui que me chamou atenção e eu achei importante, na verdade, o plano ele foi aprovado integral, quer dizer, por todo o GAP. Ok, mas a ressalva não quer dizer que ele não está aprovado, ou seja, tem pontos que precisam ser melhorados, e etc. não necessariamente ele não possa sair daqui da mesma forma, o mesmo encaminhamento que foi colocado lá, inclusive com o aval de vocês que a gente dê andamento a essa Resolução, encaminhe para o Conselho e coloque que existem novas informações, novos estudos que devem ser analisados ao longo do processo de implementação do plano. Eu acho que isso pode resolver a questão, ou seja, porque realmente mesmo seja a questão do mapa, tem questionamentos ao mapa em função dessas informações, desses estudos novos que é óbvio, todo bom estudo que vem ele traz nova luz às coisas, não possa ser alterado, inclusive até essa questão que ao longo do processo, se é alterar uma área que está com R1 passar pra R2 enfim, e etc., tudo pode, ao longo do processo, pode ser consensuado e repactuado, isso aí não inválida o esforço de colocar a implementação e já trazer os benefícios. É nesse sentido só para deixar bem claro o posicionamento e qual é já a minha posição com relação a isso, eu passo a palavra. Falta o Clímaco ainda.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** É, eu fui citado, eu acho que a discussão permite, inclusive isso que a Aparecida está falando, adequações e soluções, porque o que se espera dos membros da Câmara, é atitudes mais republicanas, a senhora como Presidente, eu sei que a senhora tem as suas posições em relação a isso, mas eu não coloco em risco a vida de ninguém em nome de uma agenda burocrática para atender um chefe tal ou Governo tal, nós temos uma situação que quando você implementa, legitima uma atitude, uma decisão macro a nível de supra estrutura, lá embaixo os donos do poder e os mais incautos fazem o que quer, e a população mais carente e sem formação são vitimadas, então eu acho que nós temos as nossas motivações que não passam um pouco pela visão, a visão da agenda da presidente muito, embora, eu acho que como diz a Aparecida, as adequações poderão ser necessárias e eu propus pelo menos uma coisa, como é que eu vou aprovar um documento que eu tenho algumas alegações que não são contestadas tecnicamente? Por exemplo, eu tenho uma alegação que as nossas posições em relação a área da restrição não houve condições e nem tempo de colocar isso na discussão final do ano passado, quer dizer, isso foi uma posição política nossa, não houve condições por que? Quem decidiu que não houve condições de colocar a nossa proposta de área de restrição? E por que não estudou tecnicamente isso no GAP? Então veja bem, pequenos detalhes que tornam políticas, não são técnicos. Então Presidente eu peço até como consideração que eu tenho a vossa pessoa aqui na Câmara Técnica que até agora tem se pautado de uma maneira exemplar no caso do Paraguai nós não podemos repetir os mesmos erros dos outros, nós não temos nenhum compromisso com a agenda que vai permitir a desqualificação da vida das pessoas, terceiro, eu acho que nós temos uma dignidade técnica e como agentes públicos de que nós não podemos corroborar esse modelo que está aí de fazer o jeitinho para passar as coisas e que nós sabemos que enquanto isso o tempo está passando, usar o tempo como arma para se conseguir as coisas como, na verdade, já está se prejudicando as populações de pescadores lá. Nós não queremos que o plano seja não aprovado, isso é um equívoco que está se falando aqui, nós estamos querendo que o Conselho e ainda mais em função dessa Câmara parece que as pessoas vieram aqui se candidatar a algum cargo político, porque para mim essa Câmara é Técnica, responder para nós ou seja lá via GAP, ou seja lá quem for, responder as questões que foram colocadas, fundamentadas em aspectos técnicos, que não foram respondidos, e está escrito isso, até porque futuramente quando começar a morrer gente como está morrendo lá no Amazonas por conflito de água, outorga de mineração errada, e tudo isso tem um plano de fundo que chama plano de bacia, outorga de hidrelétrica que está sendo questionada na justiça, nós sabemos que o equívoco também teve a nossa parte aqui. Então Presidente não custa nada nós simplesmente sermos republicanos, soberanos e dizer à luz da técnica, porque essa Câmara não pode ser política, tem que subsidiar um ente político que chama Conselho com aspectos positivos e no relatório, no parecer que vai sair dessa Câmara não pode-se dizer como aconteceu em relação ao Rio Doce “ah, porque não tem verba não vamos fazer esse estudo, não vamos responder essa questão” não, tem que dizer, porque centenas de horas técnicas de cientistas lá no Pantanal são disponibilizadas de graça a título de compromisso cidadão que eu acho que deveria servir de exemplo para todo mundo, e estão sendo jogados fora, não, tudo bem se o Conselho ou se essa Câmara vai achar que isso não é importante, mande no seu parecer fundamentação técnica, inclusive porque a ANA já disse que tem, dizendo o porquê não pode ser considerado, porque nós vamos de elementos para continuar a nossa luta. Agora, ficar nós da Sociedade Civil não vamos se passar esse papel, até porque nós não ganhamos para isso, muito menos temos a consciência social de que nós não estamos aqui para isso. Então eu peço encarecidamente que nos encaminhamentos essa Câmara, seja ela como for, for devolvendo para lá ou criando um Grupo de Trabalho específico para essas questões e subsidia um parecer dela porque esse parecer para nós vai ser importante, olha o Conselho acha que isso não é importante. O Conselho, não é a ANA não, o Conselho. Em cima disso nós vamos questionar o Conselho, porque vidas humanas e a biodiversidade está sendo destruída, então nós temos por onde caminhar, então nessa linha eu peço mais republicanismo da senhora e que dê o encaminhamento técnico que é possível, que respondam tecnicamente porque foi alegado que não havia tempo, não era possível colocar as áreas de restrição que nós propusemos sem fundamento, responde, aí nós vamos ter um plano consistente e fundamentado. Agora, eu não sou funcionário de cartório e nem de órgão público para estar carimbando papel para ele passar de ano. Obrigado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Sérgio.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Bom, boa tarde a todos. Que bom que eu tive a oportunidade de ouvir atentamente a todas as colocações, e eu queria só fazer da forma bastante objetiva e minimizando os adjetivos, algumas colocações e reiterando alguns pontos que eu acho que já foram bastante bem colocadas. O primeiro aspecto é que eu acho que, inclusive já remetendo um pouco ao outro ponto de pauta que nós vamos abordar na sequência está relacionado a questão dos municípios que foi colocado ali pelo Wilson e depois foi comentado por alguns de vocês. De fato essa é uma questão complexa, quando nós tratamos de planejamento de recursos hídricos a depender da escala da bacia em que se está trabalhando, e nós consideramos um aspecto vital nessa nossa discussão que pretendemos levar aqui no âmbito da Câmara Técnica da relação entre as diversas escalas de plano, o plano nacional, o plano estadual ou o plano de uma bacia de domínio da União, plano de uma bacia (...) obviamente eles não vão conseguir tratar na mesma magnitude dos mesmos problemas, por exemplo, de âmbito municipal, então acho que esse é um tema extremamente relevante, que a gente consiga deixar claro aí nas diferentes escalas de plano como cada um deles deve ser tratado, então só não queria perder o gancho e certamente essa vai ser uma das discussões que nós vamos levar a cabo nos nossos próximos itens de pauta. Sobre o processo de elaboração e de encaminhamento do plano aqui para essa Câmara Técnica, a legitimidade ou não dele eu acho que já que ficou claro, todos os procedimentos e as questões e como as diferentes etapas do plano foram conduzidas até chegarmos ao dia de hoje, então não vou me estender nem repetir o que já foi dito. Eu só queria dar um ingrediente adicional que não foi comentado, e aí enfim, eu também acompanho, senão todos acompanhei a grande maioria aí dos planos de recursos hídricos em bacias de domínio da União que foram feitos ao longo dessas últimas décadas aí no País. Diferente, e aí ressaltando mais uma vez o caráter inédito dessa formulação feita no âmbito do Conselho Nacional. Diferente de um Comitê de Bacia tradicional em que geralmente a tarefa de acompanhar o plano é delegada não a plenária do comitê, em geral não é a plenária do comitê que acompanha o plano, é um grupo de acompanhamento muitas vezes na sua maioria das vezes restrito, é um grupo designado pela plenária, para que a plenária faça depois uma apreciação final aí do encaminhamento feito por esse grupo de acompanhamento que é mais um grupo restrito, então diferente do que vê a praxe muitas vezes aí nos comitês de bacia, o próprio grupo montado aos moldes do Comitê que é o nosso grupo aí técnico, o nosso grupo de acompanhamento do plano, o GAP, ele nós podemos dizer que a própria plenária se constituiu no grupo que acompanhou integralmente as etapas do plano. Então se há alguma dúvida em relação e houveram algumas dúvidas nesse sentido, e eu acho que todas elas são legítimas e todas sujeitas a aprimoramento de se melhorar a representatividade, a de se melhorar a participação, de se aperfeiçoar as oficinas que foram feitas, de se continuar aprimorando esse processo, mas não há em nenhum outro comitê de bacia um grupo tão grande e tão representativo que acompanhou a elaboração de um plano, podemos entrar depois na sequência e em um debate se esse é o caminho ideal, se ele precisa ser melhorado ou se não precisa, eu creio que ele precisa ser permanentemente melhorado, nós temos que apreender com os nosso acertos, mas principalmente com os nossos erros e seguir adiante, mas não há dúvida em relação a legitimidade desse processo e a representatividade dele, tendo sido mais ou menos e aí sujeito aos aperfeiçoamentos como eu coloquei. Terceiro e último aspecto que eu queria reforçar já alguns colegas colocaram e não ficou muito claro para mim do ponto de vista do vamos encaminhar para a aprovação do plano, não vamos encaminhar para a aprovação do plano, e eu entendo que todo o esforço a partir da aprovação do plano tem que ser concentrado em que o plano tenha a execução das suas ações, isso é o de praxe, é óbvio, mas primeiramente nós todos aqui que acompanham os trabalhos recentes, saibam que nós estamos batalhando nesse sentido, que ele tenha consequência regulatória, que incida que as diretrizes, que as restrições, que o que está sendo colocado no plano, ele efetivamente resulte em procedimentos, resulte em ação, resulte em Resoluções, resulte em mudanças nos procedimentos dos órgãos gestores, dos órgãos licenciadores, de quem quer que esteja envolvido com o tema que está colocado no plano, não consigo enxergar, postergar a aprovação ou a discussão desses temas do ponto de vista da implementação do plano, como de interesse público, não consigo enxergar o interesse público em postergar as decisões que já foram tomadas a partir do acompanhamento do Grupo de Trabalho e postergando uma agenda extremamente necessária que é a nossa de dar consequências regulatória ao plano, no âmbito dos órgãos gestores, mas primeiramente no âmbito do Conselho, nós temos a responsabilidade aqui enquanto Câmara Técnica em que resoluções do Conselho sairão a partir do plano aprovado? O que faremos com as diretrizes do plano? O que faremos no âmbito do Conselho com esse mapa de restrição que tanto estamos discutindo a quatro horas, o que faremos com ele? Essa é a discussão que precisa ser feita, é a consequência regulatória de um plano que já foi aprovado e encaminhamento pelo grupo de acompanhamento também legitimado e também montado por essa Câmara Técnica e por esse Conselho ao longo desses anos. Honestamente não consigo enxergar o interesse público em uma ação que postergue a aprovação do plano e que não dê consequências regulatória a ele, a essa discussão. Essa Câmara Técnica tem totais condições, junto com o GAP, de se debruçar novamente sejam sobre as áreas de restrições, sejam sobre as diretrizes que estão colocados no plano no sentido de dar consequências regulatória a elas, este processo não será deflagrado, todos aqui sabem bem disso, não será deflagrado enquanto nós não tivermos um plano, enquanto nós não tivermos um plano não existe consequências regulatórias, não existe ação decorrente do plano, por fim, os pontos... só para também refazer esse mal entendido, os pontos que estão colocados aqui nessa Nota Técnica, foram apreciados, foram colocados um a um, podem ser aprofundados, eu diria que eles devem ser aprofundados, me permitam ler o último parágrafo da Nota Técnica, o último parágrafo da Nota Técnica faz a seguinte ponderação: Em nossa análise, do item três, infelizmente não aprofundado, e com base em uma apreciação... em nossa análise do item X, infelizmente não aprofundado e com base em uma apreciação apenas visual dos mapas e etc., e etc. se pondera o seguinte, é necessário aprofundar esse tema? Sim. Esse tema está sendo aprofundado? Já está. Essa Câmara Técnica também tem consciência, também foi apresentado que antes mesmo da aprovação ou da conclusão do plano, uma série de estudos feitos também de forma inédita, feitos também com a base, a melhor base técnica e científica existente na região, já estão sendo conduzidos, ou seja, o aprofundamento dessa discussão que está sendo colocada na mesa agora já está sendo realizada, isso é de amplo conhecimento do GAP, isso é de amplo conhecimento desta Câmara Técnica, e isso deve nortear as consequências regulatórias que nós esperamos do plano. A não aprovação do plano, ela simplesmente retardará qualquer esforço de que nós tenhamos... uma consequência que nós tenhamos ações imediatas a partir do plano que está sendo colocado aqui na mesa. Então são essas as ponderações, foi só para reforçar o que já foi dito aí por vários dos colegas.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Sérgio, só para esclarecer, na realidade, eu acho que já passou por aqui essa discussão de que... eu me lembro em alguma reunião sobre o trabalho aquele que vocês estão... em execução, que nós chegamos à conclusão aqui na Câmara Técnica naquele época da discussão de que, o que plano deveria continuar tendo o seu andamento, e quando o plano fosse aprovado naquela época que o plano fosse concluído e que esse plano contivesse, inclusive lá a recomendação de que os estudos que chegassem eles fossem incorporados à medida em que o plano fosse sendo implementado, então depois que o Sérgio falou me recordei desse processo, nós aqui na Câmara então João, você estava presente, nós discutimos bastante isso, isso não é impeditivo.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu só queria fazer uma pergunta. Quem aqui leu as Notas Técnicas e o último material que foi aprovado pelo GAP aqui? Quem aqui? Esse relatório, porque eu não acredito que com exceção daqueles que foram protagonistas na execução desses pressupostos, na animação desses pressupostos para nós equivocados, tenha uma visão tão unânime de achar que não tem nenhuma observação consistente, eu estou falando não é o papel político das pessoas aqui, é o papel técnico, quem foi que fez isso? Porque nós tivemos trabalho e estamos identificando questões sérias à luz de situações que vão incorrer em prejuízo para a família e para pessoas. Então fazer uma comparação de que o interesse público, não interesse público, dá para fazer o interesse público. O interesse público é igual como fez nos outros planos, nós aprovamos uma coisa e aí depois não resolve mais o resto, o resto fica sendo enrolado... Então eu peço a Secretária Presidente, a senhora Presidente para dar um encaminhamento no sentido de que, no caso de aprovação do plano, nós somos a favor da aprovação, temos que considerar alguns encaminhamentos e, inclusive com a resposta técnica dessa Câmara.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas então, é exatamente o que nós estamos falando há tempo aqui, a ideia não é... exatamente, isso que você está colocando aí foi o que eu coloquei e o André, só que eu acho não estamos nos entendendo na linguagem porque, na verdade, o encaminhamento é esse, ou seja, se o plano ele já tem e nós, inclusive já tínhamos discutido que “nós vamos esperar” eu me lembro que teve essa discussão “vamos esperar o resultado dos estudos ou é importante que o plano ande?” Não, o plano anda e o plano considera e coloca como consideração de que todo esse conhecimento novo que chegar ele deve ser discutido ao longo da sua implementação. Eu acho que isso responde essa preocupação que eu acho ela importante, assim como as demais dos novos estudos que estão vindo. Eu acho que isso que você coloca, e que nós podemos colocar de repente como alguma observação a mais na própria Resolução, enfim, na minuta de Resolução.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** O texto da Resolução está totalmente incompatível com o que foi discutido aqui, e a uma Nota Técnica não é com as outras notas técnicas que nós vemos aí, é como se fosse um relato de uma ata.

**O SR. SÉRGIO (ANA) –** A minha sugestão que talvez não tenha ficado clara, eu vou refazer a sugestão, refazer não, a sugestão é a mesma só tentar explicá-la com outra palavras, caminho que nós estamos traçando e que nós juntos com o GAP consideramos que é o melhor caminho para a bacia é que nós tenhamos uma discussão da Resolução aprovando o plano e que nós tenhamos no âmbito dessa Câmara Técnica uma discussão de uma outra Resolução ou de quantas Resoluções forem necessárias que traga as consequências do plano aprovado para deliberação do Conselho, quais são essas consequências? Essas consequências dentre elas a discussão das áreas de restrição que precisam ter a apreciação tanto da Câmara quanto do Conselho. Nós não podemos e aí a responsabilidade aqui é de todos, André colocou uma questão, só aproveitando um pouco das falas, de que o plano não tem força legal, ele não tem consequência jurídica, não ainda nós escrevermos no plano que ele não tem consequência prática depois. Nós podemos fazer com que ele tenha consequência prática. É nosso papel fazer com que ele tenha consequência prática. Então a partir da aprovação do plano, nós temos que trabalhar quais são as resoluções do Conselho que interpretam as diretrizes, as ações, as recomendações do plano e devem incidir sobre o nosso sistema, sobre outros sistemas, sobre a interface do plano, nós temos menos governabilidade, nós podemos recomendar, nós podemos fazer, agora sobre o nosso sistema o Conselho é a instancia máxima. Então cabe a nós na Câmara Técnica trabalharmos propostas de Resolução que deem consequência regulatória ao conteúdo que está no plano, essa é a forma como nós estamos trabalhando, não só aqui no Paraguai como nas bacias também em que eu tenho os planos aprovados pelo Comitê, então só para ficar claro sobre o que nós estamos conversando.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Uma questão de ordem, se o mapa foi aprovado em dezembro, os senhores, ou o plano foi aprovado em dezembro, os senhores não têm como Câmara Técnica não tem nenhuma crítica técnica ao plano inteiro? Nenhuma? Eu acho difícil mesmo ao mapa, mesmo ao outro item, não têm nenhum posicionamento técnico dessa Câmara ou se aprova Ipsis litteris, e voltando a colocar o GAP não tem representatividade técnica não digo técnica, a representatividade da participação da Sociedade Civil, dos usuários insignificantes, isso não tem. Isso em nível de Pantanal isso é muito temeroso que se tenha a posição do GAP como a posição única que vai ser aprovada aqui dentro. Eu volto a colocar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Só uma questão de ordem, nós estamos aqui, é uma hora da tarde, eu imagino que estejam todos com fome, a minha sugestão é a seguinte, me parece que já... pelo que eu percebi a questão não é a não aprovação do plano, a questão é aprovar o plano e saber como incorporar novos estudos, novas informações e enfim, que possam aperfeiçoar as decisões e (...) em regulamentação posterior. Então já que é assim, a minha proposta de encaminhamento, nós saímos para almoçar e retomamos já pensando nessa condução com as sugestões dentro da própria Resolução que será encaminhada ao OTEP, Ok. Então não sei se vocês estão de acordo, porque aí nós já iniciamos pensando na Resolução que nós vamos encaminhar considerando todas essas preocupações que vocês estão colocando e que elas são pertinente.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Só complementando Presidente, *(Fora do microfone. Inaudível)* agora eu aproveito a fala do Sérgio, que o outro nome dele é complicado, e eu faço o seguinte, nós vamos ter que repensar a minuta, considerando tudo que foi falado hoje, repensar a minuta de modo que a gente consiga colocar na minuta viu Sérgio uma etapa seguinte que você está propondo, mas nós poderíamos já amarrar na minuta agora, porque eu acho que a Câmara já que ela não tem as informações, pelo menos ao meu modo de ver, que subsidie uma decisão política de tanta magnitude nós poderíamos na Resolução considerar algumas dessas questões que nós estamos levantando como prioritária para serem resolvidas no GAP, ou seja lá onde for.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Está certo. Guilherme.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** É rapidamente, eu só me preocupo com algumas colocações aqui questionando a competência técnica de cada um dos representantes aqui, em primeiro lugar grande parte das instituições aqui lá no GAP tem representatividade, meu caso não sou eu especificamente, mas tem o colega que participa tecnicamente lá e leva todas as informações para o meu órgão. Então se eu estou aqui representando eu estou por dentro do assunto, eu recebi com antecedência necessária todo material para vir aqui e participar dessa reunião, questionar competência técnica de cada um aqui para a tomada de decisão é... eu coloco como...

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** O senhor não ouviu quando eu corrigi? Desculpa o aparte. Eu corrigi a competência de representatividade social, eu tinha falado técnica e eu voltei atrás e falei da representatividade social, por favor, leve isso em consideração.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Ok. E eu só ressalto também várias das colocações técnicas que foram pontuadas aqui em grande parte delas são questionáveis, foi falado aqui que quando se instala uma PCH na bacia não tem mais peixe, acaba o peixe, foi isso que eu ouvi aqui, isso não é verdade, isso não é verdade, foi apresentado por um... então, depende de vários fatores, nós podemos concluir como...

**O SR. JOÃO CLIMACO (FONASC) –** Não é melhor você fazer um parecer escrito sobre isso? Em vez de ficar falando aqui é melhor fazer uma coisa por escrita, tecnicamente fundamentada.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Vocês estão atrapalhando a minha fala, por gentileza, deixa eu concluir. Foi apresentado por um professor, o meu colega me relatou, foi apresentado lá no GAP justamente um estudo sobre um impacto associado as espécies de peixes aquáticas a região e que não é conclusiva em relação a extinção de espécies, lá no GAP foi tratado esse assunto, então são muitas verdades absolutas que estão sendo colocadas aqui e todas elas são questionáveis, então questionar a participação a falta de informação desse grupo aqui não é um caminho a ser seguido.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu desafio o senhor a fazer uma Nota Técnica representando o seu órgão contrapondo tudo que foi colocado no GAP ou em qualquer outro lugar. O senhor com nome técnico pago com meu salário, meus impostos, o senhor poderia fazer pelo menos jus ao seu papel.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** O plano foi aprovado no grupo, o plano foi aprovado e não houveram restrições. As restrições foi, que eu li aqui, as restrições foram da FONASC em relação ao mapa, mas em sua ampla maioria o grupo aprovou na integralidade o plano. Vocês apontaram restrições em relação ao mapa, mas o trabalho foi aprovado lá na Câmara por sua ampla maioria e não foi aprovado com ressalvas, só corrigindo esse termo que foi colocado aqui. O trabalho não está aprovado com ressalvas, ele está aprovado na sua integralidade. Vocês se posicionaram contrário aí ao mapa de restrição e ao uso, mapa de restrição ao uso. Em sua ampla maioria o GAP aprovou o trabalho.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Gente é o seguinte, vamos encerrar essa primeira parte.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Jussara, no nosso e-mail, só finalizar, no nosso e-mail de novembro de 2017 para o colega do setor elétrico do Ministério de Minas e Energia que representa o poder público que tem que levar em conta também a Constituição Federal onde o Pantanal é considerado patrimônio nacional, então eu queria lembrar que eu coloquei aqui para a professora Jussara, a Presidente aqui da Câmara Técnica, que nós gostaríamos de um posicionamento técnico do setor elétrico, do Ministério e fazendo parte do setor elétrico, estudos setoriais, então é do Ministério em relação à questão de deixar e da EPE em deixar o potencial elétrico da bacia do Alto Paraguai livre de novas barragens como foi feito no rio Xingu Araguaia, nós fizemos por escrito e aqui coloco essa demanda novamente ao senhor, me falaram que era para apresentar no Conselho de Política Energética do País ou alguma coisa nesse sentido, mas eu coloquei para a Câmara Técnica e coloco novamente agora para os senhores oficialmente, que a Sociedade Civil de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul solicita novamente ao setor elétrico ou ao Ministério de Minas e Energia, EPE, que coloquem a possibilidade, seja debatido, abrir mão, do potencial hidrelétrico da bacia do Alto Paraguai como foi feito no Rio Xingu e Araguaia. Obrigada.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Em cima de quais premissas de qual trabalho técnico comprovadamente, nós devemos abrir desse potencial? Em cima de qual premissa? Olha não se pode por simplesmente porque vocês estão propondo isso, toda essa questão de restrição de uso mais amplamente tem sido debatida no GAP, agora por uma questão de que “ah, avalia ai então, deixar de utilizar esse potencial” olha só o restante do País, eu acho que não é esse o enfoque, o enfoque é...

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Eu fiz uma demanda ao senhor e como representante da Sociedade Civil, e nós reiteramos esta solicitação.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** A grande questão é que você está solicitando uma demanda partido de um princípio que deve-se abrir mão daquele potencial em sua totalidade, essa premissa pra nós não é verdadeira.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Questão de ordem, finalizando, a avaliação da mesmo forma que foi feita para o Xingu e Araguaia, por que não? Por que o Ministério não pode fazer? É uma possibilidade de avaliação, nós não estamos impondo nada.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Isso é tão inverdade que o Xingu agora está sendo implantando o H Belo Monte que era tão polêmico, tão...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Gente, vamos encerrar agora essa sessão da manhã.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Senhor essa informação me foi dada pelos próprios colegas seus do Ministério de Minas e Energia, desculpe está em ata.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Quem tem sugestões para a minuta, traga já no início da tarde, nós retornamos exatamente que horas? 14h30min.

**INTERVALO ALMOÇO**

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Boa tarde. Muito bem pessoal, todo mundo agora está mais calmo, alimentados, revigorados, vamos começar então. Então conforme nós fizemos o fechamento da manhã, nós iríamos começar agora a discutir a Resolução, me parece um ponto pacífico.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Sim. Isso. Na verdade não é a aprovação do plano, na verdade, é o encaminhamento, ou seja, nós estamos de acordo com o encaminhamento do GAP, e a partir daí nós passaríamos então à discutir a Resolução, para contemplar todas essas questões. É isso. Então, antes de qualquer coisa, vamos nos posicionar sobre encaminharmos o plano conforme recebido pelo GAP à plenária para aprovação considerando que, nós recomendamos algumas ações com aquelas ressalvas à plenária, e uma minuta de Resolução que nós construiríamos agora, passaríamos a trabalhar nela, contemplando que esse plano passe a observar estudos, incorporar estudos e reflexões que venham a ser concluídos ao longo da implementação do plano, inclusive as questões contidas nesses estudos, que a Débora trouxe a informação aqui para a Câmara Técnica, ao longo do processo de implementação, sem retardar o início da implementação do plano. Então, não sei se a gente precisa... Está bom? Estão de acordo?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Isso já na proposta de Resolução, é isso? Então, antes só precisamos estar de acordo, se alguém não estar de acordo que se manifeste. Ok. Então...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Antes de entrar na Resolução. Ok.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Então, nós queremos colocar as ressalvas, principalmente no sentido de que a Câmara Técnica, essa Câmara Técnica deveria avaliar, porque o que eu vi é que a decisão foi do GAP, foi enviada no dia 15 de janeiro, então eu não estou entendendo como que vai ter um posicionamento técnico de um documento que não foi lido, e não tem um posicionamento técnico aqui dessa Câmara Técnica. Eu não participo dos trabalhos aqui de forma frequente, mas eu acho estranho que uma Câmara Técnica aprove um plano sem ter um posicionamento técnico redigido, isso vai ser feito? Em que momento? E nós queremos que conste que tem um erro aqui porque não é a Resolução 152 que trata do GAP apenas. É a 176 também que foi a reformulação da composição do GAP, embora com avanços, mas também limitando a participação dos pescadores e das comunidades tradicionais. Faço meio a culpa aqui que as federações de agricultura de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul assumiram mesmo aqui depois de um certo tempo, por pressão nossa, assumiram a vaga, mas também não se interessaram em participar como os municípios também não se interessaram, a associação de munícipios. Então nós conseguimos a vaga para a representação da agricultura familiar, mas eles não se interessaram em realmente participar do processo, mas em relação aos pescadores e às comunidades tradicionais nós inclusive solicitamos isso à diretora da ANA, a Gisela, em reunião com o vice Ministro, e esperamos que isso seja reformulado a contento. Então tem que citar aqui que também tem a Resolução 176 e também constar que vai ser entregue, eu imagino que vai ser entregue um parecer técnico dessa Câmara Técnica, e que nesse parecer técnico se leve em consideração a nossa Nota Técnica, que é um parecer alternativo, como eu coloquei uma vez que não foram consideradas todas as nossas sugestões na versão final do plano.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu conferia que depois que você falar dar uma palavrinha também.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok. Então só esclarecendo com relação ao parecer técnico, a minuta ainda não ficou pronta, mas ela, inclusive deve considerar a entrada desse documento da Nota Técnica, e se nós não tivermos tempo de ter essa minuta ainda hoje, amanhã de manhã nós no início do dia repassamos essa minuta de parecer. Wilson queria e depois André.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Bem, Wilson de Azevedo. Eu queria deixar... nós aqui da Câmara Técnica e do conselho, nós deliberamos sobre a composição do GAP, eu me lembro que foi uma discussão muito grande, e o segmento que nós representamos aqui que é dos usuários, pescadores e usuário de água para lazer e turismo ficou com... eu não me lembro agora, mas ficou com uma vaga de uma representação ou duas, então aí o que nós fizemos? Nós delegamos ao conselho do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, a indicação do representante desses segmentos no GAP, eu sei que ocorreram algum problema, mas nós não tínhamos como fazer diferente, não íamos ser nós aqui de Brasília que iríamos interferir lá. Um outro ponto que eu queria chamar a atenção é o seguinte, o papel do conselho sempre ou pela lei, é a articulação de políticas públicas, e quando nós não temos essa articulação talvez por algum segmento ter uma determinada maioria, isso prejudica todo o processo. E isso acontece, não só na elaboração dos planos, como na aprovação de resoluções nas plenárias, ou seja, dos comitês, ou do próprio conselho, porque a negociação compreende o seguinte, bom eu cedo aqui e vocês cedem ali, quer dizer, se você não compor e não chegar à um entendimento aí fica muito difícil de promover a implementação da política pública. E essa negociação de dar para receber em troca é que não estar havendo, os setores geralmente que tem a maioria, é que impõem a sua vantagem numérica nas decisões, e isso é um problema muito sério que eu acho que esse conselho vai ter que se debruçar sobre ele.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** André.

**O SR. ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVEIRA (OTEP) –** É apenas um detalhe para a questão de equidade, já que foi anexada a Nota Técnica com 26 recomendações, eu gostaria de ver junto anexada à ata, o documento que respondeu, porque supostamente houve uma resposta, e isso está no anexo, mas que se anexe junto à ata como... para não ter só um lado.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Eu queria fazer uma pergunta. Tem um documento específico em relação a nossa Nota Técnica ou está no bojo do que foi aprovado?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Não, tem um documento específico, inclusive está disponível na FTP, não sei se está funcionando. É ponto à ponto, a cada item tem a resposta se foi incluído ou não, e o motivo de não no caso. Isso foi discutido tanto no GAP, quando foi...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ela foi passando os assuntos, mas tem o documento também, nós podemos mandar, não tem problema.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Se você tiver disponibilidade, porque eu não consegui acessar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok. Então o primeiro ponto é acordar que nós encaminharemos o plano à plenária. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão, e os demais se manifestem. 1. Você hoje está como membro né? Quem é que está representando o setor? Hoje é ela? Hoje ele veio como conselheiro, não como membro da Câmara, substitui, é, ele indicou ela, é isso né? Exato. Então é a Débora.

**O SR. QUADRELI (CNI) –** Bom, a indústria ela é a favor do encaminhamento, da recomendação de aprovação do plano, porém as federações do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso estão fazendo uma análise, junto com outros usuários, uma análise crítica do plano, vão contratar uma consultoria para isso, então nós recomendamos à aprovação, porém até a plenária pode ser que apresentemos algumas recomendações, considerações, tá? Ou na CTIL ou na própria plenária.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok.

**O SR. Gustavo S. Goretti (IRRIGANTES) –** Jussara, vou só acompanhar (...), porque as federações de agricultura também de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também participam desse grupo de usuários e estão fazendo um estudo um pouco mais aprofundado sobre as coisas, também aprovamos, mas só para indicar que até a plenária nós podemos trazer esse estudo junto com a indústria.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Só uma pergunta, questão de ordem, vai ser aprovado sem ter a versão final da minuta da Câmara Técnica, é isso?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** A ideia é, se nós vamos encaminhar à plenária nós vamos trabalhar a minuta da... a minuta ela vai ser trabalhada para atender todas essas considerações. Só para eu anotar, você aprova com ressalvas, aprova o encaminhamento à plenária, não é aprovar o plano, aprova o encaminhamento à plenária ou não aprova o encaminhamento à plenária? Só para ficar registrado bem direitinho qual é a posição.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** Se nós vamos aprovar o encaminhamento à plenária, simplesmente aprovar o encaminhamento à plenária significa que nós vamos encaminhar à plenária tudo que foi e que está aí, só que nós passamos a manhã inteira, e mandamos desde o ano passado ressalvas, mandamos pareceres e discutimos a manhã inteira isso, e o que foi que combinamos antes do almoço?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Então, quer dizer, se nós vamos encaminhar à plenária decidido, agora nós vamos discutir a forma como vamos encaminhar à plenária com as ressalvas, quer dizer, enfim, nós vamos discutir agora a minuta e o que nós vamos acrescentar, entendeu?

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu acho que essa decisão, ela tem que ser posterior ao exame da minuta de Resolução, porque se não houver acordo na minuta de Resolução fica prejudicado o encaminhamento ou não, vamos examinar a minuta e tentar fazer os adendos necessários.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Depende, porque assim Wilson, é só uma questão de registrar a forma de posicionamento deles, porque aprovado o encaminhamento da plenária está, por maioria, na verdade, a única posição contrária é a deles. Então é só para registrar a forma como eles pretendem deixar registrado, se aprova o encaminhamento à plenária etc. porque tudo que nós discutimos de manhã nós vamos consensuar vai ser na minuta de Resolução.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** O que eu imaginei é que os procedimentos posteriores à aprovação do plano na plenária estariam contido nesta Resolução, através de algum texto adequado, exatamente porque como disse o Wilson cada um segue um dedo uma mão, mas nós nosso vamos deixar que as coisas se consolidem com tantos equívocos.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** João, é exatamente isso, porque se não fosse a demanda de vocês nós nem faríamos grandes alterações na minuta, quer dizer, todo processo de discussão colocado foi em função da demanda de vocês.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** A dificuldade vai ser nós adequarmos...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC –** Posso só... tem vários pontos aí que me causam assim alguma estranheza, e aí nós precisamos...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Não.Nós estamos em um debate, em uma discussão, nós fizemos uma concessão, porque nós viemos aqui para não aprovar isso. Então nós estamos propondo aprovar com ressalva. Então agora, se for para não ter ressalva é melhor não aprovar, porque tem coisas que precisam ser resolvidas. O que nós propomos foi que, no processo haveria de considerar na minuta da Resolução, algum tipo de encaminhamento que priorizasse essas questões que nós colocamos.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Então, isso vai para a ata, ok? Aprovado com ressalvas, quer dizer, o voto, o posicionamento deles é esse. Ok, mas o voto deles é que vai ficar explicado assim “nós já aprovamos o encaminhamento à plenária” isso está aprovado, é um destaque de voto, exato, não é a nossa posição, nós aprovamos o encaminhamento à plenária, ponto. O voto deles foi com esse... e vírgula... agora nós vamos trabalhar porque a nossa...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Mas nós vamos aprovar uma Resolução que eu já estou propondo aqui, que dentro do conteúdo dela, a não ser que o Sérgio tenha alguma ideia melhor, considere o que nós estamos colocando, porque uma coisa é eu aprovar com ressalva e depois eu sei como é que funciona o conselho, fica por isso mesmo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Foi essa proposta que nós colocamos, discutir a Resolução a ver de que forma nós podemos colocar e contemplar essas preocupações, não foi isso? Que é a próxima etapa, discutir a Resolução.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Então só duas questões aí da fala de todos, para nós tentarmos esclarecer alguns pontos. Nós estamos propondo a construção de uma Resolução que aprove o plano, e nessa Resolução que aprove o plano, nós daremos também o encaminhamento de que, qual é a consequência do plano, ou seja, que objetos, que temas a Câmara Técnica se debruçará, para que o plano, que a Resolução está encaminhando para aprovação, que ele tenha uma consequência prática e se sigam as diretrizes e o que está preconizado no plano, então estou imaginando que essa é a ideia, ou seja, aí não é um ressalva, ou seja, eu acredito que nós vamos caminhar para um plano com condicionantes, ou um meio plano, ou seja, aí ao invés de termos um instrumento mais forte, nós teremos um instrumento mais fraco, ou seja, se nós já temos dificuldade de dar consequências a um plano aprovado na íntegra, imagina um plano que olha é um plano, mas não é um plano porque eu tenho uma série de considerações, até porque não são uma série tão grande assim, eu acho que temos aí um consenso sobre boa parte do plano. Eu confesso que, também não entendi o posicionamento aí CNI e CNA, ou seja, “ah nós vamos dar um parecer, nós estamos aprovando, mas nós estamos ainda debruçados” ou seja, tanto indústria, ambos os setores tiveram seus representantes no GAP, acompanharam toda a construção do plano, ou seja, eu não entendi exatamente o que é um parecer pós Câmara Técnica para nos manifestar em plenária, realmente para mim ficou dúbio aí a manifestação tanto da indústria, quanto da CNA.

**O SR. QUADRELLI (INDUSTRIA) –** Eu gostaria de esclarecer então essa dúvida, Sérgio, nós recebemos a incumbência dos dois representantes que participaram do GAP de que, nós concordamos com o plano que está sendo proposto, porém eles estão contratando uma consultoria que vai fazer uma outra análise que eles acham necessário, caso essa análise aponte alguma coisa que seja crítico para o setor industrial da região, com relação ao plano que está sendo proposto, nós vamos levar isso à plenária, nós estamos correndo um risco de chegar lá no plenário e perder, conforme foi feito com a correção do PPU que nós demoramos a trazer dados para a Câmara Técnica, e foi apresentá-los na plenária, e perdemos. Então assim, confesso que eu só estou aqui colocando a posição que foi solicitada por quem está lá na ponta, então assim, nós precisamos ouvir a base para dar alguma resposta. Está bom?

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Aí acho que nós temos que tratar todos os pleitos e temas no mesmo formato, ou seja, questões técnicas debatidas durante a elaboração do plano e debatidas pós plano, porque o que nós estamos nos propondo é: dar consequências diretrizes que estão colocadas no plano. Ou seja, que esse debate seja feito nas instâncias técnicas próprias, ou seja, seja no próprio grupo de acompanhamento, seja aqui na Câmara Técnica, ou seja, não cabe em toda a construção que nós estamos fazendo, nós não fazemos o debate técnico e levamos o debate técnico para a plenária, aí está equivocado, aí realmente assim é um posicionamento que ele é possível do ponto de vista de normativos, mas eu diria que ele não respeita todo o processo e a construção que nós estamos fazendo, ou seja, da mesma forma que nós estamos discutimos áreas da restrição, que nós estamos discutindo diretrizes A, diretrizes B, é salutar, é desejável, está no conteúdo do plano que os estudos continuam e vão continuar sendo debatidos, então que nós façamos esse debate nas instâncias técnicas de debates, ou seja, se toda vez que nós formos tomar uma decisão, nós não usarmos as instâncias técnicas e ir lá ao plenário, e “todo mundo aprovou, mas agora não, eu aprovei, mas eu fiquei descontente com a parte A, com a parte B, com a parte C, com a parte D” eu acho que nós não estamos construindo algo robusto dessa forma. Então eu acho que nós temos que ter o amadurecimento aí do processo, de olha “vamos caminhar, vamos construir, não é uma questão de vencer o A, vencer o B” não se trata disso, desde o princípio não se trata disso, todos têm acompanhado qual é a postura, qual é a condução do trabalho, então é possível se fazer isso, mas não considero que seja o formato ideal de se discutir elementos do plano diretamente na plenária, sem que tenhamos conhecimento no âmbito do grupo, no âmbito de todo o debate de qual posicionamento é esse.

**O SR. GUSTAVO (IRRIGANTES) –** Sérgio deixa eu complementar também, foi mais ou menos a mesma coisa que aconteceu com a indústria, como eu falei nós recebemos o contato do pessoal que participou, do GAP, semana passada, e eles acharam que foi muito rápida, eu não sei o que eles esperaram, você há de concordar comigo que nós não analisamos o plano hoje, concorda? Não, hoje. Então, mas o produto ficou pronto tem 10 dias, e eu mesmo não tive acesso ao produto. Então eu concordo que tudo tenha sido discutido, mas o que eles pediram foi um tempo, o que nós falamos é que na Câmara Técnica não vai ter tempo, nós podemos propor aqui, mas o mais (...) é esperar uma reunião para isso ser trazido à tona, já que você fala que a instância técnica é aqui, então vamos esperar, o Clímaco questionou, nós estamos questionando, o nosso encaminhamento é que não vamos esperar e vamos ver o que aponta, porque eles não estão com bases técnicas para... eles pediram mais embasamento técnico, estão contratando consultorias para elaborar essa questão, o nosso posicionamento é de que vamos aprovar, e só comentamos que isso vai acontecer, então você pode ficar descontente, tem todo direito, mas a questão é que isso é legal, não tem nenhum problema e está, inclusive informando que está feito, eu não quero atrasar o processo, eu acho que o que você falou é pertinente que o plano tem que gerar consequências mais rápido possível, então se nós solicitamos para não aprovar nós estaremos atrapalhando o processo, então o que nós estamos falando é que vamos trazer mais embasamentos técnicos ao processo, e isso pode ser aprovado e como você falou, esses estudos podem embasar o prosseguimento do plano, nós não estamos falando que vamos chegar na plenária e não vamos aprovar o plano porque nós não queremos, não é isso, o (...) comentou que eu não participei e nem ele participou do processo, quem nós representamos que pediu isso, foi só isso.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Eu acho que estamos fazendo um cavalo de batalha onde ele nem existe, o que a CNI está propondo nós podemos propor a todo e qualquer tempo, que é uma revisão de algum ponto alguma coisa que seja do plano. Eu acho que qualquer um pode propor isso em qualquer tempo, então a única coisa que ela fez foi comunicar que isso está acontecendo internamente, mas como o próprio FONASC colocou que quer que seja debruçado, que quer que seja inserido estudos, eu acho que ninguém está propondo nada diferente disso aqui, isso não interfere nada o que está sendo colocado em votação, talvez a colocação tenha sido feito na hora errada, não era o momento.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** É, a Aparecida acho que traduziu o meu pensamento, é esse mesmo, e está dentro daquela linha que nós estamos trabalhando. É exatamente a mesma demanda, são considerações diferentes, então a minha sugestão é, nós vamos analisar todo o corpo, mas é a criação talvez de um parágrafo no Art. 3º, dizendo que nesse processo de articulação e etc., sejam considerados, estudos, novos conhecimentos que... Aí. Então vamos ver a sua proposta. Então só resumindo...

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Uma questão da ordem, é só uma questão de ordem. O setor industrial e o setor agropecuário foram muito bem avaliados, a quantidade e a qualidade da água para esses setores tradicionais da gestão de recursos hídricos, como usuários, o que nós estamos colocando aqui é uma outra abordagem para complementar o que o plano fez, porque a questão da irrigação, de aproveitamento hidroelétrico e etc., foram bem analisados no plano, é o que normalmente se faz. Os usuários, a previsão de crescimento industrial, de crescimento populacional, de uso para irrigação etc. Isso está muito bem contemplado no plano, a nossa proposta veio a complementar, porque a questão da conservação do Pantanal, ela vai além dessas questões quantitativas e qualitativas, é a questão do processo hidrológico, geomorfológico, biogeoquímico e por fim ecológico que é a base tanto da conservação ambiental, como da conservação dos usos, por exemplo, para a pesca profissional e artesanal. Então nós estamos complementando, não estamos no caso avaliando questões que já estão muito bem contempladas no plano, que é o tradicionalmente contemplado nos planos em geral, o nosso fator principal é o que o Pantanal tem de diferente que esse plano tem que levar em conta.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok, mas assim, independente de ser uma complementação ou uma análise, a análise pode trazer novas informações, enfim, tudo pode acontecer quando se realiza um estudo. Então independente também são todos válidos, todos importantes. A ideia, portanto, é que essas novas contribuições que venham de estudos, que vem com embasamento técnico, que vem agregando ao que já tem no plano, devam ser consideradas nas discussões e nessas pactuações, por isso que eu sugeri no Art. 3º. Então questão de ordem, quando a aprovação do encaminhamento à plenária do plano, isso já eu considero que está aprovado, aí lá na ata vai os destaques dos três, certo?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Jussara, só registrar oro meu voto, pelo encaminhamento.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok. Então registrado também.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** Se o nosso voto fosse considerado, porque quem vota é a Débora, considerando as ressalvas todas que nós colocamos aqui para colocar em ata. Outra coisa que nós solicitamos é que na Nota Técnica que vai fundamentar a decisão da plenária evidentemente que não vai desconsiderar até porque eu acho que é até um demérito para essa Câmara fazer de conta que não houve nada, que nós não levantamos questões que poderiam contribuir para melhorar o plano, até sobre o ponto de vista de segurança jurídica, que eu digo assim para todas as partes, inclusive o setor industrial e agronegócio. Então Presidente, eu pediria que esses dois aspectos constassem, além daquele que nós vamos considerar na parte três ali que você falou.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Exatamente é nesse sentido mesmo que nós estamos preparando. Então podemos entrar na minuta propriamente dita.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Desculpe só uma dúvida, então o voto do FONASC é no caso que não aprova o plano como está e considera, é isso?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Aprova, mas com a ressalva de...

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Mas com as ressalvas de incluir no parecer as recomendações.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Isso. Com destaque. Isso.

**SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** E que serão objetos de aprofundamento, como foi dito pelo Paulo... Sérgio, serão objetos de complementação na discussão do GAP, porque eu acho um risco jurídico essa Câmara aprovar coisas, sem ter feito a análise técnica realmente que deveria ter feito.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok. Então nós podemos dar início à discussão da minuta de Resolução. A aparecida tem uma proposta de alteração que...

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Não tem muita alteração, mas eu acho que o que nós estamos propondo corrobora um pouco justamente à essa preocupação, tanto do que a CNI colocou como que o do FONASC também colocou. Eu sugiro acrescentar lá no... isso é mais questão de pro forma, no segundo considerando está... abre para mim a minuta que eu passei para vocês, fazendo um favor. Lá no segundo considerando, só mesmo para reforçar dentro lá das competência do GAP, complementar que essa Resolução além do que já está, ela institui um grupo, e determinou que esse grupo definisse as normas para seu funcionamento, sua agenda de trabalho, promover essa articulação do arranjo operacional necessária ao seu funcionamento e acompanhar essa implementação do plano até a criação do respectivo Comitê. Eu só coloquei mais coisas das competências que foram dadas ao GAP e nessa Resolução.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Aparecida, uma aparte. Como nós tivemos aquela que também foi modificada, só citar, essa aí é a última? Ok.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** É. Já é a última. Não, essa é a primeira, mas a outra, a segunda foi só de composição, não de competência. A segunda foi só para composição. E aí não estamos entrando nesse mérito, porque ela foi cumprindo a Resolução 5, e essa 152 já fala isso. Aí eu sugeri a inclusão de mais um considerando. Sobe mais um pouquinho fazendo favor. Considerando que o GAP aprovou o plano de recursos hídricos do Paraguai em todas as suas etapas desde o termo de referência para contratação de estudos pela ANATEL seu produto final, consolidação do termo do Paraguai... foi só um considerando a mais, que eu achei que ficou faltando nós deixarmos isso claro.

**O SR. JOÃO CLIMACO (FONASC) –** Só que corrigindo “considerando que o GAP recomendou a aprovação”, ele não pode aprovar.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** É, isso, está certo. Não, mas no âmbito do GAP ele é aprovado para ser encaminhado para cá, na Resolução ele fala a aprovação do GAP, mas eu acho que cabe para não gerar dúvida, considerando que o GAP recomendou a aprovação, é isso?

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Com ressalvas também.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não teve ressalvas, teve destaques de votos, não teve ressalvas.

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Lá foi ressalva, está na ata.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Foi ressalva lá ou foi destaque de voto?

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não. Foi ressalva. Aprovado com ressalvas pelos três membros que se manifestaram.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Isso não é... ressalva é quando todo mundo endossa, se não é destaque do voto.

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu só queria sugeri, por favor, Débora do FONASC, a inclusão de um considerando também, que é “considerando as recomendações aprovadas pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas” que nós vamos colocar em... já foi aprovada, só vocês receberem oficialmente aqui internamento pelo Ministério.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Mas o GAP não caminhou para aqui, nós não podemos fazer nada que não tenha sido encaminhado.

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não estou falando do GAP, é em outro considerando.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** O grupo criado para fazer todas as análises, recomendações e encaminhamentos é o GAP, ou passa pelo GAP e vem para cá...

**A SRª. DEBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não, mas eu não estou falando isso, essa minuta de resolução é da Câmara Técnica daqui que vai ser passada para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem que levar em conta uma manifestação do próprio Ministério do Meio Ambiente.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Vamos fazer o seguinte, vamos fazer a análise da contribuição de cada um, aí faz as minhas, nós verificamos as minhas e depois a Débora dar o encaminhamento com as delas, não é melhor não? Porque se não ficamos... Pode ser? Concorda Débora? Obrigada.

**O SR. QUADRELI (INDUSTRIA) –** Maria Aparecida só para manter coerência no considerando de baixo também.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não aí nós temos que ir arrumando... ah o considerando... ah, está vendo? Foi vício mesmo do que eu peguei, então o considerando de baixo, considerando que o GAP recomendou a aprovação, e não a aprovou o PRH do Paraguai, esse aí, considerando que o GAP... Mas, ele recomendou aqui para a Câmara Técnica.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Ah, tá. Pode. E de baixo recomendou a aprovação. Fica melhor. Isso. Muito melhor. Em cima fica só “acompanhou” não é acompanhou todas as etapas, acompanhou o plano do Paraguai em todas as suas etapas, acompanhou o, na elaboração do (...) Paraguai, não é isso? Ficou bem melhor mesmo. Aonde? “Desde” esse “De” foi erro de digitação, desde o termo de referência, isso, aí considerando que o GAP recomendou a aprovação, aí eu faço uma sugestão de uma inclusão de dois parágrafos no Art. 2º. O art. 2º diz: Art. 2o “Manter a atuação do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai, criado pela Resolução OTEP nº 152, de 17 de dezembro de 2013, que deverá acompanhar a implementação do plano até a criação do respectivo Comitê” aí no parágrafo 1º: “todos os estudos, projetos e programas elencados no (...) Paraguai, deverão ser acompanhados e aprovados” recomendados recados, no caso, tiramos a palavra aprovado, não é isso? Não vai caber, “acompanhados e avaliados”? Não, mas... porque aí a palavra “aprovados” não vai caber... acompanhados e avalizados pelo GAP, porque ele chega para cá já depois de... pelo GAP dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos e aprovados. Quer dizer, queremos dizer que vai continuar sendo feito no mesmo tipo de trâmite que foi até então, os estudos, programas e projetos, elencados no (...) Paraguai que porventura já tenham sido contratados, claro que todo mundo sabe o porquê eu estou falando isso, deverão ser analisados pelo GAP que se manifestará pela necessidade de adequação ou não de seu conteúdo, de forma a garantir o previsto no Art. 3º próximo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Só uma sugestão ali no caput, acho que aqui sim cabe colocar “modificado pela Resolução...” qual o número da Resolução? Do grupo de acompanhamento, porque o atual da composição é a última, não é?

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Deixa eu fazer um comentário aqui sobre essa sugestão de redação. O que nós tínhamos proposto e discutido aí pela manhã, é de que nós, e é uma tarefa tanto do grupo de acompanhamento como da Câmara em última instância e do conselho, que nós tentássemos fazer com que o plano tenha consequência regulatória, ou seja, que o grupo que nos cabe, sobre o ponto de vista de resoluções do conselho, que a gente pegue do plano suas diretrizes, os resultados dos seus estudos, os resultados de suas avaliações etc., e traduza esses resultados em regulamentos, em resoluções, ou seja, o conselho ele funciona por meio das suas resoluções, não é só debate, é só... como diz alguns, ficar engarrafando fumaça. Então enquanto nós não traduzimos a nossa discussão em uma Resolução, nós estamos engarrafando fumaça, isso é o que estamos fazendo. Colocar que caberá ao grupo ou a quem quer que seja acompanhar todos os programas, estudos etc., vamos dar um exemplo, tem lá um programa que é o monitoramento da qualidade da água, não imagino que o GAP, para que os órgãos gestores, por exemplo, façam o monitoramento da qualidade da água da bacia do Paraguai que vai caber ao GAP aprovar, acompanhar toda a execução do programa de monitoramento da qualidade da água, isso é claramente inexequível. Então colocar um artigo que todos os estudos projetos e programas do plano, deverão ser acompanhados e avalizados pelo GAP é assim, tornar o GAP muito maior do que ele é, e é engessar completamente o plano, ou seja, esse é um artigo inexequível, ou seja, o GAP ao aprovar o plano ele já aprovou os programas do plano, os programas serão executados conforme eles estão aprovados, “ah, mas eu preciso avaliar os resultados” aí é outra coisa.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não, não. Uma coisa é você aprovar nome.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Os resultados precisam para que eles tenham consequências, para que eles virem decisões do GAP, resoluções do conselho, aí eles precisam da aprovação, eles precisam da análise, para subsidiar essa análise, se tenha todos os elementos necessários que subsidiem essa análise. Agora, escrever que todos os programas deverão ser novamente analisados pelo GAP é completamente inexequível, aí ao invés de nós tentarmos executar um plano, nós vamos engessá-lo completamente.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não é novamente, Sérgio, se for para não ser assim, ter um GAP só para referendar estudos que sejam entregues lá, não.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Não é referendar. Eu não usei a palavra referendar, então eu vou complementar. O GAP tem a atribuição de analisar e acompanhar a implementação do plano, os seus resultados, ou seja, se é um estudo o GAP tem total prerrogativa de avaliar o estudo, concordar ou não concordar com ele, e caso esse estudo vá ter uma aplicação prática ou incidir, por exemplo, ou balizar uma Resolução do conselho, o GAP se apropriar desses estudos e recomendar à Câmara Técnica que faça sua análise e que vire uma Resolução, como em todos os planos funcionam assim, ou deveriam funcionar assim, é completamente diferente colocar e escrever que todos os programas, estudos e etc. deverão ser acompanhados e avalizados pelo GAP se não insisto no meu exemplo do monitoramento, tão simples quanto isso. O monitoramento da qualidade da água na bacia passará a ser acompanhado e avalizado pelo GAP, isso é completamente realista.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Deixa eu fazer um ponderação. Eu acho que nesse sentido o Sérgio tem razão, têm coisas que realmente não cabem. E qual é o objetivo que nós colocarmos isso na Resolução? É que estudos que surjam, novas informações ou que venham ser contratados, ou mesmo estudos que sejam realizados por outras fontes que possam ser aproveitados, enfim, o próprio CT-Hidro desenvolvem coisas, enfim, entendeu? Mas que sejam informações balizadas que elas possam ser consideradas, que elas devem ser consideradas nas discussões do GAP, para ver se melhora ou não algum ponto, alguma questão que mereça aprimoramento.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Jussara, sendo bem direta e exemplificando mesmo, eu acho que temos que colocar... tanto que eu falei quando eu li, eu tenho certeza que a maioria sabe porque eu estou colocando esse artigo, esse parágrafo. Foi contratado um estudo sobre hidrelétricas pela ANA, onde o setor não tem acesso, não tem discussão, e nem o GAP, e o que está se falando é que nós vamos trazer ao GAP no momento certo, na hora que já tiver produto pronto não é isso que nós queremos. O que nós estamos exemplificando é que o plano ele foi todo o tempo discutido junto com o GAP, desde o seu termo de referência, o que nós queremos é que todos esses programas e projetos elencados, porque o que aconteceu? Isso entrou como programa e projeto do plano, já foi contratado antes do plano, nós nem aprovamos o plano ainda, vai ser aprovado e esse estudo já foi contratado, sem que ele ainda seja aprovado e que seja um produto do plano. Então o que nós queremos é assim, eu estou dando o exemplo do setor hidroelétrico, mas isso pode surgir a qualquer tempo com qualquer um outro uso, com qualquer uma outra coisa, com os programas e projetos que estão previstos e elencados no plano, e o que nós queremos é poder participar, sabe? Discutir do mesmo jeito que discutimos desde o termo de referência no seu plano e nos comitês de bacias, se a questão é essa, é assim que acontece, se aprova o plano e os programas e projetos que são contratado depois, você cria grupos de trabalho específicos para aquilo e são acompanhados, quando é a questão de monitoramento você cria um grupo de Órgão Gestor para poder estar acompanhando, e eles acompanham aquilo juntos. Então Sérgio acompanham, tem sim, tem acompanhamento, mas a aprovação de termo de referência, a análise, quanta coisa que você tem um olhar de um uso que às vezes não é dizer que ele está ali só para restringir, às vezes, um olhar de um uso pode contribuir e muito para uma elaboração de um termo de referência, por ele viver aquilo no dia-a-dia e nós termos um produto muito melhor. Acho inclusive que em cima do que você falou, e aí sim, é até perigoso para nós enquanto usuários, mas acho que isso é importante, talvez criar mais um artigo para trazer a competência nossa aqui do GAP remeter à essa Câmara, de resoluções que venham a dar embasamento à esses encaminhamentos, isso não está escrito em lugar nenhum, eu acho que isso só fortalece, talvez criar mais um artigo nesse sentido.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Eu queria fazer um esclarecimento, porque o estudo que a Aparecida está se referindo é o estudo científico, o estudo científico é diferente de um termo de referência que você contrata uma consultoria e essa consultoria tem que levantar os dados já existentes para fazer um documento. Nesse caso são estudos científicos primários, dados primários que estão sendo analisados em relação a bacia como um todo, quanto a alteração hidrológica, alteração de qualidade de água, retenção de sedimentos e nutrientes pelos barramentos, a alteração hidrológica, a questão da produção pesqueira e a questão da sócio economia, porque a sócio economia regional depende da produção pesqueira, ainda foi incluído um item de comparar essa questão sócio econômica também com a geração de energia hidrelétrica, então isso são dados primários que estão sendo levantados e analisados, é diferente de uma consultoria, então essa inovação... (interrompida) deixa eu complementar.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Só me estranha uma representante do GAP dar dados para nós sobre como é esse estudo enquanto nós que estamos lá no GAP também não sabemos nada sobre isso, ela vir aqui defender o estudo dando dados de como esse estudo está sendo feito, só estranho.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Não sei o porquê é estranho, a ciência ela tem que servir para alguma coisa, não apenas para referendar um documentos. Só para esclarecer, a diferença entre um estudo científico e uma contratação de uma consultoria.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok. Ambos estudos eles são relevantes e são importantes, porque o estudo também contratado as pessoas também são responsáveis, ou seja, se o mérito ele é um estudo de pesquisa básica que eu digo com pesquisa de dados primários ou secundários ou um projeto de consultoria não faz diferença. O importante e relevante é a informação nova que chega, se essa informação nova que chega ela é importante, e pode trazer contribuições para o aprimoramento desse plano, e esse aprimoramento pode ser discutido no GAP, isso é que é irrelevante, então a origem do estudo é irrelevante desde que seja, obviamente idôneos, óbvio não é? Então o que nós estamos discutindo é a forma como colocar. Eu entendi a posição do Sérgio a questão da ter alguns programas, que realmente são programas que o acompanhamento é saber dos resultados, às vezes tendo um bom relatório, ok beleza, se avaliza o acompanhamento na verdade eu acho que a minha ideia seria colocar a obtenção de novas informações e estudos devam ser avaliados pelo GAP...

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Vamos tentar conseguir enxergar as atribuições de cada um no processo. Acompanhar a implementação do plano, o GAP acompanhar, ou seja, ele vai acompanhar todos aos estudos, ações, projetos, objetivos, metas, componentes qualquer nome que se der, nota 10, é isso que ele tem que fazer. Terá perna para isso? Possivelmente sim, inclusive toda questão que nós apresentamos de manual operativo, de facilitar o monitoramento e etc., permitirá que o GAP faça o acompanhamento na intensidade aí que cada programa exigir, fará o acompanhamento desejável que seja assim. Bom, cada programa ou cada ação ela tem uma natureza, seja de produzir informações, seja de produzir resultados para algum propósito. Do ponto de vista regulatório para que esse propósito se traduza em normativos ou... e é o que está colocado no plano, não em todos, mas especificamente no plano do Paraguai, a partir do momento em que eu vou obtendo novas informações, os estudos vão avançando eles produzem um conhecimento novo que modifica diretrizes e pode modificar determinações que estão colocadas no plano. O que nós precisamos acordar? Que é o que nós estamos falando desde o princípio da manhã, essas decisões e essas modificações, e esses regulamentos e esses normativos que sejam resultados seja de um monitoramento, seja de um estudo e etc., que eles sejam devidamente analisados, e acompanhados seja no GAP, seja depois no conselho para que eles sejam traduzidos em uma Resolução. Com relação a isso não há menor dúvida em relação a esse aspecto. Um outro ponto é que fica parecendo que nós temos um estudo clandestino, nós não temos um estudo clandestino, o estudo já foi apresentado no seu escopo, tanto aqui na Câmara Técnica, quanto no GAP e já foi colocado em particular para o setor elétrico, já que tem representantes do setor elétrico aqui, que o acompanhamento do estudo pelo setor ele pode se dá via GAP que tem uma natureza, e ele pode se dar via setor elétrico também, ou seja, o estudo está aberto aos representantes do setor elétrico, faremos quantas discussões forem necessárias para o setor elétrico, agora tanto a agência, quanto os órgãos gestores, como os próprios representantes tem a faculdade de fazer os seus estudos, criar suas consultorias, fazer suas análises quantas quiserem, quantas forem necessárias, os resultados...

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não com recurso vinculado ao plano, com recurso vinculado ao plano você tem que ter vinculação ao plano.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Já está vinculado Aparecida.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Nós não aprovamos ainda, foi colocado agora. O plano só aprova no OTEP. Os estudos estão, o plano nem está aprovado e o estudo está em andamento.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Sim, a vantagem desse plano é essa.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Uma contradição, porque como que você vai aprovar um plano sem estudo, nós fazemos parte dessa dança o tempo todo. Agora, eu vejo um argumento desse, estou estupefato porque um argumento desse não justifica você ficar tanto tempo aqui, inclusive lá no GAP recebendo os estudos e discutindo, inclusive aprovado, porque Aparecida eu não sei o que está acontecendo, mas ela passou por todo esse processo e não existiu nada de não transparente nessa história.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Clímaco, na última reunião o representante do MME fez um destaque na fala dele, dizendo que não aguentava mais pedir dados e informações sobre esses estudos e não recebia, a Luciana pegou a palavra, se comprometeu que na próxima reunião do GAP vai ter uma agenda propositiva, quer dizer, nós não estamos pedindo uma agenda mostrando como que esse estudo está andando, o que nós estamos querendo é participar das discussões desse estudo, como nós participamos de todas as discussões e de todos os produtos do plano. Eu estou colocando um produto, daqui a pouco pode ser um outro usuário, um outro uso que vai está comprando essa mesma briga, o que estou colocando é que nós temos que tratar todo mundo... sabe, até para poder... você falou que pode marcar a hora que quiser Sérgio nós não conseguimos isso até agora, nós pedimos os produtos que já foram prontos...

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Não tem produto pronto, eles foram para o campo agora em outubro, primeiro campo.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Tem termo de referência, você tem plano de trabalho, tem produto... cadê? Aonde que ele está, dá o endereço para nós. Mas nós estamos pedindo isso, não adianta eu ter esse plano, eu quero isso oficialmente. Não adianta você me mandar. É público, mas não conseguimos achar no site da ANA, não está lá no GAP. Espera aí Sérgio, não, não é assim.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Vamos ver qual é a nossa questão, a nossa questão é que, o plano tenha durante a sua implementação a consideração de ingressar novas informações que surjam e que sejam relevantes. Face a essas novas informações, novos estudos, o GAP analise e pactue, enfim, e etc., a pertinência de fazer aprimoramento em algum ponto como foi comentado aqui, quer dizer, existem sugestões que já foram colocadas e que não tiveram tempo hábil, nem as informações necessárias, tem um novo estudo que a ANA está desenvolvendo que vai trazer muitas informações importantes, esclarecimentos para poder detalhar melhor as ações dos programas e etc. Então isso tudo será incorporado durante a implementação. Então que esse parágrafo para mim ele tem que ser único, ele tem que deixar a porta aberta para esse aprimoramento, ele tem que mostrar que o GAP tem essa competência sim de aceitar, verificar, porque o plano é um processo dinâmico.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Jussara o plano aponta vários programas e projetos, foi em função desses programas e projetos do plano, não estou falando de nada extra plano, do extra plano é da forma como você está falando, o que eu estou falando é que o que o plano aponta ele tem vários programas e projetos que ele está apontando que precisam ser feitos e tem um horizonte de tempo para eles serem apresentados, ok? Concordo com o que o Sérgio está falando, que às vezes cria até uma certa dificuldade, confesso Sérgio que na hora eu não me toquei sobre a questão do monitoramento, apesar de nós até acharmos caminho, apesar de não precisar, seria como de fato que você está falando engessar muito, talvez remeter para o GAP e aí é claro que seria um estudo complementar da ANA para apresentar ao GAP que esses planos, programas e projetos então devam ser apresentados para o GAP com as suas competências, o que o GAP tem que analisar, aprovar e recomendar ou o que vai ficar a cargo do Órgão Gestor e aí nós analisamos no âmbito do GAP e encaminhamos isso ao OTEP, fica como mais um produto, como um relatório ou o que for. O que não dá é, já que tem monitoramento e não é competência da gente, nós vamos e abrirmos mão do que estou discutindo e que eu estou falando que precisamos sim de ter essa discussão no âmbito do OTEP do GAP e posteriormente do OTEP. É um estudo para um único uso, um estudo específico para um único uso, como que você vai definir impacto de um uso na bacia sem você analisar os outros usos, sabe? Olha só a questão, então é só o setor hidrelétrico que impacta? Não é isso, nós temos que ter esse cuidado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Como é que isso poderia ser colocado no texto?

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Jussara, por favor, questão de ordem. A Aparecida sempre coloca isso no GAP, sempre é colocado isso principalmente pelo Setor Elétrico e Ministério de Minas e Energia, eu volto à Resolução 152. A Resolução 152 foi criada por devido ao impacto previsto na época de 116, 132 hidroelétricas, hoje já são 180 sei lá quantas, 169acho que já subiu mais algumas. Então é o impacto do barramento dos rios formadores do Pantanal, esse é o objetivo que foi criado a Resolução 152, ponto.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Desculpa Débora, eu sou membro do Conselho Nacional, a Resolução 152 foi criada por que? Por uma demanda do FONASC sobre a questão das hidrelétricas na bacia, a plenária do conselho viu que ela não tinha como tomar decisão nenhuma se nós não...

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não foi uma demanda do FONASC, foi uma demanda do Comitê Nacional de Zonas Úmidas que é citada, inclusive a recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas é citada na Resolução 152. Então não dê informação equivocada, nós estamos aqui participando do plano de recursos hídricos por decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos frente à ameaça de mais de 160 hidrelétricas em uma bacia que forma o Pantanal Mato-Grossense, que volto e repito, é patrimônio nacional, o setor elétrico não consegue entender isso, me desculpe, até hoje depois de três anos de discussão no GAP vocês vem com o mesmo argumento, leiam a Resolução 152, se quiserem eu já mandei a recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, e eu sugiro e solicito a inclusão da recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas referente ao que já foi aprovado nesse próprio comitê, referente a manter-se os barramentos em sub bacias livres de barragens e manter essas sub bacias, isso é uma recomendação do Ministério do Meio Ambiente. Eu não consigo entender como é que o setor elétrico não consegue entender que tem que se conservar o Pantanal, é incrível isso, e se eu estou pedindo ao próprio Ministério de Minas e Energias que se avalie a possibilidade de se manter a bacia do Alto Paraguai sem novos empreendimentos como foi feito no Xingu e no Araguaia, no Xingu após Belo Monte para não ter esse argumento novamente, então é uma questão de responsabilidade do que foi feito, desde 2009 nós estamos discutindo, vai fazer 10 anos que nós entramos com essa discussão no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2012, 2013, nós conseguimos o plano de bacia e agora nós estamos resolvendo a questão principal que é, o setor elétrico não pode aumentar a sua implementação sem que tenha uma análise em termos de bacia hidrográfica, isso é ponto passivo, é ponto científico passivo, eu não sei, é incrível, três anos depois o setor elétrico continua falando a mesma coisa.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Jussara, é Guilherme do MME, eu posso falar?

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Só um minutinho Guilherme, porque a Débora não deixou eu concluir o que eu estava colocando. O CRNH não se sentiu em condições de acatar a demanda vindo de seja lá do Comitê de Áreas Úmidas, do FONASC, tudo bem, faço a correção, e por isso criou o GAP e aprovou a destinação de recursos para o plano, não foi por causa das hidrelétricas, foi porque viu que sem um plano de bacia ele não tinha como fazer uma análise da demanda que chegou para ele, então isso é muito diferente, não está contratado porque tem que parar a hidrelétrica, está contratado porque nós não tínhamos condições na plenária do OTEP de fazer nenhuma discussão sobre a demanda que chegou sem que tivéssemos o plano da bacia minimamente.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** Desculpa Aparecida, o considerando número 7 da Resolução 152, considerando a instalação de empreendimentos hidrelétricos na região hidrográfica do Paraguai, sabe? Está claro, quer dizer, isso foi um debate da plenária... recupera novamente o debate.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Jussara, nós temos que ter um mínimo de ordem aqui porque senão depois gera conflitos, eu pedi a palavra...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Gente é o seguinte, a origem não é? Vocês estão discutindo, foram lá para a origem, a questão que está lá na origem eu até fui olhar, fui dar uma olhada aqui na 152, na época era em articulação com a elaboração do macro zoneamento, então andando, agora a questão aqui é que seja... nós estamos discutindo a implementação do plano, que durante a implementação do plano sejam feitos os aprimoramentos. Bom, vamos ver se eu entendi agora, o que a Aparecida está colocando no parágrafo 1º é com relação ao acompanhamento daquilo que já consta no plano, e o parágrafo 2º então seriam a consideração do novo que vai ser agregado, seria isso, parágrafo... ok, mas então ainda não apareceu o parágrafo do terceiro, a questão é, o parágrafo 1º pelo que eu entendo que é a manutenção do GAP para acompanhar a implementação, o que é acompanhar a implementação? Eu acho que contém aquilo que já tinha antes, o GAP não discute? Eu acho que já está escrito.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** Isso aí nós já aprovamos, a não ser que nós façamos uma Resolução alterando totalmente o GAP.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Não acho isso nem justo com os colegas, fiz as minhas colocações, fiz a minha defesa, entendi o que o Sérgio colocou, falei que nós podíamos melhorar a redação nesse sentido, mas continuo firme no propósito que nós temos que criar alguns subsídios para nos respaldar no âmbito do GAP, e aí eu estou falando na defesa do setor usuário, primeiro do hidrelétrico e depois dos outros usos porque tem vários programas e projetos nos demais usos lá também.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Entendi. Mas a questão não é de oposição, a questão é de compreensão aqui, nós precisamos entender o que está sendo proposto para traduzir, já existe uma certa compreensão entre o que o Sérgio colocou e o que tu colocasse, então talvez seja uma questão de aprimoramento, de redação para minimizar essa diferença.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Aquele que deveria ser o nosso Norte é o que baliza a nossa atuação aqui do ponto de vista de Câmara Técnica e de Conselho, que é o que nós fazemos com os resultados do plano. O que eu acho que está correto na abordagem, e isso serve para todos os estudos, inclusive os estudos que estão colocados, é que ok, os resultados dos estudos, programas e projetos elencados no PR Paraguai e aí é independente de horizontes de tempo se já começou, se vai começar... veja, os resultados deverão ser analisados, o caso a caso da análise é que baliza o nível de acompanhamento, tem determinados programas que basta você receber o resultado e saber que ele está acontecendo que naturalmente aquilo ali é suficiente, é claro que estudos mais complexos como nós já acordamos reiteradas vezes, nós teremos que montar uma estratégia de acompanhamento completamente diferenciada, está claro, isso já foi acordado, e as coisas vão acontecer conforme forem acordadas. Nós não conseguimos emitir ou apresentar resultados específicos do estudo que você está falando quando nós nem temos esses resultados ainda, estou aflito para ver esses resultados tanto quanto você.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Sérgio, eu estou começando do termo de referência. Esse já foi contratado, mas tem outros usos, que nós queremos poder discutir. Esse já está até contratado.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Tudo bem. A discussão ela é sempre válida, o que eu estou querendo dizer é que independente da discussão uns podem discutir a mais, outros vão discutir a menos, outros querem entrar nas atribuições, por exemplo, dos órgãos gestores, outros querem entrar menos, isso tudo faz parte do debate, não tem problema nenhum, cada um com as suas atribuições, com as suas prerrogativas e etc. O que é importante, independente de acompanhamento, das atribuições ou representações de cada uma, é que, vou pensar lá no final e vou continuar insistindo nisso, se nós queremos que o plano, e nós queremos, estou entendendo que todos aqui querem, que o plano tenha consequência regulatória, que o plano deixe de ser papel e tenha um consequência prática, para ele ter um consequência prática, o conselho precisa se posicionar sobre temas do plano, não só sobre ele. Para que o conselho possa se posicionar sobre temas do plano ele é demandado, não é uma geração espontânea da plenária, a plenária recebe insumos dessa Câmara Técnica. Essa Câmara Técnica no que se refere ao plano do Paraguai, ela depende de uma análise do GAP que permanecerá e que manterá o seu funcionamento. Então a Resolução ela tem deixar claro que, resultados, dados ou resultados, qualquer que seja a redação desses diferentes estudos, programas e etc., para que eles sejam encaminhados para a deliberação do conselho, eles demandam uma análise do GAP, ou seja, com isso eu garanto que o GAP não vá ser um mero acompanhador ali das coisas sem que lá... ou seja, isso aí é uma chancela da Câmara Técnica, mais uma, dizendo o GAP é nossa instância técnica, ou seja, para que resultados ou dados, aí podemos achar a palavra do plano, referentes ao plano, referentes ao que do plano? A estudos, programas, componentes, objetivos, métodos, podemos colocar o que quiser ali, o conteúdo do plano para que ele seja deliberado pelo conselho, ele tem que passar pela devida análise do GAP, o GAP... o que eu estou querendo colocar é que esse artigo substitui esse de todos os programas tem que fazer isso, tudo aquilo, porque aí criamos um gesso, porque nem tudo vai ser objeto de deliberação do conselho, nem tudo envolve deliberação, ou seja, que nós temos que assegurar é o que envolva deliberação, o que modifique o plano, o que interprete o plano, eles passam pela análise do GAP.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok, mas aí seria uma... Então, vamos lá.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Acho que assim é um grande salto que nós damos o que o Sérgio está colocando, porque até hoje nós só aprovamos o plano.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Ok, então Aparecida a sugestão lá.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** “Os resultados dos estudos, projetos e programas do PR Paraguai deverão ser analisados pelo GAP previamente à deliberação pelo conselho”, pronto.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Eu tinha pensado em outra coisa Sérgio, “todos os estudos, projetos e programas”. (Interrompida). Nós tiramos o “todos”, o que eu estou querendo colocar é “os estudos, projetos e programas elencados no PR Paraguai que demandem deliberações do OTEP”, porque aí nós tiramos tudo isso que você colocou de competências, outras competências que não as nossas enquanto Conselho Nacional “... deverão ser analisadas” aí mantém, aí cria um artigo, que eu acho que não tem que ser parágrafo, eu acho que tem que ser o último artigo, porque para mim é o grande artigo dessa Resolução, aí eu gostaria que você propusesse a redação dele, com esta sugestão de que temos que demandar agora propostas de resoluções que façam com que implementamos de fato o plano, porque para mim sinceramente, com tudo isso que está escrito ai, esse artigo que você vai propor é o grande salto que nós damos em termos de aprovação de plano e implementação, porque até hoje nós sabemos que não víamos isso em lugar nenhum.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Analisados...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Só colocar aí os resultados, porque senão o estudo, o projeto e o programa acho que fica muito... tem que ser os resultados dele serão analisados.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Mas é que ela quer incluir a análise e termo de referência.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Veja, mas aí a prerrogativa da análise tem determinados estudos que tudo bem, para eu fazer a análise eu preciso de termo de referência, tem estudos, tem projetos, tem programas, que eu não preciso, entendeu? É isso que eu estou querendo dizer...**–** Não... às vezes ela tem, só que assim, pois é gente, senão fica pouco objetivo, é isso que eu estou querendo dizer, ou seja, senão... o que eu estou querendo dizer é que, senão não fica parecendo essa redação que o conselho vai deliberar de novo sobre a existência ou não daqueles estudos, programas, projetos, que já estão lá no plano, já estão aprovados, as deliberações futuras...

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** O projeto não está aprovado, está aprovado a existência, é totalmente diferente de você ter um estudo e que você está ali falando “esse estudo está ok” não é quando couber não, é quando demandarem deliberações no âmbito do Conselho Nacional. Resoluções.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Só uma questão, tem que ser pelo GAP e por essa Câmara Técnica, não é? Não só pelo GAP.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Tudo passa, depois do GAP tem que passar por aqui, mas tem que estar na Resolução.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC) –** A interveniência da Câmara e do Conselho está superveniente à todas essas estruturas, entenderam? Eu acho que nós não podemos, porque se fosse depender do GAP só se fosse um outro GAP.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** (...) porque quando você fala OTEP é a Câmara Técnica do Conselho gente, que aí tem a CTIL, tem tudo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** É, vai entrar direto, não precisa...

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) –** Nós temos que lembrar que tem programas que às vezes vai demandar até outras Câmaras Técnicas não só do plano, dependendo do assunto, e dependendo do assunto... e suas instâncias, é.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Como estava, como estava... Não, não, não. É como estava antes Antônio, isso, ao OTEP e suas instâncias.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Esse segundo eu colocaria, portanto as novidades.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** No plano, durante a implementação, a reavaliação.

**O SR. JOÃO CLIMACO (FONASC) –** Sim, mas como é que isso entra aí? Como é que isso entra aí? *(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC)) –** Nós fizemos uma sugestão de minuta também, eu queria considerar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Porque assim, acompanhamento da implementação inclui observar estudos novos, então esse parágrafo 2º pode ser esse.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** O analisados ele não dão a ideia de que se o GAP vai interferir ou não de alguma forma ao que você quis escrever no segundo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Não esse aí, mas o segundo parágrafo para mim cabe dentro do Art. 2º sim, é que, durante a fase de acompanhamento da implementação cabe agregar informações novas. Essa é a prerrogativa.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Então, o Art. 2º ele vai cair fora da forma como ele está, parágrafo 2º, mas vai entrar um parágrafo que nós temos que ver, que o processo de acompanhamento deve considerar a observação de novas informações oriundas de estudos e pesquisas ao longo do processo, que possam...

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Não, o que você pode colocar, o que nós podemos tentar colocar alguma coisa no sentido de que, no que se refere as atualizações do plano, ou seja, porque a implementação a grosso modo, ela começa a gerar atualizações, e nós não podemos fazer com que essas atualizações também se criem um “ah, então vamos precisar de um processo todo novo etc.” então nós podemos colocar que, as atualizações do plano decorrentes do seu processo de implementação, deverão... serão aprovadas pelo GAP e encaminhadas ao conselho, alguma coisa assim, acho que aí nem precisa, eu só colocaria “as atualizações do plano, resultantes do seu processo de implementação, deverão ser...” aí talvez, ou aprovadas pelo GAP...

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Por exemplo, tem um determinado tema que eu tenho ali uma atualização muito evidente, o que nós não gostaríamos assim, acho que para dar fluidez ao processo, é que possamos fazer essas atualizações, claro, devidamente acompanhadas e chanceladas ali pelo GAP eu gero uma atualização do plano, eu registro essa atualização do plano por uma nova Resolução do conselho, sem eu ter que “ah não, agora vamos parar tudo, vamos começar um plano novo porque eu estou atualizando” se não isso se perde em dinâmica, não é?

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Por favor, a questão é, a nossa proposta de sugestão desde o início, ela não foi aprovada pelo GAP, então o GAP estaria cerceando a apresentação de uma proposta técnica que poderia contribuir para o plano da recursos hídricos ser mais completo, mais eficiente. Então aonde entraria a nossa, que é a grande discussão de tudo isso foi porque nós trouxemos uma opinião que é diferente da que foi apresentada, e da que foi aprovada pelo GAP. Então eu acho que cabe aí também levar em conta como que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não vai levar em conta uma Nota Técnica dos especialistas da região. Tudo bem que vai ter um outro estudo que pode corroborar, pode implementar, imagino eu, o que estamos colocando, mas o que nós viemos trazer aqui é a opinião técnica de especialistas da região e com a chancela da Sociedade Civil, não é pouca coisa, eu acho que deveria ser colocado aí que o GAP e o conselho, as instâncias do conselho avaliem também essas outras propostas, não sei...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Então, o GAP poderá sugerir atualizações aos estudos, programas e projetos, de forma complementar ao plano do Paraguai à luz de novos conhecimentos.

**O SR. JOÃO CLIMACO (FONASC) –** Olha, eu acho que nós... me permita Presidente, à luz de novas demandas fundamentais, se existisse um outro tipo de GAP eu até entendera que tudo que está sendo proposto aqui ele teria viabilidade de ser encaminhado, mas do jeito que está o GAP hoje agindo politicamente e não tecnicamente, do jeito que está aí, pouquíssimas propostas da Sociedade Civil serão encaminhadas e discutidas, porque não é um olhar que se tem hoje a partir dos segmentos dos usuários de construção de pactos, de um perdeu o dedo o outro perdeu o anel para poder juntar e fazer alguma coisa, não existe isso no GAP, inclusive com a anuência do próprio Governo do Estado. Então eu penso que poderíamos aprovar isso, mas nós estamos propondo, inclusive porque foi discutido, inclusive com a diretora da ANA que hoje não é mais a diretora da ANA, mas nós abrimos mão no gabinete do Ministro de que tendo em vista aquela confusão que deu de que não atendeu às nossas expectativas, nós levamos a demanda para o Ministro, então ficou acordado que na hora que terminasse essa fase, nós iríamos fazer, propor uma... isso não só nós, mas todo mundo iria propor uma reformulação do GAP para acabar, porque do jeito que está aí, nós estamos tirando, nós estamos dando condições de fazer alguma coisa, mas ao mesmo tempo nós estamos cortando nossos braços e pernas para poder fazê-lo, porque dois ou três setores, os setores econômicos eles não estão com o olhar tático positivo, eu estou extremamente surpreso com essa reunião hoje, porque nós passamos anos falando coisas que eram importantes e deviam ser consideradas pelo GAP, e politicamente, não foi tecnicamente, o GAP pegou, voltou e jogou no lixo, então quer dizer, olha, isso aqui não vai ser importante e tal, não vamos considerar e tal, o GAP fez isso, por que? Porque politicamente nós somos quantitativamente minoria, o poder econômico político manda. Do jeito que está aí, quer dizer, nós estamos acreditando que o GAP tem esse discricionaríssimo, esse republicanismo, e não tem. Então nós vamos ser um negócio que vai legitimar aquilo que não quer que se legitime, porque o que estão vendo hoje, é quem se beneficiou até hoje desse quadro político, hoje está querendo desmontar o que foi feito. Então significa dizer o seguinte, que quando nós estávamos do nosso lado pedindo para ser considerado e não fomos ouvidos, então vamos meter ferro neles que passou por cima de nós, agora que o plano está saindo, na verdade, está acontecendo a mesma coisa do PPU, você fica o tempo todo na moita e quando vai sair o negócio, aí você esculacha para não sair, aí vai blocar e vai embananar, nós não fizemos isso, nós estamos agindo republicanamente. Está na hora dos segmentos serem mais responsáveis, se você tinham alguma coisa para mudar isso, deviam ter feito isso também lá no GAP como nós fizemos, e perdemos, e teriam que chegar aqui com parecer, com tudo certo, e não chegaram. Aí estou ouvindo agora uma tática de esvaziar a possibilidade de ter alguma coisa para o planejamento hídrico na região. Então eu proponho que façamos isso e ao mesmo tempo façamos... nós fizemos aqui uma proposta de que essa Câmara proponha uma nova reformulação do GAP, porque se não tanto nós, Sociedade Civil, como alguns setores do Governo, vão ficar reféns desse joguinho tático de esvaziar e levar a sério as coisas de acordo com seus interesses econômicos. Então eu penso que... eu quero que essa proposta de reformulação do GAP, também esteja nesse tipo de... eu quero não, eu peço que esteja dentro desse contexto, porque senão isso aí lá nós vamos aprovar e lá não vai agir, vai agir publicamente, inclusive vai esvaziar a discussão mais séria de normatizar a política de recursos hídricos na região.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** Eu tenho só uma dúvida, qual é a previsão da formulação do Comitê, da estruturação do Comitê? Não tem. Por enquanto é o GAP. Está certo. Vamos tentar fechar a redação...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. JOÃO CLIMACO (FONASC) –** Não está. Não está não. Se tivesse eu diria que está, mas não está, porque nós já tivemos até reunião com o Ministro para tratar sobre esse assunto e foi combinado conosco que agora, nesse momento, nós daríamos uma equalizada nisso e todo mundo participaria feliz e alegre, rindo um para o outro e tal, e não esse negócio de ficar votando para excluir o outro. Isso não pode existir, excluir o setor importante de pesca ou de agricultura familiar.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Jussara, esse item segundo aí, para mim ele atenderia em parte o que o Clímaco está colocando, à medida em que cita ali a luz de novas demandas, essas demandas podem vir, inclusive de estudos apresentados por vocês no âmbito do GAP, eu acho que é bem amplo, é uma interpretação minha.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** GAP e essa Câmara Técnica, não só o GAP, porque é o que o João falou, o GAP não aprova questões que são relacionadas com a conservação da bacia em termos de bem comum, de salvaguardas relacionadas aos princípios de precaução e prevenção. Isso é claro, nós somos minoria lá, por isso que nós viemos à instância superior que é aqui.

**O SR. GUSTAVO (IRRIGANTES) –** Mas é todo mundo minoria, o irrigante é minoria, a indústria é minoria, a maioria é só o Governo, como em todos os lugares.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente do CTPNRH (OTEP) –** O Sérgio está com a palavra.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Talvez, eu não sou muito fã do segundo, mas tentando ajustar um pouquinho, o GAP poderá submeter atualizações do PRH Paraguai ao OTEP, à luz de novas demandas e conhecimentos advindos do seu processo de implementação.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC)) –** Mas o GAP pode deliberar que não vai mandar e aí?

**O SR. GUSTAVO (IRRIGANTES)–** Aí o Conselheiro Clímaco manda igual ele pode fazer a qualquer momento.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Então, por isso que eu quero, eu sugiro, “o GAP e a Câmara Técnica poderão sugerir atualizações”, é o papel da Câmara Técnica.

**O SR. SÉRGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** **–** Eu entendo assim, mas é que é só para tentarmos aguardar um pouquinho a característica técnica do GAP, se ela não está satisfazendo a Câmara Técnica vale e continuaremos no debate de qual é a melhor composição do GAP, mas temos que ter claro que, a criação do GAP é uma criação da própria Câmara Técnica, ou seja, a Câmara Técnica sabiamente eu diria, ela tem que também ter, vamos dizer, aí a condição, a prerrogativa de saber, olha a Câmara Técnica não tem condições, é inviável à Câmara Técnica acompanhar par e passo a implementação de um plano, qualquer que seja ele ela mal acompanha o plano nacional, quem dirá os planos das bacias, ou seja, para fazer este acompanhamento na ausência do Comitê ela cria um grupo, ou seja, se a Câmara começa a desqualificar ou não acreditar que o grupo tenha condições de fazer esse papel, então vamos rever o grupo.

**O SR. GUSTAVO (IRRIGANTES) –** Então, mas aí é a opinião de vocês, não é a opinião da Câmara, é opinião de vocês.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. JOÃO CLÍMACO (FONASC)** e com o risco imenso de não serem resolvidas na crença e na atitude democrática, republicana de estarmos aqui gastando o nosso tempo para ir consertando o trem andando, mas tem gente que quer parar o trem ou então quer acabar com o trem para não deixar a coisa andar. Eu estou propondo que façamos isso viu Sérgio, e propondo, inclusive porque foi acordado que nós enquanto conselho, não só enquanto ANA, enquanto conselho, propomos a reformulação do GAP para dá legitimidade para tomar decisão, porque do jeito que está ele vai acabar com o próprio plano.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Não,o que eu estou querendo dizer é o seguinte, o GAP poderá submeter ao Conselho, atualizações do Plano, tiraria estudos, programas e projetos, é: “atualizações do Plano à luz de novas demandas e conhecimentos advindos de seu processo de implementação”. Ou seja, não é um processo aleatório que chega alguém do GAP: eu fiz um estudo aqui debaixo do braço e quero atualizar o plano, não, não é, é advindo do processo de implementação do Plano, ou seja, o Plano tem um roteiro, esse roteiro produz informação, e essa informação pode gerar atualizações do Plano, é disso que estamos falando.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu concordo com você.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Eu agora acordei e achei que essa parte do Plano está ruim, eu quero atualizar o plano, não é.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Novamente eu coloco, eu concordo com essa posição do Sérgio, desse Artigo, só que não pode simplesmente ficar, volto a dizer, na decisão do GAP, eu acho que nós temos, como sociedade civil, nós temos que ter acesso a... Que o GAP realmente, ele... Tanto é que não aprovou a nossa proposta, e não aprovaria em outro momento. Então, eu acho que tem que ter só essa saída, que eu posso também apresentar aqui na Câmara Técnica, se é um parecer técnico.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Sem prejuízo, tudo bem, se quiser pôr, isso não prejudica. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Agora, o GAP não existe Nota Técnica do GAP, não sei quem está propondo isso aí, essa redução.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Eu que estou sugerindo essa redação alternativa do § 1º, se não vier Nota Técnica, pode ter um parecer do GAP, ou encaminhamento pelo GAP, porque o Conselho se manifesta, não é só de resoluções, eles podem se manifestar através de moção, através de Resolução. A ideia... Isso, posicionamento. A ideia é só melhorar a redação, porque a ideia, o conteúdo está mantido.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Pronto,o posicionamento seja permanecer sentado em cima do problema, mas, enfim, vamos ter. Aí vai estar no segundo, vamos lá, o segundo: “O GAP poderá sugerir... Poderá submeter ao OTEP...” É o segundo. “O GAP poderá submeter ao OTEP, atualização do PRH – Paraguai, à luz de novas demandas e conhecimentos advindos de seu processo de implementação”. Sem prejuízo das instâncias do próprio Conselho. Não, ela contempla até mais do que é isso, atualização é atualização do Plano.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Eu acho que ficou ótima, é isso mesmo. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Eu acho que isso dá um lastro aí para o processo de atualização, que eu acho que é importante. Tem mais até do que os estudos, fiquem tranquilos em relação a isso. Para mim isso dá margem, assim, se o GAP assim entender criar um programa novo: olha, estamos implementando e sentimos falta aqui de um programa novo, porque nós descobrimos que a bacia precisa de tal coisa. Isso dá margem a você atualizar, não pode, aí é que está, não, se não estiver previsto, não, vão demandar do processo: nós vamos ter que passar de tudo, aprovar todas as instâncias, reunião disso, reunião aquilo. Não, aí nós estamos criando um artificio para deixar o Plano mais dinâmico, eu acho bem razoável.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok, acho que agora tinha mais alguma sugestão, podemos ler para ver se todos estão de acordo? Ok?

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Tem um Art. 3º, aí, enfim. O 3º já está aí.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ele está bom. Aquela preocupação dele está aí, está contemplada. Então, vamos lá, vamos repassar, temos aquele considerando, não é?

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Para mim está naquele primeiro parágrafo, é aquilo, estou dizendo que se espera que tenham resoluções como consequência do Plano, está dizendo ali que: olha, quando elas tratarem de resultados da implementação do Plano, o GAP tem que se posicionar. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Na verdade a minha redação original do primeiro, ela tem aqui “os resultados”, porque senão fica parecendo que estou querendo validar o estudo de novo, para mim tem que ter resultados, resultados dos estudos, etc. e tal. Explica-me uma coisa, estudo, o que você analisa de um estudo, não são os resultados dele? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Isso é resultado, gente. Veja, para eu avaliar o resultado, pode ser que eu tenha um questionamento sobre a metodologia, mas em última instancia é um resultado gente. Não é questão de esperar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Nesse ponto eu concordo, às vezes, nós podemos fazer uma correção de rumo, de metodologia, dependendo da análise.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Mas, metodologia de estudos dos quais eu não sou especialista eu não posso sugerir. Concorda? Se eu sou da área da hidrologia, eu tenho que sugerir na área de hidrologia, se seu sou na área de pesca eu tenho que sugerir na área de pesca. Agora, o contrário, essa é a questão, a independência do estudo científico é fundamental.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Gente, podemos repassar... Podemos deixar assim o § 1º e o § 2º? O § 1º: os estudos, projetos e programas elencados no PRH – Paraguai, quando demandarem posicionamento do OTEP, deverão ser analisados pelo GAP previamente ao seu encaminhamento ao OTEP e suas instâncias. § 2º: o GAP poderá submeter ao OTEP, atualização do PRH - Paraguai, à luz de novas demandas e conhecimentos advindos do seu processo de implementação, sem prejuízo das demandas originárias das instâncias do próprio OTEP. Ok? Então, agora nós temos que voltar lá para cima para ver alguns considerandos, eu tenho um para implementar. Não, antes de ir para lá, no Art. 2º ali, artigo, *caput*, manter a atualização do GAP criado pela Resolução 152, e Resolução... Qual é o número da outra Resolução? Porque isso implica... E modificada pela Resolução tal, porque isso implica...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Essa adequação já pode vim, da maneira como está, já pode vim para ser substituída em seguida, porque está dentro daquilo que...

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu não sei se GAP foi escrito por extenso antes desse Art. 2º, se não foi era bom colocar ele por extenso. Aí tem que ver, eu estou sem a minuta aqui na minha frente.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Aí precisa um considerando, considerando que a Resolução tal modificou a Resolução 152, e mais agora analisar o considerando de sugestão da Débora. Para pegar a data depois, não é? Ok. Vamos lá para cima, então. É. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* João, por exemplo, se chegar à Plenária do OTEP, e o OTEP quiser colocar eu acho válido, mas nós não vimos isso, nós não tratamos disso aqui. Como é que nós vamos recomendar ao OTEP que coloque isso, se nem sabemos... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Não foi publicizado. Então, pronto. Essa é a recomendação. É só essa questão de ordem, não é? Porque como é que vamos recomendar uma coisa que nós não... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* E o Plano dá essa consideração? Tem alguma... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Não. Se não está no Plano não pode estar no considerando. Isso, é, é exatamente isso que vai ser incluído nesses processos de atualização.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** O que estamos colocando são as informações que vão embasar o Conselho, para a aprovação do Plano, concorda? Essa informação é importante para o... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Isso não é GAP, é Ministério do Meio Ambiente, é decisão política pública federal, não precisa passar.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** O Plano, tomando conhecimento do documento que vocês estão entregando no mesmo dia da aprovação do Plano, e encaminha esse documento para o GAP, para que o GAP faça as análises pertinentes, para ver se cabe alguma alteração, como pode surgir a qualquer tempo. O que não pode: não vamos aprovar o plano não, porque amanhã vai ter um estudo que vai ficar pronto.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Isso não é um estudo, isso é uma decisão de um Comitê, de um órgão colegiado membro do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade. Isso é uma política pública.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Qual é a hierarquia dela junto ao OTEP?

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu acho que é paralela, não é? Eu acho que tem que ter a informação para subsidiar o Conselho, o Conselho... Nem todos os membros do Conselho...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas, Débora, assim, enfim, eu não estou contestando em nada, eu estou só ponderando, está? Eu penso, assim, são muitas as políticas públicas que precisam ser consideradas, e muitas delas foram consideradas no Plano. Então, nem por isso estão nos considerando do *caput* da Resolução e, além disso, é uma informação que vai dar subsídios até a forma como será realizada a implementação, porque se é uma nova normativa, a implementação vai ter que considerar isso. Então, e como ela ainda também, ela é recente, ela não foi trabalhada no plano. Então, e como ela ainda também é recente, ela não foi trabalhada no Plano, então eu acho que o encaminhamento disso, até pode ser dentro, uma informação a colocar para o Plenário, que o Plenário recomende à Câmara Técnica aqui e ao GAP, que durante o processo da implementação seja considerado isso, mas como uma recomendação do Conselho, mas não dentro da Minuta de Resolução do Plano, porque isso já está incorporado lá naquele § 2º que inserimos, é exatamente o que queremos com o § 2º, poder trazer essas coisas, tudo que é novo, e ser trabalhado. Quer dizer, isso nós colocamos lá. Só que como ela ainda nem existia nesse momento... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* É, exato.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Eu concordo que é melhor não colocar, até porque fica parecendo um fato estranho aqui, que nós vimos descrevendo os considerando de acordo com a rotina que foi feita, a adesão do OTEP, depois os trabalhos realizados no âmbito do GAP, depois a elaboração do Plano e, aí, sim as decisões dos artigos. Esse fato novo no meio aqui, está estranho, essa sequência lógica aqui.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Até a próxima reunião da Plenária, com certeza, todos os órgãos envolvidos vão ter acesso, vão ter recebido, inclusive essa Câmara Técnica.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas, aí, a Plenária aprova o Plano e já recomenda que seja considerado isso. Eu acho que o considerando que... 152 foi alterado, eu acho que pode ser exatamente onde está o local desse considerando sugerido pela Débora. Considerado que foi atirado pela Resolução tal e tal. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Exato, até porque citamos. Isso, só risca, isso, exato.

**A SRª. CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ/RELATORA) –** Débora, o seu considerando, eu vou taxar aqui, mas eu vou coloca ali na ata, está?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** E na ata está colocando que fizemos essa colocação que se aguarde a publicação, e que quando da aprovação pela Plenária já venha a recomendação de considerar isso na implementação.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Porque nós lembramos o seguinte, essas recomendações, elas vão alterar o mapa de áreas de restrição de uso proposto pelo Plano, aprovado pelo GAP, já colocam informações e recomendações nesse sentido, como está escrito também aí, a questão das sub bacias ainda livres de barragem e do Tramo Norte da hidrovia principalmente. Então, na verdade, já também... O problema é que ela foi aprovada, e não está publicada. Então, eu não sei como agir aqui agora nessa reunião de hoje, mas essas recomendações já determinam a avaliação de um novo... De uma nova composição das áreas de restrição de uso, aí como resolver isso também é meio complicado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Eu acho que entra naquele § 2º, eu acho que não tem problema, entra. É, está considerado no Art. 2º. Podemos fechar, portanto? Tem mais sugestão? Vamos lá.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Então, eu coloquei isso que os trabalhos do PRA - Paraguai e a aprovação do GAP, está o grupo de acompanhamento da elaboração do Plano, mas não está a sigla GAP, como o Wilson sugeriu. Nós colocamos a avaliação técnica dessa Câmara, como importante. Parecer Técnico. Eu acho importante colocar que teve... Que vai ter um posicionamento técnico.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Só uma observação, eu acho que o Parecer Técnico dessa Câmara aqui, eu acho que extrapola as própria competências da Câmara. O Parecer Técnico que está sendo solicitado ali, e extrapola as competências da própria Câmara, que está na Resolução de criação da Câmara.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Ali que não combina com a nossa visão do processo. Atendendo os previstos na Lei (...) no que concerne ao conteúdo e ao processo participativo adotado o longo de sua elaboração. O processo participativo adotado foi permeado de muitas incidentes e tentativas de nós conquistarmos realmente uma ideia de participação conforme está na Lei, por isso que nós fomos à luta lá, teve até situações muito ruins, assim, de falta de respeito aos pescadores. Então, nós vemos que essa afirmativa, ela dá uma ideia que não corresponde à realidade, e seria... Era melhor tirar isso, porque não está de acordo com a realidade, o processo participativo adotado ao longo de sua elaboração. Houve sim, não vou dizer que não houve, mas mesclado por uma série de coisas que nos levaram a fazer uma outra proposta de GAP, que vocês vão ver lá embaixo. Então, eu não queria que realmente tivesse isso aí, porque não corresponde à realidade, o processo participativo foi, mas cheio de problemas.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Vamos tentar entender aqui esse parágrafo. Primeiro é que a Resolução, eu acho que, talvez, substituir aí a 17 pela 145, na verdade, a Resolução, aí, é a 145 de 2012, e não a 17 de 2001, não é? Que é a que inclusive prevê a criação do GAP. O fato de nós termos... Uma coisa é o processo, todas as reuniões foram colocadas, outra coisa é nós discutirmos, como já discutimos aqui uma série de vezes, a questão da representatividade ideal do GAP, ou seja, o fato de ele ser mais ou menos representativo, a depender a visão de cada um dos membros aqui da Câmara, não desqualifica, pelo que eu entendo, todo o processo de participação que foi construído, foi construído, foi negociado, foi feito uma série de... Foi promovido uma série de oficinas, de reuniões, conforme acordado no âmbito do próprio GAP, nos locais acordados no âmbito do próprio GAP. Então, assim, deixar de mencionar esse processo, eu acho que é um prejuízo para a Resolução, ele está longe de ter sido perfeito, certamente está longe.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu peço que coloque em ata a minha observação, sem prejuízo de deixar do jeito que está aí, está entendendo, Sérgio?

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Não, tudo bem.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Porquese for para nós falarmos frases de efeito, que dá a impressão de que foi tudo uma maravilha, não foi, eu tenho, assim, lembranças não muito boas desse processo, e vamos ainda ter que enfrentar muita dificuldade no rio Paraguai. Então, deixa em ata registrado isso.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Está bom. Deixar registrado também que a recíproca com relação às lembranças não muito boas é verdadeira.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** *(Risos!)*Nada que impede o amor e a união entre as pessoas do mundo inteiro.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Ok. Mas, com relação ao adendo da avaliação técnica, eu acho que não é nesse parágrafo.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Não cabe, ela pode entrar na sequência, mas não nesse parágrafo, não é?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Porque aqui, na verdade, é um acompanhamento.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Sua elaboração, ponto.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Ponto, é.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Aí no parágrafo seguinte, que fala da Câmara Técnica, que pode ser feito algum complemento.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Para ele não sabotar o nosso trabalho aqui na Câmara, então eu já tenho que legitimar, colocar a importância da Câmara para dar uma lançada no touro bravo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Capitou, Cláudio, aonde que ele sugeriu? Aonde, João, que entra? No parágrafo vermelho.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Sob a superveniência da Câmara Técnica, lá em cima. Etapas. Sob a superveniência da Câmara Técnica. Não, superveniência é porque não somos supervisores do processo, assim, *in loco,* do processo do trabalho, mas nós temos... É um conceito de acompanhamento, porque se amanhã a coisa ficar mais difícil do que já está, nós vamos dizer: “poxa vida, mas não está escrito aqui que essa Câmara faz a sua superveniência, porque não vai fazer mais?” Eu não tenho nenhum otimismo do jeito que anda as coisas nesse País.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** João, superveniência é a ação de sobrevir, de ocorrer após um outro evento.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** É isso mesmo, se quiser colocar supervisão pode colocar, porque sempre que... Nós vimos depois do GAP, e fazemos uma ação em cima da coisa que rolou, agora se quiser colocar supervisão, está bom. Sobre monitoramento... Sobre monitoramento, eu acho que na verdade nós monitoramos isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** É. Acompanhamento mesmo. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* É. Aí não dá.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Diretrizes. Sob as diretrizes. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Tentou-se. Não foi do jeito que queríamos, mas tentamos. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Em consonância com o acompanhamento da CTPRNH.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Assistência, supervisão. Não, né? Supervisão.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Jussara, a competência da CTPNRH quanto ao GAP, que está lá na Resolução, caberá à CTPNRH analisar os resultados da elaboração do PIR - Paraguai nas fases de diagnóstico, prognóstico e planos de ações, objetivando subsidiar a sua deliberação pelo OTEP. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Não foi a CTPNRH que fez isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Sobre o acompanhamento da CTPNRH.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Mas, aí, é lá no final, depois do PIR -Paraguai. Ele não supervisionou. Eu acho que tem... Considerando que o GAP acompanhou a elaboração do PIR - Paraguai em todas as suas etapas, desde o termo de referência para contratação dos estudos pela ANA até o seu produto final... Tira... Eu fico perdida quando mexe. Estava falando do PIR – Paraguai, lá para o final, e não é superveniência, com... Submetendo posteriormente para avaliação... Submetendo posteriormente ao CTPNRH para encaminhamento à Plenária.

*(Discussões fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Análise, melhor análise.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Em função dessa nova fase do Plano, e considerando que a política de recursos hídricos na sua dinâmica, ela tem esse processo sempre de eleição, de renovação, e que o GAP, à medida que estamos aprovando essa Resolução, nós estamos atribuindo a ele um valor político maior do que ele tinha antes, não dá para ficarmos agora fazendo nomeações *ad referendum* eterna dos membros do GAP se não passar por um processo eleitoral novamente. Entende? Então, eu sugiro que nós levemos em consideração que é preciso reformular a Resolução para que seja nomeado, no caso dos órgãos públicos. E no caso do... Como é o Conselho Nacional, como são os comitês de bacia, normalmente. Porque senão o GAP, vai ficar aquele povo lá a vida toda como se fosse cargo vitalício, não é esse o espírito da Lei (...). Então, eu sugiro que demos por encerrado também o mandato dos atuais, e façamos um novo processo de recomposição e eleição do GAP, atendendo, inclusive a solução de problemas que foram levados ao gabinete do ministro, para acabar com essa coisa de se fazer uma estratificação assim: “o pobre tem uma representação do Mato Grosso do Norte e uma suplência do Sul, o rico tem uma representação do Norte e também tem uma representação do Sul, além dos suplentes”, outros segmentos tem importância, outros não tem. Essa divisão equivocada de que o setor público local tem capacidade política para construir, não tem. O setor público local, ele tem uma atitude muito destrutiva e age ao desinteresse do interesse público, na questão de preservar o rio Paraguai e as suas potencialidades, dando outorga sem condições, eles vivem enfrentando o tempo todo o Ministério Público, a justiça, é um embate que mostra claramente o posicionamento das elites políticas locais, com a complacência dos agentes públicos do Estado. Então, nós temos que mudar isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** João, eu tenho uma sugestão. Eu tenho uma sugestão. Essa Resolução é especificamente do plano e quem faz o quê, a composição do GAP, eu acho que pode ser uma demanda trazida para ser colocada, porque na própria Resolução do Plano, pode gerar um descontinuidade. Então, enquanto o Plano já dá início, se rever, aí, como uma demanda, o processo de rever a própria composição do GAP, e estudando, porque daí dá para trazer um estudo.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Presidente, nós teríamos que colocar um prazo para isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Isso. Ok, mas não exatamente nessa Resolução, eu acho que ela pode ser uma demanda a ser trazida e discutimos, inclusive já pode ser uma demanda que já venha com a sugestão de composição que atenda aquela Resolução da formação dos comitês.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Agora, eu penso que isso deveria estar nessa Resolução, não especificamente do jeito que falamos, mas do jeito que você senhoria está falando, e estabelecer um prazo para isso, porque quem gosta de trabalhar com coisa errada, e do jeito que está vai ficar, e vai deixar se não fizermos nada, e o Conselho Nacional de Recursos está com seu nome na história, nós temos uma responsabilidade política sobre isso. E, infelizmente, o Brasil não é homogêneo, tem lugares avançados, atrasados, lá no Mato Grosso se mata índio como se mata boi, então, a vida humana, as vezes, não tem muito valor em alguns lugares lá. Então, nós temos que usar o poder soberano do Estado Brasileiro, com a sua bandeira e fincar ali para dizer que ali é Brasil, ali não é terra sem lei. E, nós fazermos um prazo para esse GAP se auto instituir de maneira melhor. Aí, eu penso que tem que ter alguma coisa dessa Resolução, nós estabelecemos um prazo para essa proposta, o próprio GAP pode fazer isso, nós debatemos lá, estabelecemos um final do mandato. Agora, do jeito que está, vai ficar, nós tendo um trabalho imenso aqui, para chegar e o pessoal destruir. Nós damos um prazo de quatro meses, nós damos um prazo de seis meses, viu, presidente? Eu queria também. Dar um prazo de seis meses, presidente, para o GAP propor uma nova composição. Darmos um prazo da Resolução de seis meses ou de quatro meses, para o GAP propor um novo modelo e uma nova composição. Pronto, nós não vamos intervir nesse negócio. Aí, nós deixamos esse degrade lá, mas do jeito que está nós vamos ficar fazendo papel de figurante. E não dá mais. Desculpem, aí, eu achei que nós nos apropriamos de uma coisa que não era nossa, mas é porque foi tão apetitoso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Não, está bom, pode comer. João, vamos lá, você está sugerindo que isso entre na Resolução. e a minha sugestão é que entre com a demanda para debatermos aqui, porque fica muito mais livre para nós podermos... Inclusive independente do GAP, porque se a discussão for aqui, como foi a Câmara, que sugeriu a composição para o Aconselho, então é muito mais fácil discutir mais independente até, e deixa independente do Plano. Se essa demanda entrar, ela vai andar em paralelo, mas o Plano já começa a andar, e não fica na Resolução, porque a Resolução é a aprovação do Plano. Essa é a minha sugestão, não sei o que vocês pensam.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** O que me garante que nós vamos fazer isso, amanhã, começar esse processo? Porque se depender de muita gente, ninguém vai fazer mais nada em relação a isso.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Eu concordo com a Jussara, que esse tema deve ser debatido aqui no âmbito da CTPNRH.

**O SR. QUADRELLI (INDUSTRIA)-** Se colocar isso aí na Resolução, vai ter que colocar a resposta da ANA na Resolução. A Nota Técnica que você apresentou, a ANA disse que fez uma resposta pormenorizada para ela. Então, isso também tem que entrar lá. Daí perde, para mim, na minha opinião, perde força a tua Nota Técnica ser debatida aqui.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Não tem nada a ver uma coisa com a outra não.

**O SR. QUADRELLI (INDUSTRIA –** E, assim, a Nota Técnica não foi nem analisada aqui para ser aprovada.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É que o João iniciou defendendo a composição do acompanhamento, e eu estou defendendo que essa alteração seja uma demanda fora da Resolução de aprovação do Plano, e sim uma demanda que pode ser colocada aqui para que a Câmara Técnica possa discutir isso na continuidade da nossa atividade no ano. E, aí, o ideal é que já seja trazido, trazer uma minuta que esteja embasada tecnicamente dentro daquela resolução de composição de Comissão. Ok. E fica fora dessa Resolução. Ok? Pode ser? E, aí, então não entra, essa sugestão cai fora. E a segunda, agora sim. É o contrário. Essa é segunda. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Isso, que vocês vão trazer a proposta, ok.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Porque nós temos que estabelecer mandato, prazo, é como se fosse um comitê de bacia, não dá para ser eterno.

**A SRª ROSANA (ANA) –** Jussara, só lembrando que essa própria revisão do GAP está como atribuição, está já como próprio ponto de pauta do próprio GAP, eu acho que o Sérgio comentou isso, o próprio GAP, no dia 22 de fevereiro, já vai também começar a tratar disso, mas claro que isso cabe ao Conselho realmente definir.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** É, eu penso que é importante que aconteça isso lá, mas como nós podemos propor aqui, uma coisa não impede a outra.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** E o máximo que vai acontecer é chegarem duas propostas para discutirmos aqui, a que vem do GAP e a que vem de lá, então eu acho que torna mais ágil o processo. Ok?

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu só queria também que constasse em ata que a sociedade civil do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, representada aqui pela FONASC, nós não aceitamos mais que tenha tratamento diferenciado entre as vagas para o setor industrial, de agroindústria e agricultura familiar, os indígenas com representações diferentes, no caso, por exemplo, FAMATO ou FIEMT, quem se indica são o próprio segmento, no caso dos pequenos, quem indica tem que passar pelo CEHIDRO, no caso, CEHIDRO em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, esse tratamento diferenciado não deve existir. Isso é claramente, como o João falou, é colocar os direitos diferenciados para...

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA)** **–** Não, mas, quem representa os agricultores é a CNA, e lá no caso a FAMATO e a FASUL, não tem outro órgão que representa os produtores rurais.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Issoestá definido em Norma.

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA)** **–** Então, mas vocês teriam mais um, a agricultura teria mais um indicado. Quem representa os produtores rurais é a FAMATO e a FASUL.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não, só para esclarecer, a FAMATO indica o seu próprio representante, no caso da FETAGRI tem que passar pelo CEHIDRO.

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA)** **–** CETAGRI é de trabalhadores, não é de produtores.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Exatamente.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Gente, assim, esse tema nós já acordamos que vamos discutir na próxima reunião.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Não, mas é agricultura familiar.

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA)** **–** Não, agricultura familiar é a FAMATO e a FASUL, essa que você falou é de trabalhadores rurais, é diferente, são duas coisas diferentes.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Ok, gente. Gustavo, etc., Débora. Nós vamos discutir isso na próxima reunião. Então, vamos tocar a nossa pauta, já está bem adiantado, nós estamos já um pouco atrasados, eu acho, um pouco muito. Mas, foi muito bom, eu acho que esse processo é importante, nós vamos amadurecendo e vamos entendendo, é extremamente importante, mas precisamos ter foco, senão aqueles assuntos que já estão colocados. Faltam quantas sugestões, é essa aí e tem mais outra além dessa? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Então está, mais dois. Então vamos olhar essa daí. Essa Nota Técnica, na verdade, pelo que nós já acordamos anteriormente, porque como isso, você já tinha sugerido antes, eu acho que cai fora, uma vez que já está contemplado na Resolução naquele § 2º, né? Ok. E tem mais um, né?

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu coloquei aí a questão também do Comitê. Então, voltando a nossa preocupação da criação do comitê realmente, *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Então, voltando, a nossa preocupação de criação do Comitê realmente, quando que vai ter essa possibilidade. Então, colocar ali com discussão e aprovação pelo GAP, como está em todos os itens anteriores, mas também prevendo o Comitê Federal e o próprio Conselho Nacional, o órgão colegiado pleno, porque tem que se lembrar a questão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, eles agem de forma diferente, se não tivermos uma decisão por meio do Conselho Nacional e do Comitê, que é federal, eu acho que nós deveríamos pensar nesse sentido de decisões em nível federal, né?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (MMA) –** Mas, o processo, hoje, já é assim, não é? E quando o GAP for, o GAP, em tese, não é o embrião do comitê, no momento que tiver o comitê, vai ser a mesma coisa que o GAP, eu acho que é automático.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Eu pus aí para salientar o papel do Conselho Nacional como norteador, e também de uma decisão de um tempo também para se criar um comitê, que está solto.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Porque com relação ao CNRH, ela é tácita, ela já é automática, e no momento em que tenha o Comitê, tudo aquilo que está atribuído ao GAP será do Comitê, aí o Comitê aprovará e encaminhará para o...

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** No Plano tem um caderno, me corrija, de aspectos institucionais e legais que fala sobre essa questão de criação do Comitê. Quer dizer, isso já está previsto no Plano.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Quer dizer, se nós quisermos fazer esse registro, se acharmos que é pertinente, talvez um artigo, como nós estamos falando aí do GAP, do GAP, do GAP, só nós colocarmos um artigo, ou seja, passando a mensagem de que onde nós estamos lendo GAP, uma vez criado o Comitê, ele substitui as funções do GAP nessa Resolução. Para já ficar automático, ou seja, para não ficar: “e agora o comitê, como que fica o GAP”, ou seja, o Comitê, quando criado, substitui o GAP nas atribuições desta Resolução, alguma coisa assim.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Então, eu acho melhor é no lugar do Art. 4º, e aquele Art. 4º fica no lugar do Art. 5º. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Na Resolução do GAP, fala.

**O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) –** Antes de você terminar de redigir, por favor, só mostra aí o Art. 2º, lá em cima, porque me parece que lá já tinha alguma coisa, deverá acompanhar a implementação do Plano até a criação do respectivo Comitê. Olha lá, para não ficar redundante, tem que ver o que já não está incorporado aí.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Até a criação do respectivo Comitê, ou seja, isso está no *caput* do Art. 2, eu acho que daí suprime aquilo. Pode ser? Então, pronto. É isso. E, aí, então, volta a ser Art. 4º ali, e o outro volta a 5º. Fechamos, gente? Fechamos? Ok. Muito bem.

**SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Representante do Setor de Hidroeletricidade)** **–** Quero aproveitar para fazer um encaminhamento com base em tudo que nós discutimos aqui hoje. Nós vimos que está uma discussão muito grande sobre essa questão de área de restrição de uso, e já tomando por base o que vemos discutindo sobre prioridade para outorga, eu acredito que poderíamos criar um GT, ou aproveitar o próprio GT de Prioridade para outorga para discutirmos uma minuta de Resolução com diretrizes e critérios gerais para a área da restrição de uso, porque estamos discutindo isso de bacia a bacia, de uma forma totalmente solta, sem ter nada que nos ampare, sabe? E eu acho que as discussões que estamos tendo de critérios para outorga estão sendo muito proveitosas, eu acho que podíamos tentar fazer a mesma coisa em relação... Tinha hora que o (...) ainda tentava inserir essa questão de restrição de uso, e ficávamos: não é aqui, nós temos que discutir isso numa outra Resolução. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Mas, tem que vir das duas Câmaras. Mas, pode sair como encaminhamento da CTPNRH para a reunião conjunta amanhã.

**O SR. QUADRELLI (INDUSTRIA)** Presidente, eu tenho uma sugestão também de formalizar um processo de análise de plano para a CT, que esbarramos nisso hoje, eu acho que quando tivermos um novo plano, ou uma revisão de um plano, que estabeleçamos o intervalo de uma reunião, para que os membros possam fazer a análise, consultar as bases, mesmo que existam um processo participativo lá, porque é o que nós estávamos conversando na hora do almoço, a CT, ela não fez a análise. Isso é ponto. Então, assim, que possamos aprender com os erros que vimos cometendo no andar do processo, para que possamos fazer isso. Tudo bem que tem representantes.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É muito justa a colocação, já está anotado, eu acho que vamos... Resguarda, é muito boa. Pessoal, nós temos na pauta ainda, e a nossa pauta é só até o meio-dia, porque à tarde é a reunião conjunta com a CTPOAR, nós temos aqui o Item 4 e 6, que vão ser unidos, e tem o Item 5, que é a proposta de moção sobre o contingenciamento de verba do CT-Hidro. Tendo em vista o nosso horário, que nós temos só pouco tempo hoje, e eu tenho a impressão que essa moção não é muito polêmica, eu acho que ela é bem pacifica, acredito. Nós poderíamos vencer esse Item 5 hoje, e amanhã de manhã, nós ficamos com essa pauta única de fechamento. O que vocês acham? Na verdade, nós no início da reunião, nós juntamos dois itens de pauta, que é o Item 4 e o Item 6. Na verdade, eles estão muito correlacionados, e discutiríamos junto esses dois itens. Então, na verdade, juntando como um só. E temos o Item 5, que é a proposta de moção para o contingenciamento de verba do CT-Hidro, que é um assunto que eu acho que está bem pacificado, não é um assunto, que eu acredito que vai ser difícil de nós fecharmos, nós podemos tentar fechar ainda hoje, e ficar com pauta única amanhã. Ok, pode ser? Então, vamos lá abrir a minuta de moção do CT-Hidro. Então, põe ali, Antônio, que eu vou ler a proposta de moção. Conselho Nacional de Recursos Hídricos - OTEP, no uso de suas competência conferidas pelas leis nº 9433, de 08 de janeiro de 97, e 99848, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o contido em seu Regimento Interno, e considerando que a Lei 9993, de 24 de julho de 2000, e o Decreto nº 3874, de 19 de julho de 2001, determinam que os recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia hidroelétrica e pela exploração de recursos minerais, serão destinados ao setor de Ciência e Tecnologia, considerando que os recursos da distribuição mensal dessa compensação financeira são depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e alocados em categoria de programação específica denominada Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro), para financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico referentes à gestão dos recursos hídricos, considerando que o CT-Hidro se constitui num mecanismo inovador de estímulo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologias nacionais na área de gestão de recursos hídricos, através do financiamento de programas de capacitação da técnicos e de pesquisadores e da realização de projetos de pesquisa, em processos e equipamentos... Eu acho que: “e aquisição de equipamentos”, não é? Aquisição de equipamentos que visem o uso integrado múltiplo e eficiente da água, considerando que os recursos provenientes do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia vem sendo contingenciados, e que sem esses recursos não será possível viabilizar as atividades e programas de desenvolvimento científico e tecnológico, que nortearam a instituição do CT-Hidro, considerando que os recursos provenientes do Fundo vem sendo... Desculpe, repetido. Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos estão no início do processo político administrativo de implementação exigindo, portanto, articulação institucional nos diversos setores e esferas governamentais e o envolvimento da sociedade com vistas a promoção da gestão descentralizada e participativa, resolve: aprovar moção dirigida à Presidência da República e aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, recomendando medidas que visem ao descontigenciamento dos recursos do CT-Hidro, para que o Ministério da Ciência e Tecnologia possa financiar as atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

**A SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Eu sugeriria colocar um considerando em relação a crise hídrica que está presente em vários Estados e cidades importantes do país, que é fundamental ter o respaldo técnico. Ou seja, nós estamos errando na gestão de recursos hídricos, se não estaríamos nessa situação, algo tem que ser feito.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Você tem uma sugestão Débora, de texto?*(Discussões fora do microfone. Inaudível).*

CT-Hidro

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Nós precisávamos saber para pedir a revogação desse Decreto. Exato. Mas, na verdade, o projeto permite. Provavelmente o Decreto permita, mas não quer dizer que você precise cumpri-lo. Então, o que nós estamos pedindo aqui é que faça o descontingenciamento.

**O SR. VINÍCIUS BARBOSA SALLES DE AZEREDO (Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos) –** Jussara, Vinícius do Planejamento. Eu queria deixar registrado aqui, também uma sugestão que nós temos é vocês enviarem a moção também para o MCTIC, né, porque quando é editado o Decreto de contingenciamento, ele não contingencia especificamente o FNDCT. O FNDCT é uma unidade orçamentária do MCTIC, e quando saí o Decreto contingenciando, ele contingencia o Ministério, o orçamento do Ministério, a decisão alocativa de contingenciar programas e políticas é justamente do MCTIC. Então, por exemplo, se teve um contingenciamento de 20% do orçamento do MCTC, ele pode distribuir esses 20% de forma uniforme entre os seus programas, as suas unidades orçamentárias, ou ele pode ter uma decisão de alocar esses 20% só em um programa, ou em uma unidade orçamentária. Então, não é o FNDCT que é contingenciado especificamente.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Interessante. Agora ter alguém que nos dá alguma luz, porque nós já tivemos tantas dúvidas aqui com relação a isso, quem sabe você pode nos ajudar. Porque o CT-Hidro específico, diferente do FNDCT, ele tem um regramento diferente, porque disse especificamente que aquele recurso, aquele percentual do recurso lá do setor, ele é para pesquisa em recursos hídricos. Ou seja, o dinheiro está entrando, está entrando 90 milhões, mas o MCTI está usando 4 milhões, daqueles 90 milhões que entrou, que é uma rubrica bem, lá na regulamentação, eu tenho aqui, a regulamentação diz: é específica para recursos hídricos.

**O SR. VINÍCIUS BARBOSA SALLES DE AZEREDO (Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos) –** Então, além do contingenciamento, nós temos que atentar para a Emenda Constitucional 95, né, que estabeleceu um novo regime fiscal e o teto de gastos. Então, o limite de 2017, ele está baseado na despesa paga de 2016, incluindo restos a pagar pagos, mas um índice de 7,2%. Então, ou seja, o orçamento de 2017 é esse valor de 2016, das despesas pagas acrescentado de 7,2%. Já o orçamento 2018, ele é limitado pelo de 2017, acrescido da inflação entre junho de 2017 e julho de 2018. Ou seja, não importa se recursos estão entrando, podia está entrando tipo 1 bilhão, que a despesa está limitada pelo teto de gastos. Então, teria que ver qual foi a despesa paga do CT-Hidro em 2016, e calculamos o limite de crescimento da defesa dele, para 17 e para 18 agora.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Independente do Governo não ter cumprido a legislação, digamos, de colocar esses 90 milhões nos outros anos? Que esse dinheiro entrou, e ele era de recurso hídrico, e foi parar em algum lugar.

**O SR. VINÍCIUS BARBOSA SALLES DE AZEREDO (Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos) –** Mas, esse recurso não está lá na conta do CT-Hidro.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Entrou 90 milhões? Não, aquela porcentagem do setor elétrico é 90 milhões, 80, quase 90, e o recurso que o Ministério usou, porque eu não sei se é pelo que a representante do CT-Hidro nos disse aqui, quando chega na mão dela, ela vem de outro Ministério nessa distribuição. Então, ela não sabe o que acontece entre a entrada do dinheiro que é carimbado para a pesquisa em recursos hídricos, porque é um recolhimento dessa taxa lá no percentual do setor elétrico e ele não chega no Ministério da Ciência e Tecnologia, e do que chegou lá foi aplicado 4 milhões. E isso se repetiu nos anos anteriores com um pouquinho menores os valores. Então, havia um descompasso enorme entre o que a Lei diz e o que é para colocar como recurso, e não foi colocado. Então, hoje se seguir à risca o valor de 2017, então o CT-Hidro só vai poder aplicar 4 milhões, que isso aí dá um projeto de pesquisa em rede, e não dar nenhum hoje, não dar nenhum para todo o país. 4 milhões para montar a pesquisa por conta disso; só que está entrando 90 milhões, que é um recurso que é carimbado para isso, quer dizer, o que foi feito do recurso que era carimbado e não veio para cá? É assim, o dinheiro entra, porque ele vem daqueles percentuais do uso de recursos hídricos e esse valor é grande. Então, teve ano que entrou 70 milhões, depois subiu para 80, o último foi praticamente 90 milhões. Só que esse recurso não chegou para ser distribuído pelo MCTI nos nossos editais, tanto que nós não temos edital. Faz tempo, acho que é desde 2013 que nós não temos e acabou, parou, a pesquisa parou no país com relação a isso. Enquanto que nós imaginávamos assim o que houve, de certo não entrou o dinheiro, onde está o dinheiro? Então, aí foi quando a gestora do Fundo veio aqui na Câmara, depois de nós termos feito esse pedido reiteradamente, ela veio, apresentou todos os números e os números são esses 90 milhões entram. Para, é uma rubrica específica, eu tenho aqui a legislação para recursos hídricos, depois eu te passo tudo, eu fiz essa pesquisa. Só claro, se a Lei se basear, essa nova do teto, se basear em 2017. Nós estamos ferradas e o dinheiro está entrando.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu acho que nós precisamos de mais informações. Agora, uma ponderação que eu quero fazer. Como o colega do planejamento falou o corte, o contingenciamento do Governo é linear. Então, eu acho que a moção tem que ir para o Ministério de Ciência e Tecnologia, que é o gestor, vamos dizer assim, que abriga esse Fundo, né? Para ele não contingenciar, ou não, ou respeitar os recursos recebidos de compensação financeira para serem aportados ao CT-Hidro, porque essa decisão é interna do Ministério; não é uma decisão, não dar para se falar em descontingenciamento, porque como que nós vamos falar de descontingenciamento, aí não cabe, não é descontingenciamento, é uma decisão do Ministro, ou da Equipe Econômica do Ministério, que diz: tanto vai para aqui, tanto vai para ali, tanto vai acolá. Eu acho que nós temos que fazer uma moção, no sentido de que os recursos aportados pela Lei tal, tal, tal, sejam alocados efetivamente no seu objetivo, que é o Fundo esse do CT-Hidro. Eu acho que é por aí a moção. Eu acho que simplifica um pouco aí o nosso trabalho.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas, de qualquer sorte, eu acho que tem que ter ciência da Presidente da República, afinal quem manda, quem dirige, quem orienta os Ministérios é a Presidência da República, e das diretrizes.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Jussara, Guilherme do MME. Bom, eu já acho que tem que ser dirigido a Presidência ao Ministério da Fazenda e eu incluiria o Ministério da Ciência e Tecnologia. Não adianta nós imaginarmos que essa questão orçamentária fica sobre poder discricionário de decisão de uso no âmbito somente do Ministério de Ciências e Tecnologia. Essa orientação vem do planejamento e também da Presidência, e até para que haja uma sensibilização sobre a importância desses recursos serem efetivamente destinados ao que se pretende, é importante que o Ministério do Planejamento e a Presidência da República tenham ciência desse tema, né. E eu acho também importante incluir um considerando sobre a questão da gravidade das nossas bacias em relação aos recursos hídricos, como foi proposto pela Débora.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Não, eu concordei com ele, realmente está faltando ali, agora que eu vi, porque até está aos Ministérios, e de Ciência e Tecnologia, não tem Inovação? Eu acho que é Ciência, Tecnologia e Inovação, não é, MCTI. Vish, mudou. É Inovação e Comunicação? Tudo isso?

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** É porque a recomendação aí é ampla, né, recomendando medidas que visem ao descontingenciamento dos recursos do CT-Hidro. Ou seja, no âmbito de cada um desses Ministérios, que eles incorporem essa moção e que dentro da política de cortes seja considerada essa questão que está sendo posta pelo OTEP.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Repito, não é descontingenciamento de recurso do CT-Hidro, porque o CT-Hidro não sobre contingenciamento de recursos. É, quem sobre é o Ministério, é que seja aportados os recursos destinados ao CT-Hidro, eu acho que é por aí.

**O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Manutenção dos recursos, até porque esse recurso vem da compensação para o Fundo e é para ser usado com isso. De alguma forma, ele acaba efetivamente uma parcela muito pequena sendo revertida em prol dos recursos hídricos, né? Nós temos que tentar ser o mais claro possível, no sentido de que esse recurso passe a ser utilizado da maneira como ele foi previsto.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Com o novo regime fiscal, o teto do gasto, nós estamos tendo..., eu vou dá um exemplo com as políticas de meio ambiente, que nós executávamos muito com a parte de doação internacional, e justamente nós não podemos mais receber essa doação e internalizar ela no orçamento, porque como o orçamento está limitado pelo teto de gastos, você pode ter uma receita alta vinculada aquele gasto, mas você não pode aumentar o gasto, porque ele está limitado pela inflação do ano seguinte. Não, esse é orçamentário, não tem como, o CT-Hidro, FNDCT é orçamentário. Não, ele é orçamentário. Então, mas mesmo tendo recurso, você não pode aumentar a despesa além do teto. A questão não é receita, a questão é despesa, nós podemos ter uma receita alta, mas você mesmo assim não vai poder utilizar essa receita para pagar essa despesa, porque essa despesa está limitada aquele teto.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Isso eu entendi. Mas, ou seja, não tem como sapatear com relação a não aplicação dos anos anteriores dessa Lei? Não, não é?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Provavelmente não.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Me desculpe se é um equívoco de interpretação, mas esse teto ele não é por Ministério, ele é um teto considerando todo o gasto governamental?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Sim, sim é um teto.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Enfim, esse recurso surgiu no ano passado, ele pode não ter sido utilizado em recursos hídricos, ele foi desviado para uma outra coisa, ele foi gasto. Então, dentro desse teto esse recurso foi gasto, agora é gastá-lo com o que deve ser feito.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Na realidade, desde que tenha ido para o Ministério da Ciência e Tecnologia, e se não foi para lá...

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Mas o Fundo, pelo que eu entendi, o Fundo é gerido por lá, e automaticamente os recursos são repassados ao Fundo na sua arrecadação, ou não, ou vai para o Tesouro Nacional.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Exatamente, essa resposta não foi esclarecida para nós que, aliás, era uma questão que nós tínhamos pedido para o jurídico olhar para nós. O Jurídico do Meio Ambiente aqui do Ministério.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu volto a insistir. Nós estamos entrando num detalhe que eu acho que não cabe a nós, que é 20%, que a Lei nova, eu acho que tudo isso aí não vem ao caso, nós devemos pedir o quê? Que os recursos previstos para o Fundo de CT-Hidro sejam efetivamente alocados. É só isso aí. Previstos pela Lei tal, tal, tal. Isso. A mensagem é essa. Poderia colocar como previsto na Lei tal, número tal, que manda esse percentual. A compensação financeira foi estipulada pela Lei 9648, de 98, que põe... Bom, pois é, mas põe 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por isso criado pelo Decreto tal. Eu acho que teria que dá esse arcabouço legal para não ficar só um recado, não é? Eu não sei se... Pode ser.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu fiz um levantamento aqui, fiz um interno que eu usei na BRH, que tem todas essas leis dessa compilação. Eu vou passar para você Antônio. É o Decreto 3874/2001, é o 3874, de 2001, 19 de julho de 2001. Esse Decreto regulamenta o inciso V da Lei 8001, da Lei 993. Art. 1º. Os recursos da distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso V do art. 1º da Lei 8001 serão depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em categoria de programação específica denominada CT-Hidro, e serão utilizados no financiamento e atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no Setor de Recursos Hídricos. Esse é o Decreto 3874, de 19 de julho de 2001. Eu vou te passar esse arquivo Antônio, por e-mail.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Espera aí que eu já estou te passando que está bem explicadinho e daí você já pode projetar para todo mundo. Passei agora. Mandei pelo MMA. Está na página instrumentos legais, começa na página 3, e esse Decreto está na página 4. O que eu fiz? Eu levantei toda a criação do Fundo, a criação daquele percentual do setor elétrico que vai para a pesquisa, e aí tem ali o Decreto 3874, página 3, mecanismos de apoio. São os objetivos do CT-Hidro, e aí os instrumentos legais. Aí o primeiro é a compensação, depois os percentuais, a Lei 8001, que tem ali o item 5º, que diz que 4% do FNDCT e... Deixa eu ver se ela está aqui. Não, para o Fundo não muda. Esse Decreto está ali, Decreto é amarelo. Esse Decreto é que regulamenta o inciso V, porque o que é aquele anterior? Aquele anterior é assim, de recursos orçamentários de várias fontes que vão para o Fundo de Ciências e Tecnologia, 4% é CT-Hidro, ok? Das mais diversas fontes, porém o que esse Decreto coloca é que aquele recurso lá da compensação financeira de recursos hídricos, ele não entra naquele bolo de dividir lá daqueles 4%; ele entra integral para o Fundo de Recursos Hídricos. Então, é isso que ele está dizendo no seu art. 1º, os recursos da distribuição mensal da compensação financeira de que trata aquele inciso lá, lá no Fundo, porém já com destino CT-Hidro. Específico, ou seja, ele não entra naquela divisão global, quer dizer, tem várias fontes para o Fundo, ok, vai para o bolo 4% é CT-Hidro, mas esse dinheiro não. Esse é carimbado para o CT-Hidro, ou seja, o CT-Hidro tem um recurso diferenciado, além do bolo do FNDCT. Ele já está aí. Eu acho que determina o percentual da compensação financeira para utilização e que é destinado ao CT-Hidro. É que na verdade o considerando, eu acho que tinha que dividir. Eu acho que a Lei 993, ela trata especificamente do Fundo, e aí o Fundo tem 4% que é do CT-Hidro; e o Decreto, coloca o seguinte, que o dinheiro que sai, tem que dividir esse considerando em dois, tem que separar em dois, porque o Decreto considera o quê? Que o recurso da compensação financeira vai direto para o CT-Hidro, quer dizer, ela entra no Fundo, mas com destino ao CT-Hidro. Isso. De Ciência e Tecnologia para uso em recursos hídricos, eu acho que até dá para pegar como está lá no Decreto, Antônio. Exatamente, copiar como está no Decreto, entre aspas. Serão depositados no Fundo Nacional de Ciências e Tecnologia em categoria de programações específicas denominada CT-Hidro, e utilizados para financiamento de pesquisas. Pode colocar tudo, copia tudo. Isso. Você repassa depois esse arquivo que eu passei para vocês para todo mundo. Que nos recursos da compensação financeira e pela utilização dos recursos hídricos para fim de energia elétrica, e pela exploração de recursos minerais para o Setor de Ciência e Tecnologia.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Jussara, a Lei que destina 4% a esse Fundo Científico e Tecnológico, é a 9984, é a Lei de criação da ANA, essa Lei é que destina 4%.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu acho que nós temos que colocar os considerandos. O Leonardo está chamando a atenção aqui, colocar no considerando todas as 14 metas, eu acho que são 14 metas que dependem de recursos do CT-Hidro, que foram aprovados pelo plano.

*(Discussões fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Antônio, vamos ver se fechou. Tinham dois considerandos para colocar, né, o considerando das metas do plano e mais um considerando dizendo que a responsabilidade da implantação do plano é do OTEP, ela tem que trabalhar os meios, não é? Ficou bom, ficou bom. Ok. Ficou boa. Aí no final o último considerando. Nós só precisamos colocar, eu acho que um dos últimos considerandos, antes de encaminha a moção, colocar que é a sugestão que o Leonardo deu, que eu acho que é importante dizer, que cabe ao OTEP providenciar caminhos para a execução do plano, e se esse caminho passa por conseguir recursos, e por isso é moção. Não, mas é que é podendo mesmo, ela não necessariamente..., é que assim, a mudança climática é um cenário de possibilidades, não é, nós não temos certeza nenhuma que ele existe, ele ainda está no cenário... Ok. Mas, eu acho que está tranquilo, tem até programa. E aí no final. Coloca o último considerando lá Antônio, para nós olharmos. Eu acho que a sugestão do Leonardo, e que eu concordo, é colocar que considerando que cabe ao OTEP no processo. Não, ele vai pegar aqui o termo bem certinho. Está na 9433. Acompanhar a execução do plano.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Então, que cabe ao OTEP, eu acho que copia, determinar as providências necessárias ao cumprimento das metas do PNRH. Seria o último considerando antes da moção. Resolve, resolve, aí vai ponto e vírgula. Considerando, que artigo é isso, art. 35, inciso IX, da 9433. Inciso IX da 9433. Cabe ao OTEP determinar as providências necessárias ao cumprimento das metas do PNRH, resolve; é, fica melhor mesmo. Deixar junto, não é? Eu acho que deu, dar para nós lermos agora, não é? Última lida. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos no uso de suas competências conferidas pelas Leis 9433, de 08 de janeiro de 97; e 9984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o contido em seu Regimento Interno; e considerando a situação da crise deflagrada pela escassez hídrica em quantidade e qualidade evidenciada nos últimos anos, com previsão de agravamento em diversas regiões do país, podendo sofrer influência das mudanças climáticas, conforme indicado em trabalhos científicos. Considerando que a Lei 9993, de 24 de julho de 2000, destina recurso da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o Setor de Ciências e Tecnologia. Considerando o Decreto 3874, de 19 de julho de 2001, que determina... Que Decreto tarará determina que o percentual dos recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia hidroelétrica e pela exploração de recursos minerais, serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em categoria de programação específica denominada CT-Hidro e serão utilizados no financiamento de atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos. Considerando que os recursos da distribuição mensal dessa compensação financeira são depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico... Já está citado lá. Ok. Criado pelo Decreto/Lei 719, de 31 de julho de 69, e alocados em categoria de programação específica denominada Fundo Setorial de Recursos Hídricos. Repetiu?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu acho que só tem que ver esse que cria o Fundo, porque esse eu não tinha, no meu documento eu não tenho aqui a criação do Fundo. Ok. Considerando que o CT-Hidro se constitui no mecanismo inovador de estímulo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais na área de gestão de recursos hídricos, através do financiamento de Programas de Capacitação de Técnicos e Pesquisadores, e da realização de projetos de pesquisa em processos, e aquisição de equipamentos que visem uso integrado múltiplo e eficiente da água. Considerando que os recursos provenientes da FNDCT vem sendo contingenciados. Não, lá em cima é a realização de projetos de pesquisas em processos e desenvolvimento de equipamentos, não é aquisição. Que visem ao uso integrado múltiplo e eficiente da água. Considerando que os recursos provenientes do Fundo vem sendo contingenciados e que sem esses recursos não será possível viabilizar as atividades e programas de desenvolvimento.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, aí eu acho que tem que mudar esse considerando. Considerando que os recursos provenientes do Fundo tal, não vem sendo alocados como estabelecidos pela legislação, né? Por que...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu acho que considerando que os recursos destinados ao Fundo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É. Isso. Então, vamos lá. Considerando que os recursos, na verdade, destinados ao Fundo... Eu acho que nem é o FNDCT, é o CT-Hidro mesmo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Por conta desse Decreto lá que diz que é CT-Hidro. Mas, eu acho que ali eu acho que tem que ser CT-Hidro mesmo. Não vem sendo alocados. Sendo alocados.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu acho que nós podemos até citar o Decreto aquele, conforme Decreto tal.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Não tem problema, conforme o Decreto, qual é o número do Decreto mesmo? 3874. Ficar bem claro que não está sendo atendido. E que sem esses recursos não será possível viabilizar as atividades e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que nortearam a instituição no CT-Hidro. Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos estão no início do processo... Será que é no início? Eu acho que estão em pleno processo, é porque no início já tem 20 anos, né. Estão em processo político administrativo de implementação, exigindo, portanto articulação institucional nos diversos setores e esperas governamentais e o envolvimento da sociedade com vistas aprovação da gestão descentralizada e participativa. Considerando que a revisão das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos dada pela Resolução 181, de dezembro de 2016, definiu quatorze metas para o período 2016/2020, que demanda os recursos a serem destinados a pesquisa e inovação na área de recursos hídricos. Considerando que o segundo o art. 35, inciso V da Lei 9433, cabe ao OTEP determinar as providências necessárias ao cumprimento das metas do PNR, resolve: aprovar moção dirigida a Presidente da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia e Inovações, ou Inovação e Comunicação? Credo. *(Risos!)*. Recomendando medidas que visem a garantia da aplicação dos recursos do CT-Hidro, é Inovações e Comunicações. Tudo bem. Recomendando medidas que visem garantia de aplicação dos recursos do CT-Hidro no financiamento das atividades sobre sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Ok. Ficou bom. Mais algum comentário? Na verdade, o dinheiro vai para o Fundo, mas como o Fundo... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Não veremos a cor do (...). Está ok gente? Todos concordam? Está bom assim? Diga.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Aproveitar que o Sérgio está aqui ainda e pedir para ele, porque nós tínhamos demandado anteriormente um estado da arte da questão do Plano de Bacia da Margem Direita do Rio Amazonas e pelo que foi falado hoje a nossa conversa, a informação que ele passou não foi conclusiva, porque se fosse só nós aqui, nós até que entenderíamos, mas nós criamos um ambiente de envolvimento com pessoas lá da região, e eles estão sempre perguntando e agora o que vai acontecer, não sei o que e tal? A fala que me passou o Sérgio me deu a ideia de que o pessoal está sem referências para legais para novo agendamento e procedimento dessa questão. Para nós a referência legal é de estar aí em que pese o legado e todas esses *'inputs'* que vem com rediscussão da Política de Recursos Hídricos e tal. Nós não temos outro a não ser a referência que está aí, eu acho que temos que dar satisfação aquela agenda que combinamos, e não esperar que o resultado do legado ainda vai tramitar, ainda vai ser uma coisa que vai gerar debate, nós temos que trabalhar e dá satisfação à sociedade do nosso trabalho, eu penso que precisávamos ser mais conclusivos, sabe Sérgio, em relação a essa questão do plano da Amazonas. Eu estou sugerindo que na próxima reunião, vocês da ANA tragam para nós quais são os cenários institucionais possíveis de ação diante dessa visão de várias Leis que estão surgindo, não existe Lei sugerindo, a Lei que está surgindo é a Lei que está aí que temos que nos basear nela. E começarmos a fazer alguma coisa concreta, não dá para esperar o legado, ou seja lá o que for mudar isso aí. Eu queria te pedir essa consideração na próxima reunião, vamos fechar uma coisa mais definitiva disso aí.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Jussara, eu acho que como ficou a redação final aí da moção, que não basta assegurar a aplicação dos recursos do CT-Hidro, porque eles podem colocar cem mil, cinquenta mil, aí aplica no projeto de recursos hídrico, está garantida a aplicação. O que nós queremos é a alocação do recurso dos 4% ao CT-Hidro, é esse o objetivo da moção. E na minha opinião, como está escrito aí, não se depreende esse tipo de objetivo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Garantir a aplicação dos 4%, a alocação dos 4%.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO (Segmento Usuário do Turismo)** **–** Dos recursos previstos em Lei.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Dos recursos previstos em Lei ao CT-Hidro. Ok. Assegurar a alocação da totalidade.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Está bom assim? Podemos encerrar? Pessoal podemos? Devemos encerrar por hoje e amanhã, que horas amanhã? 09h00? Amanhã é aqueles dois itens, que é informe e apresentação do Leonardo. 09h30, pode ser 09h30? 09h30. Assim, 09h30 começa. Então, vocês podem chegar antes. 09h30 começa, 09h15 aqui.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (CNRH) –** Aos planos de recursos hídricos, realizados pelo consultor Leonardo (...) para a ANA, e na sequência, nós teremos os informes, então, das propostas de Resolução, oriundas do processo do Projeto Legado. Então, eu passo a palavra para o Leonardo fazer... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Pode ser. Eu vou passar primeiro a palavra para o Gonzalo.

**O SR. GONZLO ALVARO FERNANDEZ (ANA) –** Só para posicionar o trabalho do Leonardo aqui, na Câmara, uma das metas do PNRH, é exatamente rever o escopo, o alcance e a estrutura dos planos de recursos hídricos, tanto a legislação original, quanto a Resolução, só tratam de um plano, o Plano de Recursos Hídricos, ainda tem o Plano Nacional, o Plano Estadual, o Plano de Bacia, os de bacias influentes, os de bacias estaduais, o de Bacia Federal, e nós temos entendido que eles têm funções diferentes, vamos dizer assim, dentro do sistema, principalmente de abordagens diferentes. Então dentro de um contrato do PNUD, o Leonardo foi selecionado dentre um *pool* de setenta currículos que foram apresentados, então foi licitação pública, e foi iniciado em outubro o trabalho, então apresentou o Plano de Trabalho, isso que ele vai apresentar hoje, na verdade é o segundo produto contratual, mas é o primeiro produto de conteúdo, de trabalho, porque o primeiro foi o Plano de Trabalho, apesar de que no Plano de Trabalho já fez um levantamento da legislação existente, mas não fez nenhuma análise, nada. E, nós entendemos também que a Câmara, por até ser uma demanda do Plano Nacional, que seria o melhor lugar de publicar esse trabalho, para que no caso os Estados, está hoje só o pessoal de São Paulo e Rio, o representante de São Paulo, mas representante de São Paulo e Rio, e mesmo colocando esse material, tem o site, porque tem outro representante também que é o pessoal do Espírito Santo e Minas Gerais, que não estão presentes, eu não sei se teve uma descontinuidade da representação ali, não é? Na Câmara, eu acho que são esses dois, tinha a Bahia também, a Bahia também teve uma descontinuidade da pessoa, eu não sei. Mas, enfim, a Câmara Técnica tem essa capilaridade, não só para os Estados, como também para os setores diversos. Então, hoje, o Leonardo vai fazer um relato do que foi feito, da proposta do trabalho e, aí, estamos atentos a sugestões e, inclusive colaborações. Então, a palavra com o Leonardo.

APRESENTAÇÃO LEONARDO MITRE

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** Bom dia a todos aí. Eu acho que todos já me conhecem, ou quase todos pelo menos, e para quem não me conhece, sou Leonardo Mitre, já apresentado aí no trabalho. Mais uma vez voltando nessa Câmara, na verdade agora para um outro trabalho, brincando, estou mais frequente nessa Câmara do que muito membro, não é? Muito membro efetivo, até pelo fato de ter concluído um trabalho no meio do ano passado, e que foi relacionado ao Plano Nacional, e agora mais com relação aos planos, como um todo, como comentado pelo Gonzalo. Então, agora tenho uma análise aí mais específica em relação aos planos estaduais e planos de bacia. Então, o título do trabalho é esse que está aí, é uma análise então dos planos de recursos, com diferentes recortes de bacias estaduais, e uma proposta de revisão de escopo e das interações entre esses planos. E eu vou apresentar um pouquinho desses dois primeiros produtos, do Plano de Trabalho, e do primeiro produto, que já foi uma análise do primeiro produto técnico, que já foi uma análise dos planos estaduais de recursos hídricos, então do que já temos de planos elaborados. E um breve histórico aí e justificativa em relação ao trabalho, nós temos a Lei 9.433, em que os planos são instrumentos de gestão, nós temos que ter sempre ter na cabeça isso, que são instrumentos de gestão, nós temos que trabalhar com os planos, como ferramentas mesmo para nosso trabalho, e boa parte do Estado já dispõe, dos Estados e das bacias hidrográficas já dispõe de planos. Então se abrirmos os relatórios e informes de conjuntura que a ANA faz regularmente, nós vemos que o Sistema Nacional, o SNIR, nós vemos ver que boa parte do País já dispõe de planos. Só que por outro lado, dispor de planos não tem significado muita coisa, primeiro porque nós discutimos muito o plano, a elaboração do plano, e depois passamos para um momento seguinte, que é o de implementação do plano, e esquecemos. Então, tem uma série de ações, uma série de programas, uma série de metas dentro desses programas, desses planos e, boa parte deles foi para a gaveta, foi aguardado e tal, e esquecemos. Então tem muito pouca informação sobre avanço dos planos, dos benefícios gerados desses planos, do índice de implementação de planos de ações desenvolvidos, e poucas informações sobre os planos e resultados aí para a sociedade. Então, em função disso, alguma coisa tem que ser feita, eu acho que tem alguma coisa errada, a partir do momento em que vemos que boa parte dos planos estão feitos, mas não tem implementação, então tem alguma coisa que tem que ser de alguma forma desenvolvida, seja mudar o escopo, seja nós focarmos o trabalho numa segunda etapa, que é a etapa de implementação dos planos, parar de focar em discussão de vírgula de plano, e entrarmos em uma discussão já de implementação e execução de ações. E, aí, as principais atividades do trabalho, têm seis etapas, uma primeira etapa, que como o Gonzalo já comentou, é um diagnóstico legal e o plano de trabalho, então, fiz uma análise aí no primeiro momento da legislação estadual, nesse caso de todos os Estados, do que consta, o que cada lei prevê para seus planos, tanto estaduais, tanto para seus planos de bacia, e é interessante que tem uma série de aspectos aí que cada lei demanda, que cada Estado demanda, alguns particulares do Estado, outros não tão particulares, e que de repente pega cópia de outra lei e coloca lá sem necessidade, e por aí vai. E um segundo produto, um segundo trabalho, uma segunda etapa, que foi o diagnóstico dos planos estaduais, aí nesse caso está diagnóstico dos planos, porque isso vem a terceira etapa, que são os planos de bacia, que é a etapa que eu estou hoje. E, aí, vem dentro das etapas seguintes, tem duas propostas de redefinição, ou três propostas até, tanto dos papeis entre os planos, da inter-relação entre os planos, então qual é a diferença de um plano de bacia para um plano estadual, hoje, praticamente não tem diferença dentro dos planos que temos hoje, uma proposta dão redefinição de escopo, em função disso, para os planos estaduais e para os planos de bacias. Então em função dessa definição dos papéis, o que cada um tem, e onde que cada um tem que chegar, nós fazemos uma proposta então para discutir, da questão do que o escopo de cada um tem que trabalhar e uma consolidação do trabalho, em síntese, de tudo aí ao final. Então, etapa dois, do trabalho, que foi a que eu concluí agora, então ela fez uma análise do conteúdo dos planos estaduais, aí todos os planos estaduais que nós temos, então são dezessete planos que já temos concluídos. Então, eu li todos esses dezessete planos, que tem... As informações que tem na internet, os documentos deles que tem disponíveis, a avaliação do que eles tem em termos de monitoramento, das informações de monitoramento, quando tem, de monitoramento ou de implementação e, aí, fiz uma síntese aí de análise crítica deles e proposta de algumas diretrizes, aí nesse primeiro momento, algumas diretrizes para a redefinição do escopo deles. E a mesma coisa é o que eu estou fazendo nesse terceiro momento agora, para os planos de bacias. Então, organização, levantamento e organização dos planos, do que se tem de informações dos planos de bacia. João, eu vou te pedi para... Porque está falando muito alto e está atrapalhando aqui, por favor. Bom, então, continuando. Esse trabalho, então, essa terceira etapa, então, tem os plano de bacia, que aí tem uma análise também do que os planos, aí nesse caso, dos planos de bacia hidrográfica, o que já tem feito, o que tem desenvolvido, e da mesma forma o que tem de monitoramento desses planos, e nesse caso entra um pouquinho, inclusive da análise do que eles tem de ferramenta de prognóstico e sinalização para esses planos. Vem uma quarta etapa, que aí entram as diretrizes e redefinição de papéis das inter-relações entre os planos, então são diretrizes e a relação de papéis entre planos estaduais, planos de bacia e o Plano Nacional. Ou seja, onde que cada um deve ir, e até onde... A partir de aonde que o outro chega, que os outros chegam. Aí entra no final dessa etapa, dessa quarta, então, aí uma proposta de redefinição de escopo e conteúdo desses planos. Então, entra nessa quarta etapa. A quinta etapa, já entra, então, a elaboração de termos de referência, então minutas de termos de referência, então constando esse escopo mínimo, o que deve constar nessa estrutura de escopo. E a última etapa é consolidação e síntese dos estudos, então aí síntese de tudo em um documento, inclusive a produção de uma minuta aí, de uma proposta de Resolução, claro para discutir, para vocês discutirem depois, que seria uma proposta de um normativo legal para a revisão da nossa 145 aí, que, inclusive não tem tanto tempo, mas já se mostra, de alguma forma, que tem que ser feita alguma atualização, em função do que o que eu comentei desde o princípio. Então, tem uma série de temas lá, às vezes nós pecamos na hora de escrever uma Resolução, e eu mesmo já participei muito de Câmaras Técnicas aqui do Conselho, do Conselho Estadual também, e nós pecamos muito em querer detalhar demais e colocar muita coisa dentro da proposta de Resolução e, de repente na hora que vamos executar, ela acaba sendo inexequível. Então, tem uma série... Não adianta nós propormos uma Resolução que vai ao limite do detalhe, acrescentando uma série de itens que tem que ser estudados, se de repente depois não vai ter informação para isso, não vai ter informação, não vai ter como executar uma série de temas. Então, às vezes, é melhor termos algo um pouco mais flexível, que possa ser de alguma forma mais detalhado para cada situação, do que propormos algo bem detalhado, e como é o caso aí da 145, isso é um primeiro ponto. Em termos de cronograma, então o trabalho está previsto para concluir por volta de abril, maio. Então tem aí as etapas, eu estou concluindo aí no meio de fevereiro, então se ser na semana que vem, na semana seguinte, o produto três, nesse caso que trata dos planos de bacias, e seguindo para as etapas seguintes. E, aí, entramos um pouquinho nos planos, e aí já vem um primeiro ponto aí, eu quis colocar propositalmente dois mapas da conjuntura do relatório, informe de conjuntura, um do informe que foi 2016, e agora 2017, relatório de conjuntura, que mostra a situação dos planos estaduais do País, e são informações que os Estados passam para a ANA, e é interessante como... Talvez não dê para perceber tanto pelo mapa, mas pelo desenho dele, ou pelos coloridos dá para ver, a informação como que os Estados passam informações, que as informações, em parte, são bastante aleatórias, são aleatórias. Então você tem informações, você tem Estado que num ano diz que o plano está em elaboração, no ano seguinte diz que ele está em contratação. Então, tem casos, e se for avaliando seguindo a conjuntura dos anos, desde 2008, 2009, no início, vamos ver que tem vários casos de situações que o Estados diz que está em elaboração, no ano seguinte, em contratação, ou está pronto, e no ano seguinte, ele está em elaboração, e por aí vai. Então é interessante que alguns Estados tenham uma... Não tem realmente nem o entendendo de que tem um Plano estadual, ou que estão fazendo na fase em que eles efetivamente estão em relação aos planos. E, aí, vem... Eu já vou chamar direto, até para não ficar detalhado o plano por plano, que não é o objetivo do trabalho, o objetivo é o mais geral, é chamar os principais pontos aí dessa análise crítica dos dezessete planos, que eu tive que ler para essa etapa, e aí vem um primeiro ponto, poucos Estados disponibilizam os documentos completos dos planos. Tem uma parte boa que disponibiliza uma síntese ou um relatório consolidado, aí vem um ponto, então você tem Estados, aí nesse caso, posso citar, Ceará e Rio Grande do Norte, por exemplo, que nenhum documento dos planos deles está disponível na internet, e boa parte dos restantes tem um ou outro documento, ou seja, não tem tudo disponível, eu acho que esse é um primeiro ponto, que é muito simples, hoje, disponibilizar no site dos órgãos, os planos, os documentos, e já é um primeiro ponto, que, inclusive é um dificultador para qualquer análise relacionada aos Estados. E quando eles disponibilizam, boa parte disponibiliza a síntese e/ou o consolidado, e, aí, esses documentos de sínteses, eles não abrangem os principais pontos desenvolvidos, e aí é até um ponto que estava sendo chamado a atenção mais cedo: “Ah, mas eu queria ver o detalhamento da metodologia”, “mas ela não está no consolidado”, então, nós estávamos discutindo aqui mais cedo antes da reunião, a metodologia não está no consolidado, e de repente quais aspectos que foram avaliados para chegar naquele resultado, não está no consolidado. E se ele está sozinho como disponível, acaba não sendo tão útil como deveria ser se ele tivesse, de repente, algum documento paralelo que fosse o detalhe da metodologia, ou dos resultados, ou dos trabalhos desenvolvidos aí também. Um outro ponto é a questão de diagnóstico extenso, isso é uma questão que todos nós e todos vocês já vão ter essa percepção dos planos, nós gastamos tanto em termos de tempo, quanto em termo de papel, boa parte do esforço de execução de um plano para executar o diagnóstico, então boa parte dos planos nossos hoje são belos trabalhos de diagnóstico, de conhecimento de situação, então o detalhe: “mas a metodologia de modelagem de qualidade não está certa, tem que acrescentar isso na metodologia”, “ah, mas o dado de área irrigada, de área industrial”, o que quer que seja... Aproveitando, olhando para ele ali da CNI, “o dado tal não está correto”, mas o que temos que entender do diagnóstico é isso, o diagnóstico da situação da bacia está lá, os principais problemas detectados ou verificados na bacia ou no Estado estão lá, mas não o detalhe, se tem 1 ou 2, ou 1,5, de alguma demanda, eu acho que esse nível de detalhe não deveria ser tão preocupante, dependendo da situação, não é sempre, mas dependendo da situação, algumas coisas poderiam ser relevadas no diagnóstico, para partirmos para as etapas seguintes, que é o plano propriamente dito. Então, esses diagnósticos, boa parte os consideram inclusive temas relevantes dos Estados, nós podemos ver, por exemplo, um ponto para mim, nós estamos falando aqui de plano estadual, um ponto que é fundamental de uma plano estadual, e que boa parte dos planos estaduais não tem, é a análise do sistema de gestão do Estado, da aplicação e implementação dos instrumentos de gestão e do arranjo institucional do Estado atual. Isso, boa parte dos planos, por incrível que pareça, não tem. Então, você faz um estudo de disponibilidade hídrica, demanda muito profundo, e de repente esquece de falar o que o Estado tem, qual é a capacidade do Estado, qual é a estrutura do Órgão Gestor, se tem, se não tem. Então, às vezes, esquece-se de trabalhar esse arranjo, que é algo que seria mais voltado para um plano em nível estadual, e parte-se para outros temas. Aí entra a questão de sinalização e, aí, quando nós lemos os processos de sinalização dos planos estaduais, aí é interessante para ver que boa parte deles, como eu escrevi ali, boa parte é só para cumprir tabela. Então faz o processo de sinalização, o prognóstico, simplesmente porque é obrigatório, porque está lá no Termo de Referência, mas não segue nas etapas seguintes, não segue para nada, então não segue para o desenvolvimento do plano de ações, não faz uma conexão entre o processo de sinalização, entre os problemas que são detectados ali, qual é a etapa seguinte. E, aí, tem-se outra discussão, o que são os cenários que tem que ser desenvolvidos, são cenários desejáveis? Alguns planos desenvolvem cenários desejáveis, outros vão para prováveis, outros vão para pessimistas e, aí, com o pessimista, quais são os cenários em que nós temos que utilizar para desenvolver o Plano de Ação? Então, é interessante, tem alguns planos que chegam num ponto de colocar... Coloca lá três cenários, desejável, tendencial e pessimista e, aí, faz uma análise multicritério para decidir qual o cenário que é, não precisava, o cenário desejável nesse caso já é o que eu quero. Então alguns planos chegam a esse óbvio de, de repente, falar que fez-se uma análise multicritério para escolher o desejável. Então... Só que esquece de que nós temos que planejar, não só para o desejável, nós temos que de alguma forma planejar para situações de risco que podem ocorrer, então situações de problemas, situações de potenciais problemas que tem que ocorrer. Então, ou seja, nós acabamos esquecendo, e os cenários não estão levando a resultados que deveriam aí para a questão dos planos. Outro ponto, que é um complicador aí também em relação aos planos, é a falta de entendimento aí, a questão até de português mesmo, de entendimento de alguns termos. Então, o que é diretriz, o que é recomendação, o que são metas, coisas que podem parecer óbvias para nós aqui, o que são metas, o que são indicadores, o que são programas, componentes, alguns termos meio que óbvios para boa parte de nós aqui, mas que são usados nos planos com diferentes entendimentos, e vários com entendimentos errôneos. Então é interessante, nós quando vermos, às vezes usamos a diretriz para falar de componente, usa parâmetro para falar de indicador, e por aí vai. Então tem uma série de pontos aí, eu acho que essa questão de nomenclaturas, eu acho que é fundamental entender qual é a relação, o que é cada um desses termos, apesar de parecer óbvio isso. Outro ponto, poucos planos apresentam a questão de diretrizes efetivas para a implementação dos instrumentos de gestão. Mais uma vez, eles desenvolvem um diagnóstico longo, um prognóstico, uma sinalização, e, de repente, pula direto para uma série de programas não detalhados, às vezes, boa parte deles não detalhados, cita-se o título do programa e uns dois termos relacionados aos programas, não vai muito longe em relação aos programas, e não fala o que você tem que efetivamente fazer, não tem uma estratégia, não tem como desenvolver aquilo tudo. E, aí, vem um outro ponto também a questão de diretriz ou procedimentos, quanto à aplicação de procedimentos dos órgãos, então procedimentos, critérios de outorga, critérios utilizados aí, ou procedimentos para fiscalização, ou a questão da definição de unidades de planejamento e gestão de cada Estado, esse é um outro ponto interessante, que boa parte dos planos, tem lá na própria lei estadual, tem lá que é uma atividade dentro do plano estadual, definir ou propor as unidades de planejamento e gestão do Estado. Então tem lá dentro de boa parte das leis, o que esses planos fazem? Se lermos, isso vai ter para todos. Simplesmente valida o que o Conselho já definiu. Então não sei se por questão de não querer entrar em alguma polêmica, ou de repente não ter conseguido alterar ou propor alguma coisa diferente, os planos simplesmente propõem manter o atual, critérios de outorga, da mesma forma, os planos fazem um estudo de disponibilidade, balanço, simplesmente concluem, mantém o critério atual. Uso insignificante, da mesma forma, simplesmente, mantém o critério atual. Então não tem uma proposta nova, não tem algo novo sendo desenvolvido e sendo proposto dentro dos planos e, aí, um ponto que eu já comentei, os planos de ação também não são usualmente correlacionados com os resultados de etapas anteriores, então parece que são documentos distintos que, de repente, quem fez o plano de ação, foi outra pessoa que fez o diagnóstico, e quem fez o plano de ação não leu o diagnóstico. Então, esse é um ponto aí que tem que a primeira coisa quando vai se desenvolver um plano de ação é reler o que foi feito nas etapas anteriores do plano. Então, isso é fundamental. E, aí, a definição dos programas e ações, e aí é um ponto que nós discutimos bastante, inclusive teve essa discussão, um pouco da discussão de ontem, do próprio Plano do Paraguai, que entra a questão das propostas do plano e, aí, esquece-se muito de discutir a capacidade de execução dos órgãos gestores e das entidades que vão executar os programas e ações. Então, mais uma vez, entra num ponto que eu comentei no início, de colocarmos um detalhe muito grande em termos de programas, colocar uma série de programas, o que gostaríamos, mas que não necessariamente é o que nós conseguimos executar. Então, tem plano, por exemplo, que aí não citei o plano, até para não citar o Estado nesse caso, mas tem plano com mais de duzentas ações, então... E isso para uma dos menores Estados do País, então, você olha para aquele plano e fala: não, o Estado não vai executar nem metade disso aí, talvez nem um décimo disso aí, o Órgão Gestor, e eu sei o Estado desse plano, ele não tem a condição de executar talvez nem dez por cento. Então, propõe-se uma série de ações, mas esquece de dar um foco e falar: você pode até desenvolver duzentas ações, mas você tem um foco, você tem dez ações, que essas são mandatórias para executar, e isso não tem. Ou seja, você não tem uma priorização de ações aí para serem desenvolvidas. E, aí, tem um outro ponto ,que eu vou chamar mais a atenção mais à frente, que é a questão e, aí, entra nessa questão da capacidade de execução, que é a questão de pactuação com os entes responsáveis, para mim isso é um ponto fundamental de um Plano de Ações, e que o único, aí nesse caso eu cito o positivo, o único plano que tem... Um plano estadual, que tem um processo de pactuação é o plano de São Paulo, então quem for ler os últimos planos de São Paulo, os últimos planos estaduais de São Paulo, ele já parte direto, inclusive, aí nesse caso, o último disponível que tem é o quarto, mas São Paulo já está no sexto, já está na sexta revisão do plano. Mas, nessa quarta revisão que já está disponível na internet, o plano já vai direto para um processo de pactuação do Plano de Ações, isso é fundamental, então coloca sentado numa mesa, numa sala, faz uma oficina, sentam todos os órgãos, e lá, inclusive no próprio plano cita que os próprios secretários das áreas responsáveis pelas ações, participaram do processo de pactuação. Então, isso é fundamental para se ter a exequibilidade da ação depois, você ter o secretário dizendo: eu vou executar essa ação, e assina embaixo, está acordado comigo. Então, isso é fundamental que tenha esse processo, mais do que nós propormos uma série de ações, nós temos que propor ações que sejam pactuadas com quem vai executar. E boa parte dos planos, o que percebemos é que tem uma série de ações para outros órgãos, de outros setores, inclusive e, que, às vezes, o setor nem sabe que tem ação ali dentro. Então... Que foi o que fizemos no Plano Nacional, no ano passado, para o Plano Nacional, mas para uma série de órgãos do Estado ou usuários, ou outros setores, nem sabem que as ações que eles têm responsabilidade estão dentro do Plano. Então isso é importante nós termos. Poucos planos têm indicadores. Então, quase nenhum tem indicador, quando têm usa errado o termo indicador, boa parte deles usa indicador para falar, para repetir a ação, e dizer que isso é um indicador, e não necessariamente é. Articulação com outros planos, é muito vaga, então, vários planos tem lá um capítulo, a articulação com outros planos, setoriais, com outros planos de bacia, mas nada mais é que um relato de duas, três páginas, do que tem nos outros planos, mas não tem uma articulação, não tem dizer o que... Meta do outro plano que pode, de repente, ser tratada de alguma forma sinérgica, como a meta desse plano, e que de repente pode unir, unir recursos, coisa desse tipo, então muito vago esse processo de articulação, usa-se o termo articulação para simplesmente relatar algum outro programa de outro Plano. E, por fim, esse é um ponto, aliás, me deixa voltar no 13 ali, a questão do monitoramento, eu falei dos indicadores, mas quase nenhum plano tem metodologia de monitoramento, normalmente a metodologia de monitoramento, ela não vem no plano, ela vira um programa para desenvolver a metodologia depois e, aí, não desenvolve, coloca um plano para desenvolver depois. Então, no caso do Plano do Paraguai, como foi apresentado ontem pelo Sérgio, a metodologia de monitoramento já está toda lá no detalhe. Então, você não como fugir daquilo, não precisa propor uma nova depois, desenvolver tempo gastando para desenvolver uma metodologia, já tem uma metodologia de monitoramento dentro do plano, mas no caso dos estaduais, praticamente, nenhum tem. Então, no caso, o único que tem a metodologia é o de São Paulo nas novas versões, mas nas anteriores também não tinha. Então, esse é um ponto. E, por fim, eu acho que esse último ponto, eu acho que lembra um ponto, que eu tinha comentado antes da questão da Resolução 145, que é o fato da vários planos previstos na legislação dos Estados, não constarem nos documentos dos planos, por quê? Porque não tem informação, porque não conseguiu executar, porque, de repente, é um detalhe muito grande que tem na legislação estadual, de repente, pedindo uma série de itens que não teria como desenvolver, não teria como pactuar, não teria como propor dentro do documento do plano. Então, tem uma série de itens previstos na legislação e que não são cumpridos. E, aí, o que está errado, é o plano ou a legislação? Então, esse é um ponto para discutir, e eu acho que até nesse caso é a própria legislação, que de alguma forma deveria ser um pouco mais flexível para o que tem de informações, então... E esse é um ponto. E, aí, entra a parte seguinte, aí, antes da parte seguinte, tem a questão do Estado de desenvolvimento da gestão. Então, aí é um ponto para comentar, tem o pacto de gestão que começou aí com a definição aí de quatro classes de gestão dos Estados, que vai da classe menos complexa, a classe A, para a classe mais complexa, dentro desse pacto, os planos estaduais, eles são previstos para os Estados em Classe C, e, aí, é uma ponto interessante, que nós não estamos seguindo mais um normativo nesse caso, o próprio pacto previa a Classe C, só que você tem Estados em Classe C que não tem planos, e tem uma série de Estados em Classe B ou Classe A, que tem planos ou que estão elaborando planos. Então, mais uma vez, o que está errado, é o pacto ou a elaboração dos planos? Então, talvez, nós tenhamos que mesclar alguma coisa disso, aí tem que alterar alguma coisa nessa linha. E o próprio pacto já fala que na Classe A teria que entrar um planejamento estratégico. O que é esse planejamento estratégico? Esse planejamento estratégico não é um plano estadual voltado ao planejamento estratégico, o gerenciamento de recursos hídricos, porque a Classe A não já desenvolve um plano mais simples e, aí, vem uma primeira proposta, que nós tenhamos diferentes escopos de planos estaduais em função do estágio de gestão do Estado. Então, se o Estado está num estágio A, em que é um estágio em que não tem conflitos, em que não tem ainda grandes usos da água, não tem grandes problemas de conflito, então porque desenvolver um plano estadual complexo, com análise de balanço hídrico e tal, com sinalização, e por aí vai? Porque, de repente, não tem um plano estadual mais simples e focado simplesmente na estruturação do sistema de gerenciamento e no fortalecimento institucional? Então, num primeiro momento fortalece isso e, aí, na Classe D, que são os Estados que já estão em situação de conflito, que já estão com problemas aí em várias bacias, com guerra, briga pela água, falta de água para usuário, irmão batendo em irmão e o que for, e nesses casos, aí sim, tem um plano estadual completo e com uma série de estudos aí mais focados em balanço hídrico, em solução de conflitos e por aí vai. Então, nós podemos ter, aí é uma primeira proposta, planos estaduais, com diferentes escopos, não necessariamente é o mesmo escopo para todos, ele pode ser função do sistema de gestão do Estado, do nível do estágio de gestão do Estado. E, aí, entram as diretrizes, aí já é a conclusão desse segundo produto, ainda não é o escopo dos planos, mas são as diretrizes preliminares para os planos. Uma primeira diretriz, nós temos que estabelecer uma proposta, uma fase de estudos preliminar à contratação do Plano. Então, esse é um primeiro momento que cada Estado tem que ter, de alguma forma, focar o plano. Então, cada Estado, no momento em que ele for desenvolver o seu plano, que é o que, por exemplo, a ANA desenvolve quando contrata um Plano de Bacia, já faz os estudos preliminares, uma série de estudos de diagnóstico preliminares, para dizer qual é o foco daquele plano. Então, qual é o foco dos principais problemas que o Estado tem, ou que a bacia, mais para frente vamos discutir bacia, nos próximos produtos, mas qual é o foco que tem que ser dado naquele plano? Então, ou seja, tem uma fase preliminar à contratação do plano, que vai dar a ideia para o Termo de Referência de Contratação. Então, dizer o foco que tem que ser dado naquele plano. Aí um segundo ponto, e relacionado a isso, é direcionar o escopo do diagnóstico às principais questões do Estado. Então, o diagnóstico não precisa ser o que temos hoje, que é receita de bolo, fica lá, você vê lá uma análise de climatologia, análise da pedologia, análise de florestas, o Estado tem uma floresta aqui, uma floresta lá. Porque precisa fazer isso para todos? É um EIA/RIMA, exatamente, boa parte, eu cito isso no documento, boa parte dos planos que temos hoje, o diagnóstico é exatamente um diagnóstico de EIA/RIMA sem o campo que o EIA/RIMA tem. Então é basicamente isso, e não deveria ser, tem que ser algo focado em recursos hídricos, e tem que ser focado nos problemas do Estado, se o Estado tem o problema A e B, porque já não fazemos o diagnóstico em pouco tempo e focado nesses problemas, e aí vem um ponto seguinte, já que o prognóstico e planos de ações não tem, aí tudo relacionado aos problemas que falei a pouco, já que o prognóstico e o Plano de Ações não tem conexão, da forma como estão hoje os planos não tem conexão com o diagnóstico. Então, porque não fazer contratações distintas? Então, contrata se o diagnóstico, faz o diagnóstico, conclui o diagnóstico com os resultados dele. Então, agora, eu vou contratar o plano de ações, ou a sinalização, então a partir dali, eu vou contratar a etapa seguinte, o que ele detectou, eu posso, de repente, fazer um plano de ações mais barato, mais simples, mais focado, porque aí eu vou fazer um plano de ações só para os problemas que foram detectados ali naquela fase. Então esse é um ponto. Aí vem a questão do prognóstico, que mais uma vez relacionado a um problema que eu comentei há pouco. Precisa de prognóstico para tudo? Aí vem a primeira pergunta, será que nós precisamos de... Qualquer tipo de plano tem que fazer uma sinalização, tem que desenvolver o que o Estado vai ser no futuro e tal? De repente, talvez para as classes mais simples que não tem muito problema; talvez não precisemos fazer um programa tão complexo, ou nem precise fazer, de repente. Por quê? Porque os prognósticos que temos hoje, nenhum deles é usado para alguma coisa. Então, eles não chegam a uma conclusão que levem a indicar os problemas ali, e onde desenvolver o plano de ações, definir os estudos técnicos para serem desenvolvidos no plano. Então, é questão do escopo, propor diretrizes para elaboração dos planos de bacia, esse é um outro ponto que a inter-relação já começa a entrar na relação entre os planos de bacias e os planos estaduais. E é interessante que tem alguns Estados que fala que o plano estadual, a Lei fala que o plano estadual vai ser a junção dos planos de bacias, só que a Lei fala uma coisa, só que o que foi feito foi outra. Então, ou seja, o plano estadual foi feito primeiro que os planos de bacias. E, aí, no meu entendimento, o plano estadual não é uma junção de planos de bacias, são dois escopos diferentes. O plano estadual, ele é mais voltado para uma estratégia de gestão do Estado, e o plano de bacia é algo mais localizado, ações mais localizadas à questão de bacia. E essa articulação, essa elaboração dos planos, de alguma forma, nós temos que ter diretrizes claras para isso. Atentar para as demandas legais. De alguma forma tem que estar escrito no Plano o que não conseguiu seguir das demandas legais, e por quê? Então, ou seja, tinha demanda lá de estabelecer, sei lá, o que quer que seja, áreas de restrição de uso, o primeiro plano que teve área de restrição de uso, foi se não me engano o Plano do Paranapanema, o plano da ANA, então teve o Plano do Paranapanema, começou a ter, depois o grande já teve um avanço, agora no Paraguai já teve outro avanço, mas antes disso, aí eu já estou falando do Plano de Bacia, os planos estaduais tem várias leis que preveem que esses planos estaduais tenham propostas de áreas de restrição de uso, só que nenhum tem. Então, nenhum tem essas propostas, alguns falam que elas vão ser feitas no futuro, mas nenhum tem. Então, de alguma forma, tentar. E, aí, um ponto também de problema que eu chamei a pouco, e que entra nas diretrizes preliminares aí, que é o final desse produto, que é a proposta de uma etapa de pactuação. Então, se eu falo que em algum momento nós talvez não precisemos ter prognóstico, talvez nós tenhamos que criar dentro da etapa do Plano de Ações, nós criarmos uma sub etapa em que vamos gastar um tempo, um mês, dois meses, o que quer que seja, a mais, mas colocar algumas oficinas como responsáveis pelas ações para ele assinar embaixo e falar: “eu sou o responsável, e eu pelo menos sei que essa ação está ali”. Então, ele assinar embaixo e falar: “eu participei da oficina, eu sei que a ação está ali, e eu estou de acordo”. Ou, de repente, ele falar o contrário: “você propôs uma ação que eu não tenho gás para executar”, que foi o que vimos para o próprio Plano Nacional, citando o exemplo lá do CT-Hidro, que tem as ações que estão propostas as metas para o CT-Hidro e o Plano Nacional e, que de repente, na primeira reunião que veio o representante aqui, ele falou: “eu não tenho recurso”, que está gerando, inclusive a moção que foi discutida ontem. Então, essa pactuação, talvez seja uma etapa nova que tenhamos que criar no Plano e, que de repente pode delongar o plano mais um período, dois meses, três meses, o que quer que seja que se entenda necessário para essa etapa, mas, que de repente pode ser fundamental para que o Plano seja inexequível. Então, outro ponto que parece óbvio também, mas é prever o detalhamento dos programas, ainda dos programas do Plano de Ações, ainda durante a elaboração do Plano, e não após, e boa parte dos planos, o que ele prevê é exatamente isso, tem um programa que chama Detalhamento do Plano de Ações. Então, você coloca o Plano de Ações ali, simplesmente o título dos programas, e de repente coloca um programa, que é o detalhamento daquele Plano, para depois, aí você não contrata, você já está com aquele plano sendo contratado. Então, já faz o detalhamento, já faz o que a ANA tem feito, fez é o MOP, que é o manual de operação, depois. Então, você, de alguma forma, já tem que dizer como você executa aquilo ali, não adianta você dizer: “vai ter um programa de racionalização do uso da água”, que lindo, bonito, é o que todo mundo quer. Mas, e, aí, o que eu faço? Onde que eu, usuário, entro nessa história? O que eu tenho que fazer? O que eu, órgão gestor, tenho que fazer? Então, o programa está ali, um programa de racionalização do uso, isso aí você vai ler que tem em todos os planos, só que ninguém sabe como executa. Então, ninguém sabe o seu papel. Então, esse detalhamento do que fazer e como fazer, isso e o que fazer isso têm que, de alguma forma, estar no plano, não adianta falar que vai fazer depois. E, aí, mais um ponto, avaliar a estrutura e capacidade dos órgãos gestores, tem um plano que, se não me engano, avalia isso, a capacidade de execução dos Estados. O resto sequer cita o órgão gestor, ou se quer cita a equipe do órgão gestor, as áreas que o órgão gestor tem, as gerências que tem, se ele tem, de alguma forma, capacidade de execução, boa parte dos órgãos gestores tem pouca, tem equipe pequena, a equipe tão pequena que nem estão aqui inclusive, nem tem vindo aqui nessa reunião, vem pouco, inclusive. Então, até porque são equipes pequenas focadas e sem recursos. Então, não adianta nós propormos uma série de ações para os Estados desenvolverem, que ele eles não tem equipe, então, de alguma forma, tem que ter uma etapa, e isso é uma etapa mesmo do Plano, ou uma atividade dentro do Plano, que é de avaliar a estrutura e a capacidade de execução dos órgãos gestores, e fazer uma correlação, o cotejo disso, com o plano de ações, então já que principalmente no caso do Plano Estadual, boa parte das ações, um bom percentual das ações é responsabilidade objetiva dos órgãos gestores estaduais, e se eles não tiverem capacidade de execução, mais uma vez, o plano fica inexequível, estabelecer o foco da prioridade de ações. Então, mais uma vez, como eu citei dentro dos problemas, você tem duzentas ações dentro de um Plano, que você não tem condição, e mesmo os outros, tem lá cinquenta, sessenta, setenta ações, e por aí vai, daí para mais. Então, você não tem... Você sabe que órgãos gestores, de antemão, não tem capacidade de execução disso, então você tem que estabelecer o foco, colocar: essas dez são mandatórias, as outras cinquenta, sessenta, é só se der tempo, ou de repente, são dez mandatórias para o curto prazo, mais dez para o médio prazo, e mais cinco para o longo prazo, o que quer seja. Tem que, de alguma forma, colocar o que o Estado tem para executar, tem capacidade para executar. E, por fim, aí o último ponto, considerar a questão de mudanças climáticas, eu acho que esse é um ponto que está em voga hoje, e não deveria deixar de estar, tem que estar mesmo, e mais um ponto aí que os planos não consideram ainda, os planos estaduais não consideram, e de alguma forma tem que entrar isso, como que os Estados vão se adaptar às questões de mudanças climáticas, nós estamos trabalhando com planos de vinte anos, trinta anos, e que de alguma forma os Estados tem que trabalhar essa adaptação. Propor indicadores de monitoramento, então, todas as metas, todos os programas tem que ter indicadores, não adianta você ter um programa se você não tiver como monitorar, o sistema de monitoramento tem que estar dentro do Plano, como eu comentei a pouco, dentro dos problemas, não é? O sistema normalmente, o Plano fala que vai desenvolver depois, e não desenvolve. Então, esse é um ponto. E um outro ponto que, aí entra até na execução que tivemos a pouco, antes da reunião também, definir quais são as documentos efetivamente considerados para a aprovação do Plano, aí é um ponto que parece ser óbvio, mas é o plano todo, ou é o documento consolidado? Então, se o plano tem um documento consolidado no final, esse é o Plano ou é a totalidade dos documentos? Então você tem citando um exemplo aí, de um plano de bacia, que é o que está mais claro na mente nossa aqui, que é o plano do Paraguai, você tem o produto final, e você tem uma série de produtos que são desenvolvidos no caminho, esses produtos são muito mais detalhados do que o documento final. Nesse caso, o documento final tem bastante detalhe, mas no caso dos Estados, às vezes, se faz uma síntese, se faz uma consolidação, um documento, às vezes, de cinquenta páginas, de cem páginas, que faz uma síntese de duas mil páginas, e nessa síntese muito do que está dentro dessas duas mil páginas antes, não está lá. Então o que acontece? De repente, você aprova um documento que não tem um plano de ações, que não tem nada, mas de repente esse plano de ações está até detalhado, só que ele está detalhado lá atrás num documento parcial. Então, nos Estados acontece isso bem claro você ter essa síntese, às vezes, de cinquenta páginas, e essa síntese é o que está na internet, é o que está disponível, só que você olha assim, está lá só o título dos programas, aí você vai falar: poxa, mas não detalharam, mas a hora que você procura lá os outros programas, você vai ver que tem um documento lá parcial que teve o detalhamento do plano, do Plano de Ações, das metas, dos programas e, por aí vai. E, por fim, que foi o primeiro dos problemas que eu tinha comentado, é disponibilizar os documentos e informações para a sociedade. Eu acho que isso, em tempos de internet fácil, de sistema de um SNIR muito bom, com uma série de informações lá para o País, o mínimo que nós temos que ter, e aí não é nem... Apesar de estar citando o SNIR, o ponto não é nem para os SNIR, é para os sistemas estaduais, nós tínhamos que ter, cada Estado tinha que ter... O mínimo que cada Estado tinha que ter é o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos no seu site, e a maior parte não tem, ou não tem ele todo, ou tem um documento só, ou, de repente, é até difícil de achar, alguns deles são difíceis de achar, você tem um monte de *link* para ir entrando até chegar no documento do Plano. Então, o mínimo que cada Estado tinha que ter era exatamente a divulgação do seu Plano Estadual. Então, essa é mais uma diretriz aí, indicada aí para os Estados. E, é isso aí. Então até agora, acabei delongando-me um pouquinho mais do que eu tinha imaginado, mas aberto aí a discussões, sugestões, o que quer que seja para as próximas etapas do trabalho também.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Bom, agradecer o Leonardo, a apresentação. Antes de passarmos para os comentários gerais, eu queria só complementar um pouco da apresentação do Leonardo, que nós conversamos, nós poderíamos dizer, assim, que esse instrumento Planos, tem uma série de patologias, como um todo, um conjunto de patologias, e que realmente o diagnóstico dele é bastante amplo. Algumas coisas nós comentamos, mas ele já está fazendo isso um pouco mais estruturado no sentido de que está vendo os documentos, a documentação que existe de fato. Mas, não tem muita novidade, vamos dizer, assim, em termos de percepção nossa quanto aos problemas que esse instrumento tem, e que isso acaba se refletindo na baixa taxa de implementação do conteúdo desses planos. Uma reflexão que fazemos dentro da ANA é que nós, por exemplo, na ANA, de 2004 para cá, mais ou menos, nós já fizemos dez planos, mais ou menos. E, por exemplo, o São Francisco, foi em 2004, e renovou agora, ou seja, a Agência, a primeira experiência que tem, os Estados estão, alguns estão fazendo a sua segunda versão. Então, essa taxa de crítica ao plano, o único Estado que tem é São Paulo, por exemplo, que já foi citado aqui, que tem um instrumento que achamos interessante, já sentiu que é a questão da pactuação, que tem um caminho lá dentro para fazer essa pactuação, para que realmente as ações tenham comprometimento daqueles responsáveis pela pactuação. Então, os diversos, eu anotei só alguns destaques nossos, talvez, a Luciana possa me complementar, a questão dos cenários, como é que eles são usados, gasta um tempo bastante grande, e depois não são usados para monitoramento, talvez pudéssemos passar para ferramentas mais objetivas, como simulação Monte Carlo, coisa do tipo, que traria quantitativos, números mais, vamos dizer assim, utilizáveis também depois no monitoramento do Plano. A questão que mudanças climáticas, que ele citou, mas não apenas para mudanças climáticas, que é uma questão de abordagem também metodológica, mas para outros assuntos, também a questão de gestão de risco, talvez, no lugar de ficarmos fazendo muito cenário, nós trabalharmos mais com a gestão de a risco no Plano, uma vez identificado conflitos potenciais de risco, situações potenciais, você pensar, não, um conjunto de ações contingenciais, que talvez precisem ser preparadas de alguma forma, ter uma estrutura básica preparada. A questão dos Sistemas de Informações e, aí, vem toda a questão da transparência, coincidentemente, eu li agora em outro curso ali, um texto sobre agências regulatórias de saneamento. Então, quando você pega um item, uma pessoa fez um trabalho lá, um Item transparência é um Item bastante deficitário, é bastante deficitário, e transparência em termos de governabilidade, quando você fala de participação ampla, não apenas participação... Mas participação de diversos órgãos, diversas instituições, setores, a sociedade civil, a transparência é fundamental, senão você acaba tendo uma participação capenga, pontual, que não gera legitimidade necessária que se imagina de um processo desse. Outro ponto que temos visto bastante, que poderia otimizar muito é esse vínculo entre, vamos dizer, bacias maiores, e seus afluentes, ou mesmo entre o conjunto de bacias no Estado, e depois que teria uma visão mais estratégica, e os afluentes que tenha uma visão mais operacional, mais focada na gestão do recurso, enquanto que um Plano Estadual já tem uma visão mais focada nos instrumentos de gestão, na política de recursos hídricos, na governabilidade. Então, essa divisão entre o nível estratégico e operacional, pode tanto para o Plano Estadual, para os Planos de Bacia, como também a interligação em que os planos, que nem falou... O Leonardo colocou no princípio, uma Resolução que diz todo o Plano de Recursos Hídricos tem que ter cenário. Então, de repente, um plano de bacia afluente pode se aproveitar, se apropriar de um diagnóstico do cenário de uma bacia maior e detalhar para as suas especificidades, ou do cenário do Plano Estadual, e ali detalhar as suas especificidades. Então essa questão, esse conjunto de programas, hoje, nós fazemos a crítica, vamos dizer assim, por ter passado por diversos planos, por ter visto uma baixa taxa de eficácia, vamos dizer assim, nesse instrumento, e que ter uma oportunidade de se fazer um rearranjo, vamos dizer assim, pensando que ele se torne mais efetivo, se torne um pouco mais barato também, que certos planos não se justifica dois anos para alguns planos, alguns sim, lógico, que para alguns, dois anos é até pouco, talvez, dependendo da dimensão, mas uma vez que aquele plano, aquela região foi bastante discutida, trouxe elementos setoriais, vai fazer um detalhamento, aí fica no afluente lá discutindo elementos que acabam mais atrasando a implementação de uma gestão, do que enriquecendo a gestão propriamente dita, que o que nos interessa no final é você poder gerenciar o recurso. Então, deixo aberta a palavra agora para quem quiser se manifestar.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Então, vou começar enquanto ele anota ali. Enquanto ele anota ali, eu vou aproveitar para começar. Bom, em primeiro lugar, eu quero parabenizar essa iniciativa, porque nós vimos passando por um aprendizado ao longo dos anos. Eu lembro que me lembro que trabalhei em um dos primeiros, eu não sei exatamente se foi o primeiro, mas foi um dos primeiros, com certeza, EIA/RIMAS no Rio Grande do Sul, era uma obra de hidrelétrica, veio aquela Resolução CONAMA 0186, e nós tínhamos que fazer EIA/RIMA, e daí? O que é isso? Aquela receita de bolo, está, e o que fazemos com isso? Mas, nós vamos ter que conversar com o pessoal da Biologia lá, e daí? Sociologia, o quê que é isso? Então, não se trabalhava, em hipótese alguma, com equipes multidisciplinares, era uma coisa muito... Não se imaginava mesmo. E, Então, nós começamos essa trajetória, vimos aprendendo e, aí, veio a Lei de Recursos Hídricos, Planos de Recursos Hídricos. Mas, já tinham... Antes da Lei, já tinham ocorrido outros planos, que nos fizeram pensar e raciocinar muito, inclusive nesse próprio entendimento do que seria auxílio ao próprio EIA/RIMA, como também o planejamento, o plano mesmo de recursos hídricos. Então, tudo é um processo de aprendizagem, que informação é necessária? O que é isso? Aí veio a Lei com esses três recortes. Está, o que é isso? A primeira coisa que passou pela cabeça de quem trabalhou com o plano, que o Plano Estadual tinha que primeiro olhar todas as bacias para depois pensar. Então, eu acho que esse trabalho que a ANA encomendou, e está muito bem conduzido, meus parabéns, Leonardo. Mostra uma necessidade de reunir essa informação, organizar essa informação, organizar esse processo de aprendizagem. Com certeza esses relatórios, eu vou levar lá para minha Pós-graduação, porque é um processo de discussão extremamente rico, que com certeza vai ajudar a formação de gestores um pouco mais críticos e capacitados com relação a esse tipo de coisa. Um ponto, como tem muita gente para falar, eu vou falar de um ponto que eu acho importante, e que é a questão da equipe dos órgãos gestores, não só em número, mas eu acho que a equipe, quando ela é permanente, e para isso tem que ser membros efetivos, traz um *upgrade* muito grande no processo de planejamento, porque a equipe permanente, ela está debruçada e permanentemente trabalhando as questões, detectando falhas, declarando necessidades. Enfim, e, portanto, tem conhecimento dos *gaps,* onde falta informação, que tipo de informação, e esse processo auxilia muito. Quando temos uma equipe muito reduzida, e nos Estados isso é muito frequente, o meu Estado até pouco tempo era quase nada, para não dizer dois, para fazer uma gestão no Estado, a contratação vem, e você fica à mercê da equipe que foi contratada temporariamente, pode ter sido eventualmente uma excelente equipe, e pode ser uma equipe que não tem tanto comprometimento, que apresenta um relatório bonitinho, e acaba sendo aceito. Então, eu acho que é excelente esse ponto que o Leonardo coloca, de que os nossos planos realmente precisam pensar em gestão, primeiro, vamos olhar como está a estrutura, porque sem estrutura não tem como fazer gestão. Tem que fazer isso, tem que fazer monitoramento, tem isso, tem aquilo, mas e a equipe, quem faz? Então, efetivamente para que a gestão possa ocorrer, eu achei que esse ponto foi um dos mais importante. E o segundo que eu entendo fundamental é a questão que ele colocou ali, e que nós, inclusive debatemos no Plano Nacional, que é o comprometimento. Então eu achei bacana, porque essa é a pergunta, como fazer com que os diferentes atores se comprometam, ou seja, tem que ter uma etapa mesmo formal, de assinatura, de protocolos, eu não sei se só uma oficina, talvez a criação de um documento interno de Governo, um protocolo, alguma coisa que saia no Diário Oficial, colocando a responsabilidade de cada um, o quê que faz, só que para isso, o que precisa? Precisa, no detalhamento, trazê-los, assim: de que maneira isso pode ser feito? Qual é a capacidade de fazer? O que precisa talvez para melhorar essa capacidade? E, aí, vem o detalhamento, e até a complementação do próprio Plano, não é?

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** Agora, eu estou lembrando até da oficina que tivemos do Plano Nacional que, às vezes, o povo acaba tendo até medo, da oficina que tivemos em setembro, e eu lembro que teve um dirigente, não vou falar nome, mas quem estava vai lembrar, teve um dirigente de órgão gestor que foi comentar na oficina, que íamos discutir metas, e ele falou: “não, não quero metas, não pode ter meta no Plano Nacional, porque senão vamos ter como sermos fiscalizados”, eu falei, ele foi sincero, e ele realmente é de um órgão que não tinha muita capacidade de execução nesse caso. Mas, tem que ter meta dentro de uma capacidade do órgão de executar. Não é? Não é que não tem que ter, como no caso dele: “não quero que tenha, para não ter como ser fiscalizado”. Mas é isso.

**A SRª. MARIA DE FÁTIMA (MMA) –** Vou falar rapidamente, só sobre os princípios na questão da gestão de recursos hídricos, porque o que ele falei, eu concordaria com muita coisa, mas eu ficaria em dúvida de muitas coisas, sabe, Leonardo? Porque Plano é um negócio extremamente, todos nós sabemos, a ANA que tem que participado de vários planos sabe muito bem, eu fico tranquila de falar sobre isso, porque eu não participei da elaboração de nenhum desses planos recentes, então a crítica não me atinge no sentido de eu ter participado, ou da elaboração de Termo de Referência. Mas, eu tive a oportunidade recente de tentar analisar o que seria um procedimento de um Plano Estadual de Recurso Hídricos num Estado como o Estado do Pará, que aparentemente é colocado, pode ser colocado equivocadamente como um Estado que não precisasse de um Plano, porque ele não está numa situação de gestão, vamos supor, atual. Mas, na realidade, o Estado do Pará, quer dizer, ele exige um Plano no sentido de que existem intervenções de usuários de recursos hídricos que precisam conversar dentro do Plano. E, aí, a primeira coisa, quer dizer, é preciso ter cuidado na hora de analisarmos planos e dizermos: “não vamos mais fazer isso”, porque pode ser que não seja aquele plano que tenha sido inadequado, mas isso não possa ser retirado. Em segundo lugar, nós precisamos lembrar que o Plano não nos pertence, ou seja, não nos pertence, eu digo os órgãos de recursos hídricos, o Plano de Recursos Hídricos é um plano que envolve intensamente os setores usuários, fala na vida deles, do dia-a-dia. E quem entende do setor de usuários, nós entendemos? Eu acho que o setor de usuários se entendem mais do que nós, por exemplo, a mineração entende muito mais dos problemas de mineração do que nós, eu, pelo menos, me coloco de uma forma muito humilde nesse sentido quando eu vou falar de mineração, de recursos hídricos, eu vou lá para o cara de mineração, e muito humildemente eu pergunto: “quais são os grandes problemas?” Eles tem que estar envolvidos, então o Plano de Recursos Hídricos é dos setores, e nós participamos como coordenadores. Então, é importante que esses setores de usuários estejam participando desde o início, desde o início nos termos de referência, inclusive. Eu, para entender o parágrafo, conversei muito com o pessoal da mineração, para entender o que seria, conversei com o pessoal também dos recursos hídricos, que fizeram diagnóstico, quer dizer, e verifiquei que na minha visão muito macro, de cima, eu tinha uma visão errada do Estado do Pará, que não tem conflitos, existem conflitos no Estado do Pará que já exigem um plano, a visão é a seguinte, você vai fazer um voo macro, e você vai entrar com detalhe onde existem conflitos, mas que eles já exigem um plano, exigem com diagnóstico. Eu acho que o diagnóstico é fundamental, não se pode trabalhar com um plano estadual sem um diagnóstico. Agora, você tem que aproveitar o máximo de estudos já existentes, é lógico, concordo com essa ideia que vocês estão colocando, de diagnóstico prévio, agora, com a participação, desde o começo, dos usuários, para que nós não cometamos o erro de estar dizendo o que os usuários sabem, que nós não sabemos. Nós temos que ter essa clareza de que eu não sou do setor hidrelétrico, por exemplo, eu não entendo mais do que o setor hidrelétrico sobre hidrelétricas não, eu entendo de recursos hídricos, e eu sou obrigada a entender da interface entre os diversos setores de usuários, então é fundamental que eles participem desde o começo desses planos. E outra coisa, Leonardo, é que você falou do plano do Estado do Ceará, há muitos anos atrás, era um dos planos mais bem elaborados, o Nordeste está passando por um processo de crise muito séria, que nós sabemos, de escassez hidrelétrica, então talvez essa dificuldade de ele não ter um plano recente, até porque vão ter que rever tudo. Mas, era um dos planos mais bem feitos, foi feito há algum tempo... Passado, foi o plano do Estado do Ceará, que você falou que tinha só um diagnóstico, na realidade existe um plano muito detalhado.

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** Talvez, na hora você não tenha pegado o que eu comentei. No caso do Ceará, eu nem analisei o Plano, porque ele não disponibiliza na internet, não tem plano na internet. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Eu estou te afirmando, você está falando: “não sei”, eu estou te afirmando, o Plano Estadual do Ceará não existe na internet, ele existe executado, mas ele não existe na internet.

**A SRª. MARIA DE FÁTIMA (MMA) –** Eu não sei, porque pode ter outro nome.

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** Eu estou te afirmando, não é “não sei”, eu estou te afirmando. Acredita.

**A SRª. MARIA DE FÁTIMA (MMA) –** Agora, sobre essa questão, porque eu estou agora trabalhando com a base de dados de Ciência e Tecnologia das universidades, e quando eu pesquiso no Google um determinado estudo, eu não encontro, quando eu encontro no sistema de informação das universidades, eu encontro o estudo. Então, às vezes, a nossa pesquisa não foi tão intensa, é só isso, eu tenho dúvidas sobre isso. Eu queria dizer o seguinte, que é fundamental que os parceiros participem dos planos, sejam eles estaduais, sejam eles de bacias ou seja ele nacional. Só lembrando que o Plano Nacional recém-aprovado tem basicamente três grandes parceiros, que é a ANA, o Ministério do Meio Ambiente e a CT-Hidro. Você está entendendo? Então, eu acho que é importante, porque para nós aprendermos com eles, de antemão, o que é o melhor para fazer com relação a recursos hídricos, nós não sabemos totalmente. Só princípios mesmo.

**O SR. MÁRCIO DE ARAÚJO (ANA) –** A minha observação é muito parecida com a sua, só um exemplo. Márcio de Araújo da Agência Nacional de Águas. Que ficou bem parecido com a sua colocação, eu queria trazer só o exemplo aqui do Plano daqui do DF, o Clímaco vai lembrar da aprovação do Paranaíba, quando nós tivemos o Plano do Paranaíba, no Plano do Paranaíba tinha uma proposta de enquadramento, e quando vimos discutir aqui no DF, não, essa proposta de enquadramento não é factível, não tem como o Descoberto ficar com essa Classe 2. Durante a etapa do Paranaíba, nós não enxergamos um planejamento muito importante, que está dentro do planejamento urbano, que é a área de crescimento, ali o Melchior, ele vai receber no planejamento aqui do DF, um milhão de habitantes. Então, a carga desse um milhão de habitantes, que não tínhamos no nosso cenário planejado no Plano do Paranaíba, nós não tínhamos captado isso, nós fizemos uma proporção de crescimento da população, e lançamos aquele impacto no Melchior, que lança ali no Descoberto. Então esse planejamento, ou para onde eu vou crescer, é muito... O Plano de Recurso Hídricos Estadual é muito parecido com o Plano de Desenvolvimento, que vai trazer a linha para o Estado para o seu crescimento. É isso que eu queria abordar. Então, se nós não conseguimos trazer para o Plano de Bacia esse planejamento, nós temos muita dificuldade no Plano de Bacia. Então, era só esse *link*, trazer essa nossa experiência no Plano do DF, quando fizemos o Plano do Paranaíba, e a importância de se ter um planejamento e uma sinalização do Estado, sinalizando para onde que ele vai crescer, qual é a perspectiva dele. Só isso.

**O SR.** **JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) –** Bom dia a todo. Primeiramente parabenizar o Leonardo pelo trabalho até agora apresentado. Fico feliz de uma gestora pública dizer que a solução está no usuário, e não em outro lugar. Eu acho que é uma coisa que vemos aí, nos últimos dez anos, trabalhando bem forte, dentro do setor industrial, de que nós temos que contribuir com a solução do problema, e nós temos muitos casos de solução de problemas, basta ligarmos um para o outro, fazermos uma amizade, tomar um chope juntos, porque, muitas vezes, nós temos debates intensos aqui, mas o intuito é de todos crescerem, nós não queremos parar o processo, como as pessoas andam pensando. Na verdade, nós queremos contribuir para que o Brasil cresça de forma sustentável, e que todos saiam do problema de miséria que vivemos. Eu queria reforçar uma coisa que o Leonardo falou, Mitre, Leonardo Mitre, que, assim, eu tenho experiência na área de consultoria de EIA/RIMA, nós gastamos oitenta por cento do esforço, dinheiro e tempo, para fazer diagnóstico, em vez de focar oitenta por cento na avaliação de impacto e nas ações de mitigação. Eu acho que o Plano, como você colocou, faz isso, eu gasto oitenta por cento do meu recurso e do meu tempo em diagnóstico, ao invés de gastar oitenta por cento de recurso e tempo em identificação de impacto, planejamento e ações. Como no teu trabalho terão recomendações de escopo e de atividades, eu acho que é bom focar nisso, de que os planos de bacias, ou os planos de recursos hídricos, seja ele estadual, de bacia hidrográfica, enfim, seja qual nível, ele tem que primeiro explorar o que tem no Ibama, ou explorar o que tem nas indústrias, ou nas grandes produções agropecuárias, porque se uma indústria passou por um licenciamento, ela fez um diagnóstico. E, aí, vai também um... Não é um puxão de orelha, para o Governo, mas é mais um incentivo para que avancemos nesse ponto. Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente tem aí um trabalho muito forte na parte de Zoneamento Ecológico Econômico, onde o diagnóstico, ele é parte fundamental para que o zoneamento tenha efetividade. Então eu acho que a ANA tem que trabalhar junto da Secretaria que trabalha com o Zoneamento Ecológico Econômico, para fazer o seu planejamento de água, eu acho que... Eu não sei se é só na CNI que isso acontece, nós somos CNI, SESI, SENAI e IEL, e a CNI faz trabalho que o SENAI não sabe, o SENAI faz trabalho que a CNI não sabe, às vezes sobrepõe um ao outro e, às vezes, um complementa o outro, e nós não sabemos, eu acho que isso só acontece na CNI, eu não sei se isso acontece no MMA, na ANA, não sei, na CNI, eu tenho certeza que acontece, mas eu acho que é um dever de casa que temos que fazer, nós temos que parar com essa... Lá na CNI tem muita briga de ego, então os egos atrapalham o desenvolvimento, na CNI, eu tenho certeza. Então, eu acho que essa chamada no trabalho, eu acho importante, viu, Leonardo? Outra coisa que você comentou, e que eu acho que nós temos muito estudo em outras áreas do conhecimento, é a questão de priorização, questão de resolução de conflitos. Eu sou da área de meio ambiente, mas eu fiz um mestrado no ITA na área de engenharia de produção, cara, o que eles tem, o que a área de produção tem de modelo multicritério de apoio à tomada de decisão, modelo multicritério para sinalização, modelo multicritério para priorização, cara, são cinquenta anos-luz na nossa frente na área de meio ambiente, eles estão muito avançados. Então, já que você vai recomendar, eu acho que vale dar uma estudada nessa questão de sinalização, de apoio, metodologia de apoio de critério a tomada de decisão, e eu acho que como nós falamos de meio ambiente e sustentabilidade, eu acho que a parte social, ela tem muita expertise em resolução de conflito. Então, eu acho que um dos grandes problemas de uso múltiplo é o conflito. Então se nós não nos aprofundarmos nessa temática de Resolução de conflito, nós não conseguimos avançar em ações de implementação de Plano de Bacia Hidrográfica. Eu acho que a Renova tem uma expertise muito grande nessa questão em gestão de conflito, eu acho que vale uma conversa com o pessoal da Renova para ver como que eles estão fazendo a gestão do conflito naquela região do acidente lá, e para enriquecer o seu trabalho. E eu acho que nós vamos avançar, eu acho que o que a colega do MMA colocou, para mim é a solução do problema, eu não vejo isso que você colocou como problema de ter diversos usuários, para mim é a solução. Quando... Eu vou finalizar. Quando eu entrei para a indústria, eu era da consultoria, e entrei para indústria, eu fiquei vislumbrado, porque eu não conhecia tanta solução de problema que a indústria fez, e eu tenho certeza que na agricultura, agropecuária, nos outros setores, pesca, turismo, eles tem solução para problemas que eles enfrentam, porque se eles não resolverem o problema, eles não geram riqueza. Então, eu sou obrigado a resolver o problema, eu tenho que resolver o problema para eu sobreviver. Então, eu acho que o Governo está começando a entender isso, e está começando a trabalhar junto. E para finalizar, eu queria colocar que é importante demais que esse tipo de trabalho, ele comece no Termo de Referência, a participação do setor na elaboração de termos de referência é primordial, porque ele vai poder dar um direcionamento melhor. E, aí, reforçando a minha fala de ontem, Jussara, para podermos melhorar a nossa atuação dentro da Câmara, eu acho que todo o trabalho que se tenha o objetivo de passar pela Câmara Técnica, ele tem que ir no Termo de Referência prever um sumário executivo, eu acho que... Eu não sei se o teu prevê um sumário executivo, porque é que eu nem eu falei, você ler um sumário executivo em dez dias é tranquilo, você ler um documento de 300 páginas em dez dias e ter uma análise crítica sobre aquilo é diferente. Mas, parabéns, Leonardo. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Espero que eu tenha contribuído aí para o teu trabalho melhorar.

**A SRª. MARIA DE FÁTIMA (MMA) –** Eu não quer tirar o valor da gestão de recursos hídricos sobre o Plano, ele é quem coordena, na minha visão quem coordena o Plano de recursos hídricos é, agora, ficar bem claro que a participação dos setores de usuários, até para eles mostrarem o que é correto fazer e o que não é correto fazer, como foi o caso da mineração. Então, para que nós tomemos as decisões corretas. É só isso. Quer dizer, a coordenação do Plano é dos Recursos Hídricos, isso aí não tem dúvida. Deixar bem claro, isso não enfraquece a participação dos usuários, pelo contrário, fortalece o sistema de gestão de recursos hídricos, e fortalece os planos, de tal forma que não cometemos erros de não ter considerado um planejamento setorial.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Só fazer um comentário aqui no Quadrielli, para darmos andamento, que tem a ver com a condução do próprio trabalho, nós temos consciência que nem tudo que vai sair dali vira resolução, tem alguns elementos que não tem a ver com resolução, com legalidade, tem a ver com a nossa própria prática. Então, alguns elementos que o João colocou ali, estão mais relacionados com a gestão do conhecimento, a própria questão que o Márcio colocou aqui: “ah, nós não levamos em conta lá a projeção de conhecimento”, isso está mais relacionado com a gestão do conhecimento na hora de construir, com uma conversa mais franca, às vezes, dos setores, de colocar mais dados na mesa, esses elementos todos, que é uma construção. Então, isso é mais prática do que regulamentação. Então, nós temos consciência que nem tudo daqui vira resolução, e resolução não resolve tudo isso. Então tem alguns elementos que identificamos na prática de planos que extrapolam essa questão. Só para podermos separar o tema, até para otimizar o tempo.

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** Só fazer um comentário rápido nos comentários dele aqui. Pode ser? Para o final, ou pode ser? É rapidinho.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** É melhor deixar para o final, porque ainda tem uma lista grande de participantes. É o Wilson. Ele está lembrando uma questão ali, tem um voo para pegar daqui a pouco. Não, pode falar, mas só para tentarmos otimizar o tempo porque ele tem um voo, nós estávamos prevendo que ele ia falar ontem à tarde, por segurança ficou de manhã, mas ele tem que embarcar meio dia.

**O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores) –** Bom, Wilson de Azevedo. Eu fico contente de ver que estamos nos debruçando sobre a melhoria dos planos, eu acho que isso é importante, agora eu acho que nós cometemos um erro, eu acho que é um problema até cultural nosso, as coisas aqui são feitas sempre de cima para baixo, está certo? Sempre de cima para baixo, o Brasileiro espera o Governo fazer tudo, se quebrar a calçada em frente à minha casa “isso é a prefeitura que tem que fazer, eu não conserto” então como as coisas são feitas de cima para baixo o Governo se acha dono da verdade, acha que ele define as políticas públicas, quando na verdade ele é apenas o implementador das políticas públicas que são definidas pela sociedade, nós temos essa confusão toda. Então os planos da bacia, ontem eu acho que eu já... depois do plano do Paraguai eu falei, quer dizer, são feitos, mas os municípios não são visitados, quer dizer, nós não sabemos os problemas dos municípios, e nós sabemos que o uso do solo é competência municipal. Então não tem como nós querermos fazer um plano baseado em só secundários, terciários, se nós não formos onde reside efetivamente o problema, eu acho que isso é fundamental para a melhoria dos planos. Dá muito trabalho, é muito caro? Isso é outra discussão não é? Bom, um outro ponto que eu queria reforçar, e isso eu falei ontem no plano do Paraguai, que foi mostrado um gráfico ali com comprometimento de recursos da ANA, 23 milhões dos órgãos gestores, 22 milhões, e eu perguntei para o Sérgio, escuta, e o compromisso, isso vai ser firmado? Porque se não, não acontece nada. E outra coisa mais grave, que é decorrente dessa nossa cultura de esperar tudo do Estado é o retrocesso na implementação das políticas, muda o Governo e a política de recursos hídricos deixa de ser prioridade. Então nós temos um retrocesso, muda o Governo, “ah vamos acabar com o conselho estadual de recursos hídricos” acaba. A ANA está tentando com um programa de pró gestão, pró comitês, induzir, vamos dizer assim, uma continuidade na implementação da política, mas nós temos que... é um absurdo, quer dizer, as políticas são leis, e essas leis elas não podem ser a cada Governo modificadas e haver retrocessos, eu acho que nós teríamos que pensar em algum mecanismo que obrigue o Estado a cumprir a legislação, parece que é bobagem, mas enquanto não tiver esse compromisso formal, nós vamos ficar à mercê de um Governador, de uma assessoria de um Governador, de um deputado, de uma assembleia legislativa, quer dizer, isso é muito ruim e prejudica todo ou um trabalho. Então é esse o comentário que eu queria fazer. Obrigado.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Obrigada Wilson, o próximo inscrito é o Márcio, já foi a intervenção, agora é o João Clímaco.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu acho que eu seria redundante se eu ficasse falando coisas aqui que foram muito bem contemplada pelas falas de quase todo mundo que colocou questões que poderão ajudar o nosso colega a melhorar e a contribuir para que os planos de bacias sejam mais eficazes e eficientes. Nessa linha eu devo informar a vocês, algumas coisas a mais que eu penso que podem ser pensado, alguns dogmas, eu chamo de dogma que se discute o que para mim as vezes parece má-fé, é separar a gestão de recursos hídricos ao mesmo tempo que se fala em articulação e integração, separa só porque existe uma nomenclatura e uma política pública de meio ambiente, se separa a capacidade de raciocinar a questão ambiental como usuário da água também, o ambiente ecológico usuário da água, e nessa perspectiva os planos parecem que reproduzem uma coisa que para mim as vezes parece má-fé, porque por trás disso tem toda uma lógica corporativa patrimonialista que permite que se crie um mercado de consultoria, um mercado separando o profissional, e essa multiplicidade fica restrita à questão ambiental, mas não é muito trabalhada na questão de gestão de recursos hídricos. Além de ser conceitualmente e cientificamente provado que não pode haver essa separação, o que existe é uma norma de gestão de tomada de decisão que não pode ser um cânone científico. Então os planos precisam acabar com esse dogma, porque eu tenho uma má impressão de quem reforça isso e fica falando que os planos tem essa separação tão rigorosa. Então eu pediria para trabalhar essa dimensão conceitual... toda vez que eu estou falando aqui esse telefone toca... Aí eu queria pedir para trabalhar essa questão conceitual que tem outros dogmas, mas só esse já dá o que falar. Tem outras questões, por exemplo, se recuperar a história dos planos, eu acho que seria interessante no seu trabalho, você trabalhar, resgatar um pouco a história da construção desses planos, eu participei de certa forma do Araguaia Tocantins, do Amazonas, do Paranaíba como membro do Comitê, e esse agora, e estou convencido que há uma incapacidade institucional generalizada de se colocar, se levar a sério, não só os planos, mas todos os instrumentos de gestão, o que quer dizer o seguinte, que a política de recursos hídricos não é uma política absorvida pelo Estado Brasileiro, e pior ainda pelos governos no sentido de que haja uma convergência entre o que está escrito e o que se deseja, sobre o ponto de vista da eficiência e eficácia. Aquilo que o Sérgio falou ontem que é (...) em questões que possam garantir a normatização e a eficiência para a sociedade sentir essa política bem consequente. Então não sei se você está me entendendo, temos um lapso muito grande, e aí eu vou ao encontro de um outro dogma, que eu chamo dogma, porque muitas vezes a comunidade de gestão de recursos hídricos age como se fosse um igreja, e daquelas igrejas evangélicas mais atrasadas, e o dogma que eu falo é o seguinte, a questão da capacidade institucional, isso foi bem tratado, você já levantou essa questão aí, mas eu penso que isso deveria ser um item mais bem focalizado nessa sua análise, porque a capacidade e incapacidade institucional não é uma questão que vem ao redor, no bolo das coisas como se fosse só um processo natural, a incapacidade e a capacidade institucional é uma opção política, eu digo isso lá no Nordeste, eu tenho tido dificuldades de vermos dificuldades dos órgãos gestores, e da própria Sociedade Civil, de fazer o ator político levar a sério a lei de recursos hídricos, entende? Então assim, nós temos que ter outros parâmetros, outras variáveis que vá ao encontro da ciência política, das ciências sociais para definir essas variáveis da capacidade e incapacidade institucional, porque ontem mesmo deu para notar isso, tem uma hora que é má-fé, tem uma hora que é falta de conhecimento e tem uma hora que é uma opção política, por exemplo, na Resolução 145 que veio consertar uma série de equívocos que nós brigamos muito aqui na plenária do Conselho, infelizmente eu estou me tornando um decano, eu espero que eu saia logo daqui, que seja o último mandato meu, mas nós estamos fazendo um esforço para que outras pessoas assumam isso de uma maneira politicamente de acordo com o que temos feito, porque aqui nós temos muitas ONGS que vem aqui para fazer negócio, e nós não fazemos negócio com o Governo, aí deixa eu te falar, a capacidade institucional tem muito a ver quilo a questão política, então essas variáveis políticas da ciência política tem que ser incorporada ao processo. E eu não vejo, às vezes, não é por uma questão da má-fé, talvez seja por falta de multidisciplinaridade de se trabalhar variáveis nessa linha da sociologia e tal para identificarmos nos planos, que aqui tem hora que você tem que colocar as pessoas para tomar decisão e assumir responsabilidade, e não ficar aquele floreio que os planos às vezes aparece, nesse sentido eu estou repetindo um pouco o que o pessoal está falando. Então no caso da Resolução 145, nós avançamos em algumas coisas, mas eu sinto que essa nova ideia de reformulação, vai passar por cima que a 145 poderia ter sido atendida e não foi atendida, por exemplo, aqui na 145 fala coisas que na Resolução, no plano de bacia do Rio Paraguai nós não estamos obedecendo, e não estamos obedecendo por quê? Por que a pessoa não sabe ler ou não sabe entender a 145? Não, é porque é uma questão política, política institucional, entende? Então como é que isso é trabalho, visibilizado no plano, aqui no artigo da 145 que fala exatamente daquilo que estávamos fazendo ontem, e que aqui vocês que eu falo eu não vou ser genérico, mas houve uma disputa de política para se passar por cima. Então a questão técnica fica... que é o parágrafo 2 do artigo 145, tem um parágrafo na 145, aliás tem vários parágrafos na 145 que foi uma disputa aqui nessa Câmara para colocarmos, inclusive a participação dos comitês de bacia, parecia que o plano de bacia era um instrumento, era um manual tecnocrático, e a questão da participação social no acompanhamento de todas as fases virou uma espécie de um termo bíblico, que todo mundo fala, mas pouca gente... entendeu? Na verdade, eu me lembro do que eu discuti muito, tem um colega seu na da ANA aqui, que eu não estou lembrado o nome dele, mas ele participou muito desse processo. Então a 145 avançou, e quando chegamos para cumprir a 145 não conseguimos cumprir. O que significa isso? A capacidade institucional, capacidade política. Aonde é que você vai propor no seu trabalho mostrar essa dimensão? Por conta dessa questão de capacidade política, incapacidade política, eu como sociólogo, eu não estou interessado no que está escrito, eu estou interessado no que está por trás do que está escrito, isso é ciência também, isso não é ideologia como muitos falam, isso é ciência, existe parâmetro, existe metodologia para se detectar isso, aí chegamos em uma comunidade de hidrólogos e ouve absurdos e mais absurdos. Então não sei se você está me entendendo, mas no caso do parágrafo primeiro do Art. 6º da 145, o que nós vimos ontem foi a discussão de alternativa de solução dos problemas fortalecendo a interação entre a equipe técnica e usuários de água dos órgão do Governo da Sociedade Civil, de forma a contribuir com o plano de recursos hídricos. Essas alternativas que nós colocamos aqui não foram respeitadas entendem, e são técnicas, foram estudadas pelo pessoal lá da comunidade acadêmica, então veja bem, existe uma dimensão bonitinha da Bíblia que está sendo escrita, os evangélicos, o primeiro, segundo, os evangélicos segundo (...) dentro da comunidade e existe a alternativa real, quer dizer existe um lado, então o plano não pode ser mais uma... quando se fala em peça de ficção é exatamente ficcionar esse processo político que está sendo no contexto, na conjuntura atual uma coisa extremamente mau trabalhada em várias instâncias de política pública, não só nessa, recuperando, reproduzindo um ambiente político a nível nacional de quebra de pactos em todos os níveis. Então eu espero que você tenha entendido o que eu falei porque o resto que eu tinha falado foi muito bem falado pelos usuários, pelo pessoal, e quem sabe essa Resolução não vá apagar o pouco de bom que nós conseguimos na 145. Porque não cumprimos nem o que tem de bom na 145, como é que estamos querendo fazer uma coisa nova, querendo consertar um problema, isso é uma tática do Weber, teórico da sociologia da burocracia que trabalhar essa dimensão da burocracia como coisa ruim, que atrasa o desenvolvimento da sociedade. Então vamos resolver seguinte, como no seu trabalho nós vamos ajudar a cumprir o que está na 145 de bom, e superar essas outras coisas que foram levantadas aqui. Eu espero que eu tenha demorado pouco, obrigado pela minha...

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Obrigado João. Eliana.

**A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria-Executiva do CNRH) –** Roseli, Secretaria de Recursos Hídricos. São duas questões Leonardo, quando sai um termo de referência, assim para planos da bacias, planos estaduais, normalmente eu sempre recebo alguma crítica em relação a águas subterrâneas, que os planos eles não dão enfoque necessários às águas subterrâneas. Aí eu queria saber se nesse seu levantamento você vai identificar ou identificou isso, e se seria possível você traçar algumas diretrizes para que isso não ocorra? Eu sei que os últimos planos que a ANA até coordenou lá no Paraná no grande isso foi de certa forma superado, inclusive a gestão entregada de águas (...) e subterrânea, mas tem alguns Estados que ainda não tem dado esse enfoque. E uma outra questão, é sobre as áreas de restrição de uso, porque eu identifico que, eu não sei se você também vai fazer esse levantamento que alguns Estados eles passam por aprovação nas Câmaras Legislativas, acho que isso acontece no Mato Grosso, e em São Paulo também, então eu acredito que em virtude disso, pode ser que isso seja um restritivo, um empecilho para que na hora de você propor alguma restrição de uso não se levante, não se aprove o plano entendeu? Então para evitar esse tipo de retaliação no sentido de você não levar adiante o plano, se opte por não colocar a restrição de uso, se isso você também você conseguiu levantar ou não? São essas duas perguntas.

**A SRª. DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (FONASC) –** Então eu acho essa avaliação bem importante e justamente para ter essa dimensão do atendimento às prerrogativas da lei 9.433, e a aplicação efetiva e real para o bem da sociedade. Isso foi bem interessante essa proposta de consultoria, eu achei interessante. Eu estou interessada ainda também nos planos da bacia, porque a variedade vai ser maior ainda. Eu concordo com você na questão da outorga, eu acho que essa Câmara Técnica e outras a CTCT aqui do Conselho deveriam dar uma dimensão melhor para a questão da outorga, que realmente todo mundo usa a mesma metodologia, na verdade, cada Estado usa uma metodologia diferente, e apesar de serem as clássicas metodologias, e não levam em conta a variação do pulso de inundação dos rios, que é fundamental para a questão da conservação de outros usos, como o colega da área industrial também falou, a participação dos usuários é importante, mas a participação dos usuários pequenos e dos povos e comunidades tradicionais, nas bacias ainda conservadas do País é fundamental. E isso, os planos não contemplam, e os Conselhos estaduais da recursos hídricos e os comitês de bacias não contemplam essas representações sociais como é o que estamos batalhando aqui nessa questão do plano do Paraguai. Áreas onde ainda existem povos e comunidades tradicionais, mesmo nas áreas urbanas ainda tem povos e comunidades tradicionais, elas são fundamentais porque além disso, a contribuição delas em termos de conhecimento tradicional é fundamental. Então a ONU já fala isso desde a década da água, que já finalizou a década da água, eu também não sei quais os avanços, quais foram os avanços nessa década no País é uma coisa interessante também para se estudar até academicamente. E existem métodos de outorga, de possibilidade, nós sempre reafirmamos que o João falou também a questão da natureza ser contemplada como usuário, justamente para levantar, aumentar o limite de conservação dos recursos hídricos, nós estamos em uma situação, eu considero como uma situação extremamente grave de conservação de recursos hídricos no País, não se tem limite, o setor agrícola, o setor de mineração, o setor industrial, o setor de energia hidrelétrica, não tem limites nenhum praticamente de aumento de uso dos recursos hídricos, é muito pouco estabelecido em função da conservação do próprio ecossistema aquático, e isso é chamada gestão ecossistêmica de recursos hídricos, que também é desde a década de 2000, que se tem trabalhos científicos sobre isso, começamos a discutir isso aqui no Ministério do Meio Ambiente, quando a Marina Silva era Ministra, foi uma discussão bem aprofundada com vários cientistas do Brasil inteiro participando, só que infelizmente não teve continuidade. Mas, eu acho que nós temos que refletir justamente por essa questão, nós estamos errando na conservação de recursos hídricos, isso é claro, em todos os níveis, então a questão da multidisciplinaridade, fundamental. E nós como ecólogos, qualitativos e quantitativos, e no caso ecológico, porque o ecológico é a junção de tudo isso. Então por quê? Porque se você não mantém a conservação dos processos ecológicos e hidro ecológicos, e geoquímico você deixa o Rio como um simples canal de retirada de água e lançamentos de esgoto. Então eu acho que nós temos que avançar nesse sentido, nós da área de ecologia podemos contribuir, ecologia aquática limnologia, porque trabalhamos exatamente isso. E temos que ter a noção do limite de uso, coisa que infelizmente na sociedade que nós vivemos, o pessoal, o setor elétrico quer usar 100% do potencial de uma bacia, e como que fica o potencial de geração, como que ficam os outros usos que dependem da navegabilidade, do fluxo de nutrientes e de organismos, de espécies em especial os peixes, então isso tudo tem que... se estamos em um nível de degradação dos recursos hídricos no País, é porque ninguém respeita como o colega Wilson falou, também ninguém respeita a legislação, e principalmente os Governos. E também a pressão e o poder econômico e político dos grandes usuários, em detrimento da conservação ambiental que é fundamental para manter a água em qualidade e em quantidade para os próprios usuários. Então é uma incoerência que nos está levando a um tiro no pé, e isso ainda mais agravado pelas mudanças climáticas. Então eu acho que o fundamental, a discussão da outorga, levando em conta, tem aquele trabalho do grupo do IPH, que é referência, que é o ideograma ecológico, eu utilizo ele muito, até hoje já, mais de 10 anos de trabalho, porque é o único que coloca uma outra opção para conservar rios ainda com certa conservação ambiental. Outra questão como o colega também da indústria falou, é a integração entre outras formas de planejamento, e ele lembrou do zoneamento é fundamental, a questão de diferenciação e separação de conservação de recursos hídricos e conservação ambiental, é também, eu considero isso um absurdo, cientificamente falando, a primeira coisa que você faz para estudar uma bacia é ver climatologia, pedologia, uso da terra, potencial erosivo, e qualidade da água, quantidade de água, você tem que ter essa base, tudo bem que não precisa ter em todos os planos, mas pelo menos o primeiro plano tem que ter isso, tem que ter essa informação mais detalhada possível, com a maior informação possível, você não fazer isso, como nós também comentemos esse erro no plano do Paraguai, uso da terra é fundamental, o zoneamento no Mato Grosso não está aprovado, mas Mato Grosso do Sul tem os planos diretores municipais, então todos esses planos tem que ser feitos, levados em conta. Eu imagino que nós tenhamos que avançar nesse sentido, a participação da comunidade científica local também foi colocada aqui, tudo bem você faz um plano com o consultoria, com a participação dos Conselhos estaduais da recursos hídricos, mas a informação científica local, ela é muito rica, o colega também mencionou isso, e ela deve ser incorporada de alguma forma chamar, fazer reuniões específicas para ter essa contribuição, porque no caso, por exemplo, do plano da bacia do Paraguai a expertise local é muito grande, a quantidade de trabalhos científicos é muito grande e isso tem que ser levado em conta, para obviamente se pautar pela excelência e pelo conhecimento mais atualizado possível. Então eu acho que deveria ter uma etapa de avaliação desse plano de uma forma multidisciplinar, e com a participação da comunidade científica local, no caso estadual, ou de bacias. Essa questão dos limites te de uso, volto a dizer, eu acho fundamental e o limite de uso tem que ser a sustentabilidade e a conservação dos recursos hídricos e do ecossistema aquático, isso eu acho que tem que ter um limite, os setores de grandes usuários tem que colocar isso como uma etapa fundamental, qual vai ser o limite que eu vou utilizar a água para irrigação, ou para geração hidrelétrica sem comprometimento dos demais usos e do próprio uso do ecossistema. Isso é fundamental, isso eu acho que para mim é responsabilidade, é uma visão moral de se respeitar realmente o recurso água enquanto recurso e bem público, enquanto conservação de usos múltiplos. A questão de usos múltiplos, eu acho que é fundamental, porque está prevista na lei. Gostei também da discussão da Resolução de conflitos e dos modelos multicritério, inclusive nesse trabalho o pessoal da ANA pode falar melhor, esse trabalho científico que está sendo realizado na bacia do auto Paraguai com coordenação da EMBRAPA Pantanal, ele leva em conta esse modelo multicritério, é muito interessante e já tem uma expertise também no grupo de utilizar esse modelo em outros estudos, dentro do âmbito da região Pantanal. A participação dos municípios é fundamental também, justamente pela questão da legislação do uso do solo e um fator fundamental, que eu coloco também, concordo com o que o Wilson falou, o Estado, como que nós fazemos para o Estado respeitar as decisões científicas, as indicações científicas, é a mesma coisa que um médico, o médico fala para você, você não pode fazer isso, porque você vai ó vai ter tal doença ou tal problema de saúde, e mesmo assim nós colocamos isso cientificamente , tecnicamente como um especialista na saúde ambiental, no caso, e isso não é levado em conta, é apenas a questão política econômica, nós estamos indo ladeira a baixo totalmente, o País que é detentor de 12% da água do planeta, 11% que seja, nós estamos simplesmente destruindo de uma forma irresponsável, e imoral, principalmente nos Estados de maior desenvolvimento econômico que está agregado à maior degradação ambiental, que é incrível isso. Para terminar, só isso, desculpa, só isso mesmo, a área de restrição de uso eu acho fundamental, para finalizar, porque ao contrário do que foi dito, as áreas de restrição de uso que estão previstas na lei é fundamental para dá esse limite, que infelizmente os grandes usuários nem sequer querem discutir esses limites, então eu acho que é fundamental, e a possibilidade de se discutir obviamente multidisciplinarmente e de uma forma ampla com a participação da Sociedade Civil, essas áreas de restrição de uso. Obrigada.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ) –** Ricardo, Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e Rio de Janeiro. Bom nessa estratégia aqui que eu ouvi de aperfeiçoamento contínuo de planejamento, foi comentado que o Estado de São Paulo adotou a estratégia de pactuação no plano 2012 e 2015. Essa estratégia ela se repetiu no plano seguinte 2016 e 2019, e de fato foi um elemento positivo. Entretanto, a questão da sinalização e prognóstico foi um tema que não foi suficientemente explorado nesses dois planos, 2012/2015, 2016/2019, acertamos a rota, fizemos adequações e para o plano 2020 e 2023, Plano Estado de Recursos Hídricos de São Paulo, está prevista uma contratação para prognóstico e nesse sentido fica a dúvida se esse estudo contratado pela ANA, feito pelo Leonardo qual seria o prazo da entrega dessas orientações, diretrizes, possíveis modelos de sinalização? Isso estaria disponível a partir de quando? E reforçando que isso é importante para o Estado de São Paulo, mas é importante para outros Estados também que tem a difícil missão de pensar e disponibilizar material metodológico, para os Comitês de Bacia. Isso é importante para todos. Obrigada.

**A SRª. ROSANA –** Bom, então são só alguns comentários também dentro do que algumas pessoas já falaram, mas em relação a essa questão de meio ambiente, de relacionar com o meio ambiente e uso do solo, eu acho que é questão fundamental. Eu fiz recentemente uma segunda graduação em Geografia e eu fiz a monografia um pouco sobre isso, puxando para a visão da gestão territorial, e uma das coisas que eu observei nesse estudo, é que a nossa gestão na verdade por bacia, mas os nossos instrumentos, eles basicamente, eles se refletem apenas na calha do Rio. Então assim, isso eu acho que daí já gera todo esse desconforto de nós tentarmos resolver problemas que não conseguimos com os nossos instrumentos, e aí dentro disso assim, eu acho que dois instrumentos, não necessariamente instrumentos, mas dois aspectos que podemos avançar bastante ainda, que eu acho que consegue unir essas três políticas meio ambiente, recursos hídricos e uso do solo, é o enquadramento e a área de restrição. Então assim, acho que nós precisamos avançar ainda muito nisso, nós até comentamos bastante ontem sobre a área de restrições, e eu acho assim, nós tentamos avançar um pouco ali no plano do Paraguai, nós vimos que tem muita coisa ainda para fazer, nós temos coincidência disso, tentamos colocar o máximo possível, mas sabemos que isso tem que ser estudado bastante, mas eu acho que é um ponto onde podemos conseguir juntar um pouco isso. E aí também a questão do município também fundamental que participante mais assim. Eu participei um pouquinho do Paranapanema bem no início, e o Paranapanema tem um envolvimento muito grande dos municípios assim, então de repente poderia nesse estudo tentar verificar quando for falar de bacia, claro o estadual também, mas verificar onde tem mais participação do município, se isso interfere em alguma coisa também, pode ser algum ponto aí de estudo, e nós acho que podemos avançar em outros instrumentos também para ter essa visão mais abrangente de outras políticas, foi um pouco do que estamos tentando fazer no Paraguai também com esses estudos das hidrelétricas, que é ampliar um pouco o que a outorga precisa olhar, então assim, eu espero que esse estudo consiga avançar um pouco na outorga também. E só em relação também ao pró gestão e os Estados, também trabalhei um pouquinho no pró gestão também bem no início, e a primeira coisa que identificamos foi que os Estados precisam, tem a questão da equipe permanente é um problema. Então você não consegue começar nada sem a equipe permanente, alguma coisa pequena ajudou, alguns Estados estão até confirmei com o Léo do Mato Grosso do Sul, alguns Estados conseguiram contratar pelo menos bolsistas, mas nós sabemos que isso não é suficiente, e o próprio recurso do pró gestão ele também não era suficiente para isso, então assim, acho que isso é uma coisa importante assim de verificar, e aí dentro do que foi falado aqui da pactuação pós plano e da importância dos usuários participarem antes também, e toda a questão da participação, talvez não sei como chamaria isso, mas antes do plano tem uma espécie aí de pré pactuação, vamos dizer assim, ou seja, tem essa participação ela não só no momento lá de elaboração do plano e de reuniões públicas, eu acho que essa parte da participação pública, ainda precisa dentro do plano precisa ser recompensada, porque é claro que tem que sempre o comitê participando tudo isso, mas ela precisa ser mais ampla também, e aí de repente já fazer dentro do diagnóstico, quem está envolvido, qual a capacidade de atuação, e aí não só dos órgãos gestores, dos outros entes também que participam. Eu acho que isso aí pode dá um bom estudo, qual o tamanho do plano que podemos fazer, começar daí. Só isso.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (CNRH) –** Prometo que serei rapidinha. Eu queria reforçar a parte da questão da informação dos diagnósticos, que na verdade eu tenho trabalhado com os comentários da Débora, extremamente pertinente, ideograma ecológico nós já tivemos resultados no Rio Grande do Sul, trabalhos desenvolvidos exatamente para o Órgão Gestor ambiental, para onde apoia o licenciamento, nós trabalhamos com vazão ecológica, o professor André também trabalhou nesses mesmos trabalhos, e justamente dando apoio a esse outro lado, até onde é interessante, até onde o impacto é sustentável, eu acho que essas coisas são importantes, e depois uma outra experiência que tivemos e que temos trabalhado e defendido que é entre aspas o diagnóstico, são todos os mapas, toda a informação especializada ela tem condições de ser atualizada constantemente, então esse banco de dados, ele é apoio para o zoneamento ecológico, é apoio para o plano de desenvolvimento estadual, é apoio, essas informações básicas, elas podem ser geridas de uma maneira mais com maior sinergia, e, inclusive aproveitando uma ideia como ela colocou, gostei da ideia, pré pactuação de chamar os diferentes atores da indústria, daqui, dali, porque todos tem informação, a informação ela está dispersa. Então ter uma base de dados, e aí aquela questão da agência de bacia, essa instituição que possa servir de apoio para os diferentes outros sistemas de gestão, de outros setoriais, eu acho que isso é o sistema de recursos hídricos tem condições de fazer isso em sinergia, aproveitando parceria com o sistema ambiental e os demais sistemas do Estado. Eu acho que também, enfim acho que aquela experiência que nós tivemos de com o Rio Uruguai foi extremamente útil para visualizar isso da informação desagregada porque depois é uma questão de usar um modelo multicritério para esse objetivo, para aquele outro objetivo, de identificar e poder hierarquizar informações, regiões mais ou menos críticas de acordo com o objetivo da análise. Então eu acho que isso talvez seja alguma coisa que possa estar contida no plano exequível desde que tenham pactuações. Eu acho que era isso que eu queria só complementar.

**O SR. ANDRÉ LUIZ LOPES DA SILVEIRA (Org. de Ensino e Pesquisa) –** É rápida. Eu acho que é uma falsa disputa essa história do meio ambiente versus recursos hídricos, mas nós temos uma realidade, eu até hoje não li nenhum (...), nenhum plano onde a parte ambiental tivesse realmente uma descrição ecológica, normalmente você ver uma lista de árvores, nomes científicos, uma lista de animais, e você não ver como que funciona ecologicamente a bacia, então se não sabemos como funciona, eu não sei de quem é a culpa se nós estamos formando maus biólogos ou formando mal as pessoas nessa área, (...) não são objetivas, elas tem um padrão, vão lá captura o bichinho e tal, pronto e faz uma lista, e isso é a descrição do ambiente não é ecologia, eu estou, por exemplo, tentando implantar e desenvolver uma metodologia de (...) nas cidades com um orientado meu, vai em busca, eu disse “vai em busca das biografias de briologia, teses, coisas, ver se consegue saber a dinâmica de alguma população animal em Porto Alegre ou arredores” a resposta é zero, nós não sabemos como que os macacos se movimentam, não sabemos como que outros animais se movimentam, como que é o peixe, pouco estudo na área, e claro a hidrologia faz parte da engenharia muitas vezes, o instinto do engenheiro é resolver problema, historicamente nem sei quem inventou o tal da (...), mas virou vasão ecológica, mas de ecológica não tem nada, nós sabemos, o próprio ideograma ecológico é muita hidrologia. E também na geologia, isso acontece, na geologia tem aquelas descrições imensas e... por que tem essa dificuldade de ter uma objetividade na questão de água subterrânea com água superficial, água superficial nós temos domínio, agora a pergunta pra um hidro geólogo como é que funciona, qual é o impacto que vai ter, é claro é muito complexo, mas também é uma descrição, aqui tem um poço tal, um teste bombeamento, tal dá o resultado, aí nós perguntamos, e daí como que isso pode ser usado em um planejamento? Então eu queria deixar esse comentário, que as vezes a engenharia, a hidrologia, recursos hídricos, pula na frente, principalmente recursos superficiais, porque está mais desenvolvido, e as outras áreas, eu acho que teriam que ter mais interesse, em não só ficar restrito ao seu pedestal científico, e querer colaborar, ou seja, vão fazer um esforço de fazer uma descrição ecológica de verdade, científica. Então era isso que eu queria comentar.

**(2:07:10) A SRª. NÃO IDENTIFICADA –** Eu só queria completar porque na 145, por exemplo, fala caracterização da bacia hidrográfica, aspectos físicos bióticos e socioeconômicos, e o pessoal eu acho que se prende à esse termo caracterização, deveria ser interpelações abióticas e bióticas.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA –** Só uma palavrinha que foi o que tentamos fazer com a metodologia desenvolvida no Rio Uruguai, quer dizer, lá nós conseguimos fazer, estabelecer relações que pudessem nos dá respostas mais significativas, com relação à questão da...

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Só sobre o cronograma, depois eu falo, não precisa abordar, que eu falo depois, aqui tem duas observações para fazer sobre cronograma e contribuições ao pessoal.

**O SR. LEONARDO MITRE (Consultor Especializado) –** A questão do cronograma é bem simples o que eu tinha colocado ali é que em termo de abril, maio está concluindo o trabalho, acho que é essa a previsão dos produtos. Primeiro agradecer todo mundo, eu acho que foi legal que teve uma discussão, eu acho que isso... eu vou tentar ser breve, até porque eu tenho que sair agora mesmo, infelizmente, mas se não continuaria a discussão mais longa aqui. Mas, legal obrigado, todo mundo pelos comentários, eu fui anotando bastante coisa anotada aqui para incorporar mesmo nas análises, nos comentários, nas próximas etapas do trabalho, mas eu acho que tentando resumir aqui o que eu consigo falar nesses cinco minutos aqui, eu acho que é uma pergunta que a Rosana colocou ali no final, qual é o tamanho do plano que podemos fazer? Eu acho que isso é o importante que dentro de cada plano, e aí isso envolve basicamente tudo ou quase tudo do que todo mundo comentou, eu acho que é esse o resumo dessa pergunta, que é a questão de o que nós temos de informação disponível, o que temos de apoio institucional para executar o plano, o que temos de apoio para pactuação, o que temos de tempo, vai em função de qual o tamanho que podemos fazer, o que podemos fazer, e concordo que tem muita coisa que gostaríamos de ir mais longe, mas por exemplo, aí eu vou pincelando alguns pontos, o que a Roseli comentou das águas subterrâneas, esse é um ponto que eu comento lá no relatório falando lá dos planos, mas que boa parte dos planos fala bem *en passant* da questão água subterrânea, *en passant* mesmo, mas a minha visão do que eu leio deles e tudo, é porque não tem informação, exatamente, e eu acho que aí é um ponto que temos que trabalhar na questão de águas subterrâneas, em gerar informação, então eu posso falar direto dentro do plano aí tem Estados que não tem outorga de águas subterrâneas ainda, tem a de água superficial e não tem de água subterrânea, então o que acontece? Quando você vai desenvolver um plano de bacia, um plano estadual nesse estado, você não tem informação de quais são os usos de água subterrânea no Estado, você tem uma série de cadastros, espaços, tem lá o SIAGAS e uma série de outros cadastros, mas com informações bem imprecisas e colocadas lá pelo próprio usuário que às vezes não são conferidas, então a questão da água subterrânea realmente é um ponto que tem que ser trabalhada bem a fundo no de gerar informação. Eu acho que esse é um ponto. E aí a informação, eu acho que muitos comentários sobre essa questão da informação, a própria Débora falou da questão de universidade e tal de academia, e eu acho que aí é um outro ponto, que é todo mundo sentir, o Quadrelli que ele comentou também de informação dos usuários e tudo, mas aí é um ponto importante é o seguinte, é todo mundo sentir que faz parte, no momento em que se está elaborando o plano, sentir que faz parte e se abrir mostrando as suas informações, e aí já estou falando como um outro lado, e não um lado de ter lido os planos, mas com a experiência de ter elaborado, participado da elaboração de planos, uma coisa que falta é todo mundo se abrir e disponibilizar as informações. Então normalmente a primeira reunião que tem, ou a primeira Consulta Pública que se faz de cada plano, é um momento em que apresenta o plano de trabalho, e que apresenta, olha estamos, precisamos das informações, os e-mails são esses, os sites são esses, os telefone são esses, precisamos de qualquer informação que vocês tiverem disponível, aí todo mundo da reunião fala “eu tenho isso, eu tenho aquilo, aquilo outro” e passa um ano e meio do plano para no final do plano o mesmo cara falar “você não consultou aquilo” não consultou, mas o cara não forneceu, não consultei, porque você falou que ia me fornecer naquele momento e não me forneceu, então eu acho que falta todo mundo se abrir em um primeiro momento, e desvincular de uma questão às vezes até de querer apoiar de uma outra forma ao invés de disponibilizar a informação, às vezes perder esse medo de às vezes o usuário tem muito isso, eu tenho informação aqui que é sigilosa, realmente, o que é sigiloso não é para fornecer e o usuário particularmente tem muita coisa que é exigida, mas tem informação de demanda de uso da água que é fundamental e que não é sigiloso, aí vamos aproveitar isso para me fiscalizar, não, pelo contrário, isso aí é para ajudar ao desenvolvimento, é para dá segurança para ele de que aquela água de alguma forma vai existir, e o mudar essa visão de que o plano vem para ajudá-lo e não para atrapalhar eu acho que faz parte do processo e tem que todo mundo entender de alguma forma, que o plano está ali para ajudá-lo, e a própria academia, aí citando um exemplo de plano que eu participei, também não vou citar nomes e nem qual plano, mas isso já aconteceu mais de uma vez, se apresenta essa primeira Consulta Pública, que precisa de informação, e aí veio o pesquisador conversar comigo depois “nós temos informação disponível” eu falei “me passa” ele falou “eu quero ser contratado” eu falei, espera aí, uma coisa é ser contratado, você não está na equipe, você entrou na licitação, entrou no processo, ganhou a licitação e tal? Não, mas eu quero ser contratado, a minha informação para eu te disponibilizar eu tenho estar sub contratado para participar do trabalho, então poxa, ou seja, isso nós temos que de alguma forma, independente de ser público ou privado, a questão é o seguinte, nós temos que se despir, a informação foi gerada de alguma forma, seja por um órgão público ou órgão um órgão privado ela foi gerada e ela é para ser usada. Então a pessoa tem que de alguma forma, se ela tem interesse que aquela informação seja usada e que é uma informação útil para o trabalho, então de alguma forma se despir dessa questão “ah, eu quero colocar o meu nome nesse plano” coloca, como referência, você foi referenciado para aquele estudo. Então eu acho que é um ponto. Deixa eu olhar o mim tempo aqui. E uma série de outros pontos que vocês comentaram, está tudo anotado aqui, mas a questão da capacidade institucional dos órgãos, e aí o como cumprir a legislação, a questão de outorga, a questão de áreas de restrição, eu acho que muita coisa entra disso aqui nesse momento que eu coloquei de pactuação do plano. Então eu acho que essa etapa, eu citei e a Jussara até comentou, não é só uma oficina, e realmente, por isso que eu falei dois três meses, então criar-se um tempo, no meio do plano de ações da etapa mais para frente. Em que é uma etapa, uma sub etapa aí dentro, talvez uns três meses, um período aí, o tempo não tem como precisar, mas é um tempo que seria um tempo de uma série de eventos de pactuação do plano de ações, e eu não digo só dos programas, mas do que vai ser feito em termos de melhoria do instrumento de outorga, para entrar aí novas metodologias a questão da vasão ecológica, pulsos e o que quer que seja, a própria questão de áreas de restrição, o que vai ser estabelecido, porque a definição de áreas de restrição é um processo de concertação. Então é um processo de que você vai ter de um lado um grupo que não quer nada, você vai ter de outro lado um grupo que preserva tudo e os dois tem que entender que não vai chegar no seu lado, que tem que abrir um pouquinho e olha eu queria que preservasse tudo, mas o outro aqui ali quer que não preserva nada, então de alguma forma vamos chegar nesse meio termo aqui, eu aceito ceder para cá, o outro cede para cá, de alguma forma. Então esse processo de concertação, ele toma tempo. Um outro ponto é a alocação, alocação de águas nas bacias, isso é um ponto que está dentro de alguns planos, mas não chega num consenso, por quê? Porque falta esse processo de discussão e de pactuação, e esse tempo normalmente não se tem nos planos. Não tem previsto nos planos, então acho que esse é um ponto que de repente para as melhorias eu não vou entrar em detalhe dizendo o que tem que ter o que não tem que ter área de restrição, esse tipo de coisa, não é esse o escopo, mas o escopo é dizer que para ter isso, tem que de alguma forma ter esse processo de concertação, tem que ter esse processo de pactuação, tem que ter isso para poder você sair com o plano bem feito e exequível. Eu acho que esse que é o mote final nosso do trabalho. Eu acho que é isso aí.

**A SRª. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) –** Vou ser bem rápida aqui. Eu queria aqui agradecer mais uma vez a participação do Léo, eu acho que foi essa contratação apesar, além de ser uma demanda da própria Câmara para a ANA, vem também trazer talvez, como disse, é um pouco das nossas angústias nesse processo todo de amadurecimento e da elaboração dos planos que nós viemos conduzindo e vem participando. Então nós já tínhamos uma série de angústias que víamos que muita coisa não estava dando certo, que não tinha tanta efetividade, então eu agradeço o trabalho do Léo, eu acho que é um trabalho hercúleo, de ler os planos todos, coisa que nós não teríamos pernas para fazer, então esse é o intuito de que ele talvez constate coisas que nós já tínhamos vistos, e muitas outras que sem ter acesso, parar o tempo para ler e tudo, então eu acho que ele estar trazendo elementos novos também além das nossas constatações anteriores. Então eu acho o que intuito é que essas angústias possam ser sanadas ao longo do tempo e que esse trabalho suta resultados aí que sejam em forma de resoluções ou de outras, ou talvez de recomendações para novas e melhores práticas na hora de elaborar os planos. Não só pela ANA, mas pelos Estados, e pelos comitês. Então eu acho que essa é a ideia. Obrigada Léo.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Então só para encerrar, houveram algumas contribuições, algumas foram anotadas, mas algumas, por exemplo, o José colocou ali, documentação, coisa assim, vou pedir para o senhor Antônio, depois nós podemos divulgar esse material no site da própria Câmara, apesar que o meu e-mail está na lista de quem recebe, mas quem quiser mandar contribuição, alguma coisa pode mandar para meu e-mail, só colocar a palavra no assunto “planos” aí eu filtro para não encher a caixa eventualmente, eu filtro para uma pasta separada, se quiser mandar contribuição, e repasso, aquelas contribuições mais objetivas “ah, eu tenho o documento tal, visita tal site e tal” essas são importantes de mandar, e por isso que logicamente eu trouxe contribuições que vocês julgarem necessárias. Para o Ricardo digo assim, a previsão de término de trabalho contratualmente se não me engano é 13 de maio se não me engano a data de cabeça, mas é na primeira quinzena de maio. Tchau Léo, obrigado. E como resultado aqui imediato além do conjunto de relatórios, intermediários, o relatório final que deve refletir em uma minuta, e mais tarde isso daí deve-se refletir na própria documentação técnica nossa, tem o projeto de escrever lá dentro da ANA sobre os instrumentos, então rever essa documentação toda, um dos cadernos vai ser sobre planos, não vai ser Resolução, vai ser também esses elementos que fogem da regulamentação, então gestão do conhecimento é uma prática inicial, é um exercício contínuo, gestão do conhecimento, tem ferramentas, a conversa, esses ambientes são importantes. Então depois vou pedir para o Ricardo, para o Antônio desculpa, colocar lá na página da própria Câmara Técnica, ver como ele faria, como podemos fazer porque não tem Grupo de Trabalho, tem a documentação das Câmeras e a partir dali de repente colocar a documentação, os relatórios aprovados, talvez colocarmos ali, já vamos acompanhando, e nós podemos fazer depois um documento compilador das contribuições que foram feitas, alguma coisa mesmo que seja... não estava previsto isso, mas achamos importante que haja uma certa participação nesse processo. Não estava previsto originalmente no projeto, então vai ser meio realmente da boa-fé de todo mundo e da boa intenção de todo mundo de querer participar e cooperar principalmente a partir da Câmara Técnica, obrigado, vamos passar o ponto final da pauta à Jussara.

Informes

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (CNRH) –** Para finalizar nós temos o informe sobre propostas de Resolução oriundas da ANA, naquele processo do projeto legado. A proposta de alteração da Resolução 145 e Resolução regulamenta a criação de recursos hídricos de proteção especial pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Quem é que vai fazer o informe? Luciana? Rosana? Quem vai fazer?

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Eu posso fazer porque eu tinha até conversado, isso não estava associado, o processo foi solicitado pela própria diretoria da ANA, e aí nesse momento é mais para colocarmos dentro do projeto legado, são... projeto legado tem aqui, são três grandes eixos, eu não me lembro agora o nome, mas são três grandes eixos, um sobre institucionalidade, sobre a questão da gestão, outro sobre a questão dos instrumentos e o terceiro é... bom, dentro de cada um desses instrumentos tem seis ou sete ações, depende de um deles. Então é alguma coisa de 18 à 21 ações. E uma delas é exatamente uma resolução, rever a resolução 145. Então a 145 está lá no legado, vinha com uma proposta original, principalmente quanto ao procedimento, mas agora que nós contratamos, isso vai ficar meio distante dentro do projeto legislado, até que esse trabalho ganhe conclusão. O outro seria a questão das áreas de restrição, como está lá Jussara o nome da...? É uma outro arquivo. E como isso foi enviado para... Recursos Hídricos de Proteção Especial. Então, na verdade, isso vai ter que entrar de alguma forma na agenda da Câmara Técnica, para ser tratado mais à frente. Então são dois temas que a Secretaria Executiva deve mandar a documentação mais à frente para nós na próxima reunião da Câmara Técnica podermos conversar, principalmente o da Resolução 145, nós temos que esperar o outro, ainda vai ter que criar um Grupo de Trabalho, alguma coisa para poder dar andamento a isso, e ver como que se conduz esse trabalho. Então, era informe nesse sentido, a Câmara Técnica está recebendo essas duas atividades, vamos dizer assim, ligadas ao projeto legado.

**A SRª. LUCIANA –** Até aproveitando um pouco até o comentário da própria Aparecida ontem, que ela disse que a questão das áreas de restrição de uso, conforme estávamos trabalhando no plano do Paraguai, e são assuntos que se conversam bastante, tanto essa proposta de Resolução quanto as áreas de restrição de uso que já estão previstas na lei, mas que falta uma regulamentação de como fazer e critérios e metodologias. Então eu acho que isso até pela própria sugestão dela ontem, até que se criasse de fato um GT, enfim, isso daí nós podemos estudar como fazer, mas para definir critérios e metodologias para esse assunto, para definição de áreas de restrição de uso e as áreas especiais, como ele mencionou nessa Resolução. Então eu acredito que seja um assunto que a Câmara pode se debruçar aí ao longo desse ano talvez e eu acho que é uma coisa que precisa ser amadurecida mesmo.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (CNRH) –** Bom, é isso, essas duas. João, por favor.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Senhora Presidente uma questão que nos incomoda, a dinâmica da participação, do debate sobre a gestão de bacias em vários Estados e regiões do Brasil, ela acontece por conta de um imputo, da necessidade as vezes que um conflito se estabelece. Então temos que adotar alguma coisa, alguma providência sobre o ponto de vista de política pública, as vezes não acontece isso, mas o debate está em um nível de amadurecimento que sugere avançar, isso nós estimulamos o tempo todo nos Estados. Então uma coisa é esse cenário, outra coisa que não depende somente da comunidade de quem mexe com recursos hídricos, é uma questão pública, a questão da água, crise hídrica, então tudo isso tem sido um momento muito auspicioso para possibilitar a afirmação da política de recursos hídricos, seus instrumentos, seus entes, na proposta de servir à sociedade, alguma solução para o problema. Eu penso que nós não estamos fazendo isso aí da maneira correta, e do jeito que deveria ser, e eu fico um pouco preocupado, porque as vezes nós passamos muito tempo gastando energia nos vendo, nos olhando no espelho, enquanto que alguns problemas se agravam, e as vezes não dá resultados com certa rapidez. Eu estou preocupado que essa discussão de plano, viu Gonzalo, essa retomada da 145, já revogou a 17, veio a 145 que na verdade sintetizou um bocado de coisas, mas não deixou de ser um avanço, e agora vem esses questionamentos, têm um lado positivo e tem o lado negativo ao meu ver, o lado positivo é que sempre é bom mudarmos para melhor e o negativo é que quando temos coisas boas nós podemos tentar fugir delas inventando um novo fato social e político. Então vamos ter cuidado com isso. Mas, as questões que estavam sendo colocadas no que diz respeito ao papel da ANA e desse Conselho em relação as demandas da Sociedade Civil nos planos de bacia continuam, elas não dependem organicamente do que nós vamos fazer ou o que a ANA vai fazer, os conflitos estão lá, a realidade está lá, o Rio está correndo e nós estamos aqui reelaborando uma realidade de uma maneira as vezes longe da solução. E isso é o que está acontecendo e pode acontecer na questão do plano. Nós estamos com a demanda real da questão da Amazônia, que foi uma agenda colocada nessa Câmara, e que conseguimos avançar com muito sacrifico a partir das demandas de lá, nós criamos um ambiente de discussão, que não podíamos fazer nada que não fosse dentro do marco legal, podia até fazer um barulho como o pessoal está fazendo lá, protestando, mas nós assumimos, como estamos dentro de uma institucionalidade vamos trabalhar com o marco legal que é o plano da bacia do Amazonas, vamos mudar o plano, vamos ver, fizemos oficina para isso. Eu estou com receio de que essa ansiedade toda de mudanças, legado, mudar a Resolução 145, a consultoria, vai deixar uma questão pública, uma demanda colocada em (...), esperando esse ritmo da burocracia. Eu acho que nós deveríamos continuar a agenda em cima dos marcos legais que nós temos, pode ser até que mude amanhã, mas não mudar a agenda, mas espera aí, então está todo mundo me perguntando daquela região de Santarém, daquele povo que esteve aqui, cadê? O que aconteceu? Então eu acho sabe Presidente, que nós não podemos deixar esse negócio assim meio solto assim, esperando essa indagação toda que nós estamos fazendo. Eu queria pedir ao Gonzalo e aos companheiros da ANA que estão aqui, antes de nós agendarmos isso em outra esfera de administração, que construa o entendimento do que realmente vai ser feito. Na minha avaliação, nós não podemos esperar o debate do legado, o debate de tudo isso, o trem está andando, vamos colocar aquele povo para ajudar, inclusive a construir coisas novas. Eu queria pedir o apoio de vocês, e qual é a opinião dessa agenda? Nós temos que falar alguma coisa para eles lá, no caso do Amazonas, o que vamos fazer? É isso que eu queria perguntar para vocês.

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Neste momento, como o Sérgio colocou, a agenda do Amazonas, ela está... a palavra é represada pela questão da institucionalidade, que é esse grupo que vai levar adiante. E a ANA está entendendo que isso deve ser construído dentro do que já existe já do projeto diálogos, que está recebendo andamento com a SRHQ, e do próprio projeto legado que tem também uma ação para a questão (...), junto com essa questão dos planos. Então esses dois projetos, o entendimento da ANA é que esses dois projetos eles é que vão pautar a discussão de representação, de representatividade e de andamento dos planos, então o que eu posso colocar nesse momento é isso, que esse é o entendimento da ANA, ou seja, uma agenda que vai ser construída antes da discutir esses dois projetos, não sei se vai ter muito amparo nesse momento, até porque acaba desviando esforços, acaba conflitando com a própria proposta. Aí então a resposta que nós temos nesse momento é essa, esses dois projetos o legado e o diálogos é que estão pautando essa questão de qual é a agenda da representação na região Norte...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu queria pedir a vocês então, através da nossa Presidência, que formalize essa informação, porque eu não posso ficar falando coisas que estão no pensamento das pessoas, e pedir permissão a vocês, para tratar essa questão em um outro nível de institucionalidade, não é desrespeitando o papel de vocês, mas eu tenho uma pauta com a diretoria da ANA e vou colocar essa questão, porque é muito sério você mexer com as pessoas que já estão envolvidas com problemas, e você sabe muito bem o nível de... você sentiu quando eles tiveram aqui, o nível de ansiedade de desentendimento em relação ao papel da ANA, o papel do Conselho, aí aparece esse legado, nós sabemos que tem problemas para corrigir, mas não dá para deixar o trem parado e o bicho pegando não, nós ficamos mal nisso aí. Eu vou pedir a vocês a compreensão e nós vamos agendar, temos uma pauta com a diretoria da ANA nova, e vamos agendar essa questão, mas pedir a Presidente que nos ajude a me dar uma resposta através da Câmara Técnica para esse povo lá do Amazonas, não dá para ficarmos do jeito que está. Está entendido assim?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** A Adriana e a Cláudia que estavam com os nossos rascunhos das próximas reuniões. Eu acredito que é para abril, parece que ficou, mas nós vamos rever isso, e aí, nós passamos por e-mail a informação. Uma outra coisa que eu preciso combinar com vocês é o seguinte, nós fizemos várias anotações da discussão de ontem, e estamos montando o parecer, que vai. Então assim que nós tivermos a minuta e isso tem que ser muito rápido porque tem que estar pronto até o dia sete para ir à CTIL, então no que tiver a minuta nós repassamos para vocês e eu vou pedir que vocês tentem nós retornar em dois dias aí para podermos consolidarmos todas as contribuições e fechar o parecer para encaminhar junto com a minuta de Resolução de ontem, ok? Para todo mundo. Isso. Porque senão nós não conseguimos fechar isso. Está ok? Mas enfim, dia cinco é segunda-feira, dia sete é quarta-feira, então combinando com a Cláudia com o Antônio, para tentarmos fechar isso até sexta-feira agora se possível, para até dia cinco estar com todos, e aí o retorno dia sete fazermos um fechamento (...), vamos tentar até antecipar se possível for. Hoje é quarta-feira tentar fechar até amanhã, vamos ver, vou conversar com a Cláudia, mas os considerandos, nós vamos aproveitar praticamente o mesmo, o histórico do processo já está praticamente construído no parecer, o parecer tem que ter o histórico, tem que ter os considerandos, e os dois encaminhamentos, que é a Resolução e a necessidade de ter estratégias para que o plano possa ser atualizado com as contribuições que...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Você está falando em relação a...?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Em relação a ontem.

**SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Então eu queria saber se dentro desse parecer de vocês vai ser mencionado e anexado o nosso parecer e a nossa proposta?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Sim vão os dois anexos, a Nota Técnica e a resposta da ANA, as duas. Ok?

**O SR. Gonzalo A. Vazquez Fernandez** **(ANA) –** Jussara só para registrar, essa reunião aqui é... apesar que acabou os assuntos da CTPNRH a reunião não acaba, hoje a tarde continua junto com a CTPOAR, é reunião conjunta hoje à tarde, para tratar exclusivamente, hoje a tarde tratar exclusivamente da minuta de Resolução de prioridades para outorga, que é a reunião conjunta.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** A minuta nós fechamos ontem. Então o parecer ser vai acompanhar os dois anexos, dentro do histórico do processo, a Nota Técnica e mais as respostas que a ANA forneceu. Isso. Do GAP possa ser um anexo. Pronto. Ok, isso. Acrescentar a ata do GAP.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Anexos. Elas podem entrar como anexos da própria ata, elas são anexos no parecer. Sim. Porque vai completo não é? O pacote completo.

**SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Eu queria incluir, eu estou solicitante, eu fui hoje de manhã na Secretaria de Biodiversidade e o Secretário estava viajando, só chegaria acho que agora para o período da tarde, a Secretária-Executiva, Chefe de Gabinete também não estava, mas eu queria que anexasse, eu já estou pedindo urgência na ciência aqui da Câmara Técnica em relação ao teor das recomendações aprovadas no (...) sobre o Pantanal, eu queria também solicitar que seja anexas ao...

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Assim, nós podemos citar, eu acho que foi comentado, porém não foi publicado ainda, entendeu?

**SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Isso, mas vocês vão apresentar até a versão final do parecer, até que dia? Porque eu estou solicitando que seja informado a vocês ainda hoje a urgência, que é um documento do Ministério e também fosse anexado nesse parecer, como simples menção ao Conselho Nacional ou a CTIL.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok, eu acho que é tranquilo, se é um documento que está no Diário Oficial, eu acho que não precisamos anexar, eu acho que nós citamos que foi citado, que está para ser e pronto. Nós podemos citar e colocar que foi comentado e tal, dado ciência e...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Qual é a diferença Presidente entre citar e colocar? Porque é um documento oficial, no caso sendo publicado.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Não faz diferença, é só porque até o momento nós não...

**SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** Pelo menos aqui para vocês e para a ANA porque em relação em relação ao plano, mas vai ser disponibilizado obviamente para outros órgãos relacionados.

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Sim, mas é que nem citar uma Resolução, nós não podemos citar em anexo a Resolução, nós citamos a Resolução. E como é um documento oficial, e está em planejamento eu acho que...

**SRª.** **Debora Fernandes Calheiros (FONASC) –** É que eu tive a informação de que eles vão, na verdade, antes de publicar eles vão conversar com os órgãos em separado, foi o que eu entendi ali da informação da Secretária. Órgãos envolvidos na questão, ANA, Conselho Nacional, Ministério de Minas e Energia e etc.. O próprio Senado porque tem uma recomendação sobre a questão da Lei do Pantanal, todos os órgãos envolvidos no tema, que eu imagino seja IBAMA, IPE, todo mundo, não é?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Bom, a reunião da Câmara Técnica nós encerramos nesse momento, mas nós temos uma segunda reunião a partir de 13h30min, é isso? 14h ou 13h30min? 14h. Ah, então ótimo, vai dar tempo de nós comermos, porque os colegas estão chegando, mas nós...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Qual é o prazo final para a versão da Nota Técnica e o parecer que vai anexar na resolução?

**A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Dia sete. Dia sete nós temos que fechar, tem que estar fechado o parecer, tá? Então até as 14h, é a reunião pauta conjunta com a CTPOAR.